



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS

**A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA DOS EMPREENDEDORES RURAIS DE
JUSSARA: SUBSÍDIOS PARA POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL NO SEMI-ÁRIDO.**

Antonio Lemos Maia Neto

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Toni

Dissertação de Mestrado

Brasília – DF – Maio de 2008

MAIA NETO, Antonio Lemos.

A experiência da Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara: subsídios para políticas de desenvolvimento territorial sustentável no Semi-árido. / Antonio Lemos Maia Neto. Brasília, 2008.

169 p.: il

Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

1. Desenvolvimento territorial sustentável
2. Território de Irecê
3. Semi-árido

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir, emprestar ou vender cópias desta dissertação somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte dessa dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem autorização por escrito da autora.

Antonio Lemos Maia Neto

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS

**A experiência da Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara:
Subsídios para políticas de desenvolvimento territorial sustentável no Semi-árido.**

Antonio Lemos Maia Neto

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental, opção Acadêmica.

Aprovado por:

Prof. Dr. Fabiano Toni – Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS/UnB

Orientador

Dra. Teresa Muricy – Centro de Recursos Ambientais – CRA

Membro interno

Profa. Dra. Joselisa Maria Chaves – Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Membro externo

Salvador, 28 de março de 2008

Dedicatória

Este trabalho é dedicado a cinco mulheres especiais que simbolizam preciosos elementos necessários a qualquer projeto que tenha por objetivo trilhar o caminho da sustentabilidade.

As duas primeiras representam o saber das gerações passadas e o papel da história na compreensão da contemporaneidade. Trata-se da vovó Wanda, que no auge de seus 91 anos continua uma referência de força e determinação a ser seguida e, da vovó Luzinete, o nosso elo primordial de ligação com o Semi-árido, sua gente, suas plantas e seus animais;

A terceira das cinco mulheres é minha querida mãe, que em seu nome traz o nosso vínculo com a terra ao homenagear a Deusa Ceres, defensora da agricultura e do amor maternal na Roma antiga;

Enquanto a quarta, minha esposa Rimara, é a pessoa que veio completar nossas vidas e nos dar sustentação para enfrentarmos, juntos, os desafios impostos por um mundo desigual que vem se auto-flagelando a cada dia com a desculpa de garantir o conforto e riquezas por parte de uma minoria;

A última dessas cinco extraordinárias mulheres é a nossa filhinha Maria Wanda, que nasceu juntamente com esta dissertação, depois de uma longa jornada regada a altas doses de fé e perseverança, e vem renovar as esperanças de um mundo melhor para as futuras gerações!

Agradecimentos

Agradeço a Deus sobre todas as coisas, à Rimara, minha querida esposa, pela paciência e cumplicidade ao longo desses dois anos que se passaram, e a todos aqueles que contribuíram de alguma forma na realização deste trabalho. Foram tantas as pessoas que nomeá-las aqui não é uma tarefa das mais fáceis, principalmente pelo risco eminente de deixar alguém de fora. Mesmo assim vou assumir esse risco, agradecendo:

- Ao Dr. Iram Ferrão e ao Prof. João Aurélio Viana pelo empenho que os dois dispensaram para que pudéssemos participar da seleção do mestrado, e em seguida para que pudéssemos cursá-lo;
- Ao Prof. Luciano Figueiredo, por nos ter concedido a chance de cursar o mestrado, concomitante aos afazeres do trabalho;
- Ao Antônio Jorge e à Rosália pelo apoio e torcida dispensados nesta fase de seleção;
- Aos Profs. Edgar Faria e Ana Elisa por atestarem nosso comprometimento, como um dos pré-requisitos para a seleção;
- Aos amigos e colegas de trabalho que nos apoiaram e nos deram a cobertura necessária ao desafio de construir esta dissertação, em especial a Valentim, Isa, Marcelle Sampietro, Marcos Prinz, Itamar, Marcello Sapo, Jorge Ribas, Karina, Davi, Arismar, Jaqueline, Jurandir Gouveia e Niltão;
- Aos colegas do mestrado, Kátia, Carol, Melina, Pascoal, Cris, Andréa, Hilda, Graça, Júlio, Maria do Carmo, Zé Alberto, Hosana, Larissa, Mariana, Zilda, Ana Paula, João, Tati e Álvaro não só pelas discussões relacionadas ao projeto de dissertação, mas pelo crescimento e visão que a convivência com esse grupo interdisciplinar nos possibilitou;
- Aos Profs. Aroldo Mota, Fábio Bandeira, Saulo Rodrigues e Elimar Nascimento pelas idéias e discussões ainda no período das disciplinas.
- Aos Profs. João Nildo e Laura Duarte pelas suas importantes e entusiastas contribuições na fase de qualificação e do seminário de pesquisa do mestrado;
- Ao nosso orientador, o Prof. Fabiano Toni, por ter aceitado o desafio incerto de orientar um jovem desconhecido ainda sem um objeto de estudo bem definido, mas principalmente, pela orientação precisa e objetiva com a qual guiou a construção deste trabalho;
- Aos amigos Isa Trindade, Evandro Morais, Henrique Santos, Coronel Glória e Major Renato, pela atenção e carinho dispensados à elaboração do presente trabalho, funcionando como um verdadeiro time de co-orientadores informais;
- Aos amigos Hélio Casale, Jesus Tinoco, Farouk Zacarias, Silvia Sardi, Selmo Alves, Mariana Botura, Tânia Brito, José Araújo, Verena Souza, Carina Cezimbra, Paulo

Chiachio e José Bressiani, que em diferentes momentos exerceram uma espécie de consultoria sobre diversos aspectos da pesquisa;

- Aos novos amigos Dr. Evandro Holanda Jr., Dr. Arilson Favareto e à Janaína Sobrinho, pela troca de idéias e informações e por terem disponibilizado as suas teses;
- Ao meu pai, o Sr. Jazom Araújo, pelas constantes e entusiasmadas discussões a respeito do tema, e por garantir a segurança do material escrito ao guardar consigo todas as versões e atualizações da pesquisa, até esta etapa final;
- À minha irmã Elizabeth por suas também constantes contribuições quanto a aspectos metodológicos, de redação e teóricos;
- À minha esposa, minha mãe, minhas irmãs Elizabeth e Geisa e minha vovó Wanda, pela ajuda aos preparativos da apresentação da defesa da dissertação;
- Ao colega e amigo José Neder, por ter sido o primeiro a nos alertar de forma entusiástica sobre o que vinha acontecendo no município de Jussara;
- À equipe da ADAB de Irecê, representados nas ilustres figuras do Dr. Benedito, Overlaque, Aderbal, Dilermando, Elma, Gildásio, Moitinho, Leléu, Pereira, Marta, Cláudia e Reinilson, pelo apoio incondicional dispensado ao longo de todo esse tempo, assim como pelas preciosas informações;
- Ao Dr. Wilson Dias, pela inclusão deste trabalho no plano de ação do Programa Sertão Produtivo, pela disponibilidade de seu trabalho sobre o desenvolvimento territorial na Bahia, bem como pela oportunidade de participar de importantes eventos sobre o assunto. Mas principalmente por ter inspirado o título desta dissertação, quando, em uma reunião do Sertão Produtivo, exclamou que precisávamos estudar e aprender com as experiências que vinham acontecendo no Estado;
- A todo um time de colaboradores e informantes-chave, que abriram as portas de suas instituições e sempre estiveram disponíveis a nos atender, seja fornecendo algum tipo de material ou algumas preciosas horas de seu tempo para serem entrevistados, a saber:
 - Robério Araújo, Álex Leal, Hamilton Machado e Delian do SEBRAE;
 - Jacó e Wilson Machado do Território de Irecê;
 - Lauro Ramos, Helka Braga e João Machado do Banco do Nordeste;
 - Dr. Oswaldo e Gustavo Viana da SEDES;
 - Júlio Perdigão e Nivaldo Ferreira do ISA / CEBATSA;
 - Dr. Willadesmon, Paulo Emílio, Moacir, Adílson e Manoel da DIPA/ADAB;
 - Alberto e Priscila Martinez da CODEVASF;
 - Helder da CAR;
 - Silmar Nunes do SENAI;
 - Prof. Adelmo Santana da UFBA;
 - Flávio Bastos do CAA;
 - As Bibliotecas do Município de Irecê, da EBDA, da SEI e do CRA;
 - De modo que todos esses agradecimentos são extensivos às respectivas instituições;

- Ao velho irmão Carlos Augusto Dourado, por seu entusiasmo contagiante, por sua atenção e preciosas informações;
- À Alessandra da APRIR e Sindicato de Irecê por toda sua atenção e apoio operacional à realização da pesquisa;
- À Luciana Ávila, pelo pronto atendimento à elaboração dos mapas sobre a região de Irecê;
- Às Dras. Teresa Muricy e Joselisa Chaves por suas contribuições quando da defesa da presente dissertação;
- À Prefeitura Municipal de Jussara, por seu apoio e disponibilidade de informações;

E como não poderia deixar de ser, fechamos esse quadro de agradecimentos com aqueles que são a razão de ser do presente trabalho, cuja convivência nos propiciou uma oportunidade singular de aprendizado, uma verdadeira lição de vida para o nosso Semi-árido, a qual procuramos retratar, analisar e disponibilizar nesta dissertação. Assim, registramos nossos sinceros agradecimentos a esse novo círculo de amizade que se forma com a Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara, nas figuras do:

Vanderlan Araújo

Osmar Tarrão

Hércules Coutinho

Gilvan de Brito

Ailton Dias

Francisco Nunes Neto

Voltaire
(Representando os técnicos)

Tonho

Washington

*Um empreendimento humano é positivo, útil e duradouro quando,
socialmente desejável, economicamente justificável,...
tecnicamente realizável [e ambientalmente sustentável].*

Eng. Agr. Antonio Lemos Maia
A seringueira e a Bahia. *Jornal da Bahia*.
Salvador, 10 e 11 de Junho de 1962.

RESUMO

A abordagem territorial do desenvolvimento tem se apresentado como um adequado mecanismo de análise para que se possa entender as mudanças que vêm ocorrendo no meio rural brasileiro, e a partir daí se trabalhar estratégias rumo a um desenvolvimento sustentável desses espaços. Sob esta ótica, a presença de instituições locais capazes de favorecer a coesão entre os diferentes agentes territoriais e o aproveitamento e preservação de seus recursos naturais, culturais e sociais, é apontada como fator de grande relevância na dinamização alcançada por alguns espaços rurais. Visando contribuir com essa discussão de maneira que os elementos daí apreendidos possam servir de subsídios para políticas de desenvolvimento territorial sustentável no Semi-árido, a presente pesquisa consiste no estudo da experiência da Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara, reunindo como ferramentas metodológicas a pesquisa bibliográfica e documental, a observação ativa do objeto de estudo, as entrevistas com informantes-chave e a análise qualitativa dentro de uma abordagem interdisciplinar. Alocada no território de Irecê, o qual vinha de um intenso processo de crise sócio-econômica, em decorrência da falência de um modelo de desenvolvimento baseado na especialização da agricultura com base em uma cultura pouco adaptada às condições climáticas local, a referida Cooperativa, com todos os seus projetos e ações, vêm contribuindo para o desenho de uma nova configuração desse território, com a diversificação de sua base econômica, a redução das desigualdades social e espacial, o resgate cultural, e o desenvolvimento de estratégias produtivas ambientalmente mais sustentáveis. A criação e evolução da Cooperativa, por sua vez, é fruto de uma conjunção de fatores, dentre os quais pôde se identificar a presença de um capital social forte, as mudanças na cultura política local, a sua institucionalização na forma de uma associação e uma cooperativa, o seu caráter empreendedor, a presença e a ausência de algumas políticas públicas e seus instrumentos, assim como o próprio contexto territorial. Apesar dos avanços decorrentes de todos esses aspectos, alguns obstáculos ainda persistem em retardar a consolidação das mudanças em curso no território, relacionadas à atuação da Cooperativa, como a dificuldade de gestão e acesso a mercados do empreendimento, e a pouca integração entre as políticas públicas e as instituições.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial sustentável; Território de Irecê; Semi-árido.

ABSTRACT

The territorial approach to development has turned out as an adequate analytical mechanism towards both understanding the changes taking place in rural Brazil and subsequently building strategies for the sustainable development of such areas. Within this framework, the dynamism of some rural spaces has been quoted in the literature as largely resulting from the presence of local institutions capable of favoring cohesion among different territorial agents while preserving and taking advantage of their natural, cultural and social resources. In order to contribute to such a debate by providing elements to subsidize sustainable territorial development policies in the semi-arid region, this research studies the experience of the Rural Entrepreneurs' Cooperative in Jussara (Bahia, Brazil) by using an interdisciplinary approach encompassing documental and bibliographic research, active observation of the study subject, interviews with key informants and qualitative analysis. The territory of Irecê, where the Cooperative is based, had been undergoing an intense socioeconomic crisis due to the failure of a development model built on agricultural specialization. The contributing role of the Cooperative has been that of redesigning such a territory, by diversifying its economic base, narrowing the social and special gap, rescuing the cultural values and devising more environmentally sustainable productive strategies. The Cooperative's creation and trajectory has been, in turn, the result of a convergence of factors, among which the following could be identified: its strong social capital, its institutionalization as an association and a cooperative, its entrepreneurship, the changes in the local political culture, the presence as well as the absence of some public policies and their tools, and the territorial context itself. In spite of the progress made in all the abovementioned features, some obstacles still hinder the consolidation of the ongoing changes in that territory, such as the difficulty in managing the Cooperative and gaining access to entrepreneurial markets together with the poor integration between public policies and the institutions.

Key Words: Sustainable territorial development; Irecê territory; Semi-arid

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACCOJUS: Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Jussara
ADAB: Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
Aproverts: Associações de Produtores Verticalizados
ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural
BNB: Banco do Nordeste
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAA: Centro de Assessoria do Assuruá
CAR: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CDA: Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CEBATSA: Cento de Bases Tecnológicas para o Semi-árido
CEI: Centro de Estatísticas e Informações da Bahia
CMDR: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CODEVASF: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento
COPERJ: Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara
CRA: Centro de Recursos Ambientais
DAP: Declarações de Aptidão
DLIS: Desenvolvimento Local Integrado Sustentável
EBAL: Empresa Baiana de Alimentos
EBDA: Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER: Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESAGRI: Escola de Agricultura da Região de Irecê
FAO: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos
FNE: Fundo Constitucional do Nordeste
FUMAC: Fundo Municipal de Apoio às Comunidades
GARRA: Grupo de Apoio e Resistência Rural
GESTAR: Projeto de Gestão Ambiental Rural
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IC: Informante-chave
ISA: Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Integrado para o Semi-árido

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA: Ministério de Desenvolvimento Agrário
OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCEB: Organização das Cooperativas do Estado da Bahia
OCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA: Programa de Aquisição de Alimentos
PAA-Leite: Programa de Aquisição de Leite
PROAGRO: Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROINF: Programa de Apoio à Infra-estrutura dos Territórios Rurais
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAF-IES: Linha Infra-estrutura e serviços do PRONAF
SDT: Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAGRI: Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia
SEBRAE: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOMP: Secretaria de Combate à Pobreza e Desigualdades Sociais (atual SEDES)
SEDES: Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
SEI: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIBRATER: Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
SIC: Secretaria da Indústria e Comércio
SIE: Serviço de Inspeção Estadual
SIF: Serviço de Inspeção Federal
SNCR: Sistema Nacional de Crédito Rural
SUAF: Superintendência de Agricultura Familiar
SUDIC: Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial
UEFS: Universidade Estadual de Feira de Santana
UNEB: Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
Objetivo geral.....	4
Objetivos específicos.....	5
Procedimentos metodológicos.....	5
Recursos.....	7
Estrutura da dissertação.....	8
CAPÍTULO I.....	9
1 Da modernização da agricultura ao desenvolvimento territorial.....	9
1.1 Modernização da agricultura e suas implicações para o meio rural.....	9
1.2 Desenvolvimento territorial sustentável.....	15
1.3 O capital social no processo de desenvolvimento territorial.....	19
CAPÍTULO II.....	26
2 O território de Irecê como referência de análise sobre o desenvolvimento territorial sustentável.....	26
2.1 Caracterização geográfica.....	26
2.2 Aspectos históricos.....	30
2.3 O processo de modernização da agricultura da região.....	33
2.3.1 Implicações advindas do modelo de modernização adotado.....	36
2.4 O surgimento de novas perspectivas.....	44
2.4.1 Diversificação das atividades econômicas.....	44
2.4.2 Iniciativas de mobilização social.....	47
CAPÍTULO III.....	49
3 Criação e evolução da Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara.....	49
3.1 A Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Jussara – ACCOJUS.....	49
3.2 A criação da Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara.....	54
3.3 A consolidação do Complexo Agroindustrial de Jussara.....	56
3.3.1 Mercados atingidos pelo complexo.....	59
3.4 Bases de sustentação para o Complexo Agroindustrial.....	63
3.4.1 Unidades de Produção de Leite em Sistema de Condomínio.....	63
3.4.2 Programa Cabra de Corda.....	66

3.4.3	Assistência técnica e capacitação.....	67
3.4.4	Sistema de gestão.....	69
CAPÍTULO IV.....		73
4	Impactos da COPERJ no território de Irecê.....	73
4.1	Diversificação das atividades agropecuárias.....	73
4.2	Diversificação com atividades não-agrícolas.....	85
4.3	Contribuição à redução das desigualdades sociais e espaciais.....	88
CAPÍTULO V.....		91
5	Principais fatores relacionados à formação e desenvolvimento da COPERJ.....	91
5.1	Capital social.....	91
5.2	Aspectos políticos.....	97
5.3	Institucionalização das relações de grupo.....	103
5.4	Empreendedorismo.....	107
5.5	A presença de políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento rural	110
5.5.1	O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.....	110
5.5.2	O Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais.....	115
5.5.3	O Programa de Aquisição de Alimentos / Projeto Fome Zero.....	122
5.6	Instrumentos de políticas agrícolas e suas instituições.....	127
5.6.1	A participação da Secretaria de Agricultura.....	128
5.6.2	A extensão rural e a pesquisa agropecuária.....	131
5.6.3	A defesa agropecuária.....	135
CONCLUSÕES.....		139
REFERÊNCIAS.....		147
ANEXOS.....		158

INTRODUÇÃO

O modelo recente de desenvolvimento rural adotado pelo Brasil tem se pautado no avanço das grandes propriedades altamente tecnificadas e produtivas, voltadas em sua essência ao comércio exterior, e em menor escala na modernização da agricultura familiar, visando torná-la competitiva o suficiente para se inserir nos mercados mais dinâmicos. Apesar da representatividade da agricultura familiar para a economia nacional e da legitimidade de seu fortalecimento, mesmo porque ela sempre esteve excluída das políticas agrícolas do país, ambas as estratégias acabam desconsiderando as significativas mudanças por que vem passando o meio rural brasileiro nas últimas décadas. Conjugando uma diversidade de atividades e dimensões, o meio rural deixa de ser aquele espaço unicamente agrícola, e o seu desenvolvimento passa a ser explicado e normatizado sob uma abordagem territorial, ainda em evolução e com importantes desafios a serem superados.

Esse processo tem sua origem na segunda metade da década de 1960, quando diversas regiões do país passaram a experimentar um crescente dinamismo de suas economias, depois que o Estado decidiu investir na modernização de seu setor agrícola, como estratégia de sustentação ao seu modelo de desenvolvimento urbano-industrial (Altafin, 2003). Essa fase coincide com a do chamado “milagre brasileiro”, a qual marca o início de uma verdadeira invasão do capitalismo sobre o meio rural que resulta no aumento quantitativo da produção e produtividade agrícola (Flores e Macedo, 1999). E tudo isso sob a tutela do Estado que disponibilizara todo um conjunto de instrumentos de políticas públicas como assistência técnica, extensão rural, ensino e pesquisa agropecuária, crédito e seguro agrícolas, entre outras.

No início da década de 1990, o Estado inicia uma série de reformas, dentre as quais a redução de gastos com políticas de preço mínimo e crédito subsidiado e a liberalização comercial sob estímulo do fenômeno da globalização (OCDE, 2005), o qual expôs a economia do Brasil a padrões de competição nunca antes experimentados (Viana, 2001). Isso acabou acelerando o processo de decadência pelo quais algumas culturas tradicionais já vinham passando, ao passo que aqueles segmentos que já apresentavam certo grau de inovação tecnológica conseguiram se adequar muito bem ao novo padrão de competitividade exigido pelo mercado (Couto Filho, 2004).

Se por um lado, a redução nos preços das principais culturas agrícolas reduzia significativamente a renda das famílias rurais dependentes da agricultura, pelo outro, o incremento de tecnologias poupadoras de trabalho manual nas operações de colheita e processamento passava a exercer uma forte pressão pela liberação da força de trabalho ocupada nessas operações na agricultura empresarial (Couto Filho, 2007a; Schneider, 2006). Somando-se a esses dois fatores, algumas culturas agrícolas que começam a surgir e se expandir, como a soja, se mostravam bem menos absorvedoras de mão-de-obra, do que aquelas culturas tradicionais que passavam por momentos de crise (Couto Filho e Schmitz, 2007).

Diante desses acontecimentos os moradores de zonas rurais têm, cada vez mais, buscado nas atividades não-agrícolas uma forma de complementaridade da renda oriunda da agricultura, e de ocupar a mão-de-obra ociosa (Couto Filho, 2007a). Além disso, muitas das atividades não-agrícolas que vinham se desenvolvendo no meio rural passavam a exercer também o seu próprio poder de atração, como a fixação de empresas e indústrias em “regiões rurais de alta densidade demográfica em busca de vantagens comparativas como a redução do custo da força de trabalho, logística e outros” (Schneider, 2006, p.4).

Mas esse fenômeno vem ocorrendo de maneira diferenciada nos diversos espaços rurais, assim como também os seus efeitos têm se mostrado diversos. Na maior parte do Semi-árido baiano, por exemplo, não se observa o fator de expulsão de mão-de-obra da agricultura decorrente do avanço tecnológico e de novas culturas, uma vez que esta região foi mantida excluída das políticas de modernização da agricultura por não oferecer as condições naturais necessárias à implantação de uma agricultura comercial de larga escala (Mendonça, 2004)¹.

O principal fator levantado por Couto Filho e Schmitz (2007) como responsável pelo incremento nas atividades não-agrícolas no Semi-árido, decorre da perda de rendimento médio das atividades agrícolas desenvolvidas nesta área aliado ao superpovoamento de suas pequenas unidades produtivas. No entanto, essas mudanças não tem sido suficientes “para absorver todo um contingente de pessoas que vivem da agricultura de forma precária, subutilizando a mão-de-obra e com renda insuficiente para se manter” (Couto Filho, 2007a, p.52). Dessa forma essa região, correspondente a aproximadamente três quartos do território

¹ Com exceção dos pólos de irrigação.

do Estado da Bahia, continuou respondendo pelos menores “níveis de renda e índices de desenvolvimento humano do Estado” (Mendonça, 2004, p.35).

Por outro lado, Favareto (2006)² ressalta a existência no país de espaços rurais mais dinâmicos, os quais foram associados à combinação de uma “agricultura de base familiar forte com um entorno sócio-econômico diversificado e dotado de infra-estrutura” (p.17). De acordo com o autor trata-se de uma configuração que...

...permitia aos espaços urbanos e rurais destas regiões de um lado, abrigar o trabalho excedente que deixa a atividade agrícola e, de outro, inversamente, absorver nas unidades familiares o trabalho que é descartado nas cidades em decorrência do avanço tecnológico e do correspondente desemprego característico dos anos 90 (Favareto, 2006, p.17).

O reconhecimento dessa nova dinâmica espacial aliado a um processo de descentralização das políticas e da atividade industrial e ao redirecionamento do tipo de intervenção estatal, marcam no Brasil³, uma nova abordagem sobre o desenvolvimento rural, o qual passa a ser analisado sob a ótica do território (Favareto, 2007). Esta abordagem, por sua vez, tem como objetivo entender as dinâmicas territoriais do desenvolvimento e toda a trama de relações entre as formas de produção e as características dos tecidos sociais presentes nesses espaços (Favareto, 2006).

Mais do que injunções setoriais, o que se sugeria é que nas dinâmicas territoriais – ainda sem usar essa denominação – é que se poderiam encontrar as respostas para as causas do dinamismo e da incidência de bons indicadores de desenvolvimento (Favareto, 2006, p.17).

Com base em análises sobre a experiência de países desenvolvidos, Favareto (2006) associa o bom desempenho social e econômico de regiões rurais a uma conjuntura de múltiplos fatores, com pesos variados a depender de cada situação, dentre os quais destaca três como principais: “o aproveitamento do dinamismo gerado a partir da vitalidade de espaços urbanos próximos; a incidência de fortes políticas sociais; e um dinamismo próprio de determinados espaços rurais” (p.22). Por sua vez, para que a ocorrência destes fenômenos seja entendida, o autor realça que a análise sobre os caracteres de cada território exerce um papel essencial. Nesse sentido ele acrescenta um quarto fator, o qual explicaria porque determinados territórios conseguiram alcançar um dinamismo diferenciado em relação a

² O autor se refere aos achados de uma pesquisa encomendada pelas organizações sindicais de representação da agricultura familiar, realizada em todo o território nacional entre os anos de 1996 e 1998 sob coordenação de José Eli da Veiga (Projeto CUT/Contag, 1998 *apud* Favareto, 2006).

³ Entre o final da década de 1990 e o início da de 2000.

outros territórios contemplados com as mesmas políticas públicas ou atributos de proximidade com centros urbanos.

Trata-se da existência de instituições locais capazes de favorecer a coesão entre os diferentes atores de determinado território e o aproveitamento de seus recursos locais (Favareto, 2006). Contudo, o mesmo autor aponta para uma dificuldade em se valer desta explicação para o fomento ao desenvolvimento territorial, a qual se refere ao pouco conhecimento sobre os fatores que determinam o surgimento desse tipo de instituição, e sobre como se dá esse processo.

Com base nesses argumentos, e a partir da divulgação de alguns projetos coordenados por uma cooperativa situada no município de Jussara - BA, a Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara – COPERJ, levantou-se a hipótese inicial de que esta instituição local estivesse conseguindo desempenhar aquelas funções relacionadas por Favareto (2006), o que se confirmado, justificaria uma intervenção científica no intuito de identificar quais as razões que levaram ao surgimento e desenvolvimento da referida instituição local, e como tem se dado esse processo.

Nesse sentido foi levantado o trabalho de Sobrinho (2007), a qual assinalava a existência de um processo de desenvolvimento local no município de Jussara em torno dos trabalhos e parcerias construídas pela referida Cooperativa. Nesse estudo, a autora apontou o capital social como principal explicação para o surgimento da COPERJ e implantação de seus projetos e parcerias. Contudo, outros documentos pesquisados e algumas observações prévias de campo assinalavam que os efeitos advindos da atuação desta instituição já não estavam mais restritos ao âmbito municipal, mas no territorial, embora ainda inicial. E apontavam também a existência de outros fatores responsáveis por esses acontecimentos, que não apenas o capital social, os quais mereceriam uma análise mais aprofundada em vista do desafio lançado por Favareto (2006), levando a pesquisa a almejar os seguintes objetivos e estratégias metodológicas:

Objetivo Geral

Identificar elementos que possam contribuir com as políticas de desenvolvimento territorial sustentável para o Semi-árido, a partir da análise da experiência da Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara – COPERJ no território de Irecê.

Objetivos específicos

- Contextualizar o processo de modernização da agricultura no território de Irecê;
- Descrever o processo de criação e desenvolvimento da COPERJ;
- Levantar os impactos provenientes da atuação da COPERJ no município de Jussara e no território de Irecê.
- Identificar os principais fatores relacionados ao surgimento e evolução da COPERJ;

Procedimentos metodológicos

Pesquisa bibliográfica

A revisão de literatura procurou aprofundar o conhecimento e a análise sobre os conceitos básicos e referenciais teóricos norteadores da pesquisa, relacionando-os com os objetos do estudo. Assim, foram abordados os efeitos das políticas de modernização da agricultura brasileira a partir da implantação do modelo de produção da revolução verde; o desenvolvimento territorial sustentável e a participação do capital social nesse processo.

Além disso, a pesquisa bibliográfica foi utilizada como fonte de informações para contextualização do território no qual a Cooperativa está inserida, relatando aspectos da história recente, e das políticas de desenvolvimento implementadas na região, o que possibilitou uma melhor compreensão do surgimento ou agravamento dos problemas sócio-econômicos e ambientais da região, bem como dos fatores que motivaram a reação dos criadores de caprinos e ovinos de Jussara. Para isso, além de buscas em base de dados científicos e periódicos, foram realizadas pesquisas diretamente na Biblioteca Municipal de Irecê, e nas Bibliotecas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, do Centro de Recursos Ambientais – CRA e da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA.

Pesquisa documental

Foram levantados junto à COPERJ em Jussara, bem como nas diversas instituições envolvidas, documentos referentes à formação da associação e da cooperativa e suas estratégias de desenvolvimento, tais como, estatutos, convênios, projetos e relatórios.

Observação ativa

Ao todo foram realizadas seis viagens ao município de Jussara e outros municípios do território de Irecê, tendo a primeira viagem o objetivo de apresentar o projeto da presente dissertação à diretoria da COPERJ e às instituições parceiras com representação na região, assim como a realização de observações preliminares. As demais viagens tiveram como finalidade participar de eventos promovidos pela COPERJ e instituições parceiras, como reuniões e oficinas em que eram discutidas questões sobre os projetos da cooperativa, seus aspectos limitantes e também novos projetos a serem implementados, enquanto que as duas últimas foram dedicadas à realização de entrevistas com informantes-chave. Nessas oportunidades, foram visitadas as instalações da cooperativa, seus empreendimentos agroindustriais, propriedades de cooperados, um assentamento de reforma agrária, o Cento de Bases Tecnológicas para o Semi-árido – CEBATSA, e as instituições parceiras com representação na região.

As observações realizadas nessas viagens foram classificadas conforme Vasconcelos (2002) em ativas, uma vez que o autor participou ativamente das discussões ocorridas e dos projetos da cooperativa, chegando a proferir duas palestras sobre questões de segurança sanitária no município de Jussara e a implementar projetos de defesa agropecuária via a Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia - ADAB, em conjunto com a cooperativa. Complementaram essa estratégia, as observações realizadas em três eventos promovidos pelo SEBRAE na cidade de Salvador-BA, nos quais havia pelo menos um representante da COPERJ. Todos os três eventos foram caracterizados por apresentações de facilitadores seguidos de oficinas ou debates sobre os temas abordados. As informações coletadas foram registradas em cadernetas de campo e câmeras fotográficas, sendo sistematizadas posteriormente em relatórios de viagem.

Quanto a possíveis alterações de comportamento nos fenômenos observados em função da presença do observador, isto foi minimizado na medida em que o pesquisador participava desses eventos na condição de representante de mais uma das instituições parceiras que se faziam presentes. Além disso, tanto as informações levantadas quanto interpretações formuladas foram apreciadas na pesquisa documental, e foram objeto de verificação nas entrevistas com os informantes-chave, realizadas posteriormente.

Entrevista com informantes-chave

Foram utilizados roteiros de entrevista por tópicos, com questões abertas, a fim de guiar as entrevistas com informantes-chave envolvidos no processo de formação e desenvolvimento da COPERJ, ou conhecedores da história recente da região. Para cada instituição envolvida foi elaborado um roteiro específico, os quais constam do anexo da presente dissertação. A elaboração destes roteiros tiveram por base as observações ativas realizadas anteriormente, assim como as informações contidas nos documentos levantados.

Assim, foram entrevistados seis representantes da diretoria da COPERJ que participaram de sua fundação. Dentre estes, estava o atual presidente da cooperativa, o vice-prefeito do município de Jussara, o secretário de agricultura do município e o gerente executivo do Centro de Bases Tecnológicas para o Semi-árido – CEBATSA. Além desses agentes, as entrevistas também foram realizadas com um produtor cooperado (01), representantes do Banco do Nordeste (01), do SEBRAE (02), da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB (02), da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado da Bahia – SEDES (02), da Coordenação do Território de Irecê (02), do ISA (01) e um Médico Veterinário produtor rural da região, totalizando 18 informantes-chave.

As entrevistas foram realizadas diretamente pelo autor, utilizando-se de um gravador MP3 para registrar o áudio, contando com o consentimento de cada informante-chave. Os áudios foram degravados, de maneira que as informações transcritas fossem organizadas por assunto. Em seguida, esses assuntos foram submetidos a uma análise descritiva e qualitativa. Cada informante-chave recebeu aleatoriamente um código alfanumérico de IC-1 a IC-18, utilizado para referendar as informações ou citações, de maneira a impossibilitar a sua identificação por terceiros.

Recursos

Para o desenvolvimento da presente dissertação contou-se com o custeio financeiro da Superintendência da Agricultura Familiar da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SUAF/SEAGRI), com a infra-estrutura da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), assim como o apoio da própria Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara - COPERJ e das diversas instituições parceiras.

Estrutura da dissertação

Para se chegar aos objetivos propostos, a condução do trabalho começa com uma breve discussão, realizada no capítulo I, sobre o processo de modernização da agricultura iniciado no país no final da década de 1960 até os dias atuais e as conseqüências daí advindas para o meio rural. Ainda neste capítulo a discussão avança sobre o entendimento do conceito de território, desenvolvimento territorial e capital social. Este último conceito foi incluído face ao seu uso freqüente como principal fator responsável pelas experiências bem-sucedidas de dinamização das economias territoriais.

Em seguida, o texto traz no capítulo II, uma contextualização detalhada do território de Irecê, onde está situada a Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara, desde a sua localização e caracterização geográfica, passando pelos aspectos históricos relacionados ao seu povoamento e modernização de sua agricultura, até o desencadeamento da crise e o surgimento de alternativas produtivas e de organização da sociedade.

No capítulo III, é descrito todo o processo de criação e evolução da COPERJ, desde quando ainda correspondia à Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Jussara – ACCOJUS até o final do ano de 2007. Já o capítulo IV foi reservado ao levantamento e análise dos impactos provenientes da atuação da Cooperativa no território de Irecê, procurando averiguar até que ponto a mesma vem contribuindo para formação de um ambiente propício ao desenvolvimento do território.

Os principais fatores relacionados ao surgimento e desenvolvimento desta instituição são identificados e analisados no capítulo V, onde se procurou discutir não apenas os aspectos favoráveis, mas também aqueles que retardaram o avanço da Cooperativa ou que ainda se colocam como desafios a serem superados.

Finalmente, são apresentadas as conclusões do trabalho relacionando os seus principais achados à luz da abordagem territorial do desenvolvimento.

CAPÍTULO I

1 DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

1.1 Modernização da agricultura e suas implicações para o meio rural

Com o advento do regime militar no Brasil a partir do ano de 1964, o Estado passou a adotar um modelo de desenvolvimento urbano-industrial que para ser colocado em prática, demandava estratégias de geração de divisas, estabilização dos salários e disponibilidade de mão-de-obra para a indústria. Dessa forma, a intensificação e expansão da produção agrícola passavam a integrar o pacote de estratégias daquele modelo, o qual privilegiava os grandes estabelecimentos agropecuários, “enquanto geradores de divisas pela exportação de seus produtos ou enquanto mercado consumidor de produtos industriais destinados à agricultura, como máquinas e insumos” (Altafin, 2003, p.13).

O Brasil copiava assim o modelo intensivo de produção conhecido como revolução verde (Navarro, 2001 e Mendonça, 2004), o qual foi favorecido pela disponibilidade de mão-de-obra barata, abundância de recursos naturais e limitado controle ambiental existentes no país, importantes fatores de competitividade e atratividade do capital externo (Buarque, 2006). Observava-se, a partir desse momento uma verdadeira invasão do capitalismo sobre o setor agropecuário, objetivando o aumento quantitativo da produção e produtividade agrícolas (Flores e Macedo, 1999). Com isso o mercado passava a demandar da agricultura uma padronização tecnológica, com normas de dimensões e qualidade do produto final (Souza, 2004).

Tal modelo de produção expandiu-se rapidamente, apoiado por órgãos governamentais e organizações como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Junto com o pacote tecnológico da revolução verde foi criada uma eficiente estrutura de crédito subsidiado, pesquisa, ensino, extensão rural e defesa agropecuária, com o propósito de atender às suas demandas. Conforme realça Altafin (2003), houve um grande investimento

nesses instrumentos de políticas públicas, só que direcionados de forma privilegiada para determinados grupos de agricultores, produtos e regiões⁴.

Apesar do crescimento econômico verificado no país nas duas primeiras décadas de funcionamento deste modelo, a pobreza e a fome de uma significativa parcela de sua população diminuíram de forma muito discreta neste período (Alencar Júnior, 2003). Até porque, enquanto a promoção da segurança alimentar continuava sendo tratada de forma secundária pelas políticas públicas (Altafin, 2003), a difusão generalizada da monocultura gerava um aumento na exploração de uma mão-de-obra cada vez mais temporária, aumento do desemprego e da sub-ocupação, contribuindo também para uma intensificação do êxodo rural (Souza, 2004).

Mesmo assim, ao longo da década de 1980 o país prosseguia com seu modelo de modernização da agricultura, consolidando os chamados complexos agroindustriais com seus diversos segmentos que iam desde a indústria de insumos à de processamento de derivados primários. Mas, preservando também as atenções à produção das *commodities* agrícolas voltadas, sobretudo, ao mercado externo (Couto Filho, 2004).

Na transição da década de 1980 para a de 1990, o Estado se retrai do apoio direto à agricultura, em decorrência da busca pelo equilíbrio macroeconômico (Mesquita e Cerqueira, 2006). Nesse processo prevalecem as políticas fiscal, monetária e cambial (Denardi, 2001), associadas a uma redução das estruturas estatais e de seus serviços, inclusive, junto ao setor agrícola (Mendonça, 2004). “Se antes a postura do Estado para a agricultura assemelhava-se, metaforicamente, a de um pai zeloso, agora parecia encarnar a figura de um severo padrasto” (Mesquita e Cerqueira, 2006, p.392).

Paralelamente o Brasil adere ao fenômeno da globalização “expondo definitivamente o agronegócio à concorrência externa”, principalmente depois que o câmbio foi sobrevalorizado estimulando o crescimento das importações. Por outro lado, os países ricos, principais incentivadores dessa abertura comercial, trataram de elevar os subsídios diretos à sua agricultura e a impor uma série de barreiras tarifárias e não-tarifárias à livre concorrência (Mesquita e Cerqueira, 2006, p.392), provocando um grande impacto negativo sobre os preços das principais *commodities* brasileiras (Couto Filho, 2004).

⁴ Segundo Mesquita e Cerqueira (2006), “o período que se estende daí até o ano de 1985, é considerado como o tempo áureo do apoio estatal à agricultura” (p.391).

Todo esse processo acabou expondo a agropecuária brasileira a padrões de competição nunca antes experimentados, levando o setor a passar por significativas mudanças estruturais (Viana, 2001).

Naturalmente, aqueles segmentos mais intensivos no uso de capital e que já haviam alcançado o estágio de complexo agroindustrial quando se processou essa mudança de perfil conseguiram passar praticamente incólumes às adversidades, conseguindo até mesmo tirar proveito, vindo a alcançar maior competitividade no contexto global, em decorrência dos ajustes técnicos e gerenciais que tiveram de adotar (Mesquita e Cerqueira, 2006).

Isso acabou favorecendo a consolidação dos pólos agrícolas voltados em sua essência, ao mercado externo. Estes pólos, por sua vez, ficaram restritos às áreas em que as condições naturais permitiam o desenvolvimento de uma agricultura comercial em larga escala, que no Estado da Bahia corresponderam à região litorânea, ao Oeste e às áreas de irrigação do Vale do São Francisco (Mendonça, 2004).

Deve-se destacar, contudo, que ao invés de irradiar o desenvolvimento para as regiões vizinhas, os pólos de desenvolvimento acabavam por atrair para si as riquezas adjacentes, mantendo naquelas áreas a mesma condição de miserabilidade e falta de oportunidades, apresentando um efeito reverso àqueles aos quais foram propostos (Gusmão, 1996; Sachs, 2004).

As estratégias adotadas nessas áreas, normalmente, se basearam na implementação de atividades empresariais inovadoras em detrimento dos setores econômicos tradicionais, o que tem proporcionado a geração de emprego e renda, só que de forma localizada e com base em uma mão-de-obra e recursos naturais pouco valorizados (Abramovay, 2002a). Segundo o autor, na região do vale do rio São Francisco os próprios empresários da fruticultura irrigada ressaltam o baixo custo da mão-de-obra da região como uma grande vantagem competitiva. Enquanto isso, o agricultor familiar produtor de caprinos e ovinos típico da região acabou por viver de mercados marginais, uma vez que não possuía os meios necessários para acompanhar a evolução tecnológica e se inserir na nova dinâmica da agricultura irrigada (Souza, 2004).

Com seu caráter eminentemente produtivista e setorial, pautado em uma forte especialização dos grandes estabelecimentos agrícolas, esse modelo de desenvolvimento rural adotado no país acabou por desprezar a maior parte da mão-de-obra não qualificada do meio rural (Veiga, 2001a). Com base em dados do Censo de 1995-96 o autor estima que cerca de

dois terços das pessoas ocupadas no segmento primário do agronegócio deverão sair da atividade em função dessa corrida tecnológica em busca da redução dos custos de produção.

A situação torna-se ainda mais complexa quando se verifica que apesar do dinamismo das cidades médias brasileiras, estas estão cada vez menos propícias à recepção de migrantes oriundos da zona rural, principalmente porque estes, na maioria dos casos, possuem uma formação escolar e profissional precária. Nesta condição, esses migrantes têm pouco a oferecer à economia dessas cidades, e acabam por agravar o seu elevado custo social e ambiental (Abramovay, 2002a).

Além dessas implicações sócio-econômicas e culturais descritas acima, esse fenômeno tem acelerado a transformação de ecossistemas originalmente ricos em biodiversidade em grandes extensões de cultivos agrícolas (Theodoro *et al.*, 2002). O que, segundo Santos *et al.* (2002), pôde ser observado na consolidação dos perímetros irrigados do Vale do São Francisco.

Já o restante do Semi-árido do Estado da Bahia, correspondente a aproximadamente três quartos de seu território, ficou praticamente excluído desse processo respondendo pelos menores níveis de renda e índices de desenvolvimento humano do Estado (Mendonça, 2004). Ao contrário daquelas regiões onde foi implantada uma agricultura empresarial de larga escala, nesta área central do Estado,

o funcionamento da economia rural, formada sobre elementos da expansão colonial, continuou sustentado sobre estruturas oligárquicas de poder e com trabalho pouco qualificado, com mobilidade quase nula. Disso resultou uma estrutura fundiária altamente concentrada, baixa movimentação do mercado de terras e um mercado de terra marcado pela emigração, que funcionou ao mesmo tempo, como válvula de escape da pressão social no meio rural e como principal mecanismo de sobrevivência dos grupos submetidos à pobreza crônica (Pedrão, 2004, p. 91).

A queda dos preços agrícolas geradas a partir do ambiente de competitividade global, associada aos demais fatores de ordem conjunturais, atingiu fortemente a renda do grande número de famílias habitantes dessas áreas, que dependiam da comercialização de seus excedentes agrícolas (Couto Filho e Schmitz, 2007). Segundo Duarte (1999), a formação de excedentes econômicos pela agricultura familiar nas condições do Semi-árido nordestino representa uma estratégia essencial para que estes possam conviver com as adversidades provocadas pelas secas freqüentes. Principalmente ao se considerar o superpovoamento de suas pequenas unidades produtivas (Couto Filho e Schmitz, 2007).

Essa confluência de acontecimentos, que na verdade não ocorre de forma homogênea no país, tem levado “os habitantes do mundo rural a procurarem e a implementarem outras atividades, não-agrícolas, que complementem a renda vinda da agricultura e ocupe a mão-de-obra disponível” (Couto Filho, 2007a), ainda que isso já fosse um fenômeno natural e histórico no Semi-árido, em decorrência das secas periódicas que determinam a sazonalidade e irregularidade da agricultura de sequeiro (Couto Filho, 2007b).

Mas, de certo, Couto Filho (2007a) destaca que a visão de que o “mundo rural” está “estritamente relacionado às atividades agrárias, enquanto a indústria e os serviços são atividades exclusivas do meio urbano, parece estar ultrapassada, pelo menos nas regiões mais desenvolvidas” (p.46). No caso do Estado da Bahia o autor alega, pela insuficiência de dados, que não é possível ainda afirmar que seu meio rural deixou de ser essencialmente agrário. Mas não restam dúvidas de que é crescente o número de agricultores que estão ocupando cada vez mais parte de seu tempo, ou mesmo seu tempo integral, com atividades não-agrícolas⁵.

Também contribui para isso o impulso que vem das próprias atividades não-agrícolas, como no caso das empresas que decidem se instalar em municípios tipicamente rurais, o da expansão dos serviços públicos ou ainda o caso das pessoas que procuram se instalar na zona rural em busca de uma melhor qualidade de vida, em comparação com a dos centros urbanos (Couto Filho, 2007a).

Couto Filho (2007a), entretanto, ressalta que na maioria dos casos essas “atividades rurais não-agrícolas são insuficientes para absorver todo um contingente de pessoas que vivem da agricultura de forma precária, subutilizando a mão-de-obra e com renda insuficiente para se manter” (p.52). Mesmo assim, o autor considera que as políticas públicas deveriam investir nessa nova dinâmica, principalmente, ao se considerar as características específicas da enorme população do rural baiano, e o desemprego que caracteriza os grandes centros urbanos do Estado. Como diz Graziano da Silva (1997), citado pelo autor:

A criação de empregos não-agrícolas nas zonas rurais é a única estratégia possível capaz de, simultaneamente, reter essa população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e, ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda. Não é por outra razão que importantes instituições internacionais vêm insistindo na proposta de se retomar a idéia de desenvolvimento rural impulsionando-se um conjunto de atividades que gerem novas ocupações (não necessariamente empregos) que propiciem maior nível de renda às pessoas residentes no meio rural (Graziano da Silva, 1997 *apud*. Couto Filho, 2007a, p.52).

⁵ Agricultores em tempo parcial (*part-time farmer*).

Isso não significa, contudo, dizer que as atividades agropecuárias, daqui por diante, sejam deixadas de lado no desenho das políticas voltadas ao desenvolvimento, muito pelo contrário. Até porque, este segmento exerce um papel essencial na geração e distribuição de riquezas, abrindo inclusive o caminho para a instalação de diversas atividades não-agrícolas (Couto Filho, 2007a). Conforme relata Veiga (2001a), muitos dos parentes das famílias rurais que deixam o setor agrícola, “tendem a se tornar empreendedores nas cercanias. E muitos dos que emigram acabam voltando para utilizar a propriedade paterna como retaguarda e trampolim na montagem de novos negócios nas proximidades” (p.113).

Apesar de todas as mudanças por que vem passando o meio rural brasileiro Veiga (2001a) salienta que as políticas de desenvolvimento para esse espaço continuam preservando um caráter altamente setorial pautado na modernização da agricultura. De acordo com o autor essa característica marca, na verdade, “uma poderosíssima, embora anacrônica, confusão que continua a se fazer neste país entre economia rural e economia agrícola, ou agropecuária” (p.101), aonde até mesmo entre os intelectuais existe certa dificuldade em entender que no meio rural não existe apenas o setor primário, mas também o de transformação e serviços.

Em parte, isso se deve ao equívoco de se convencionar todas as sedes municipais, distritais e aglomerações isoladas como áreas urbanas, independente de suas funções desempenhadas, gênero de vida, e características de sua população. Assim, as presenças de setores secundários ou terciários nestas localidades são tidas como atividades urbanas (Veiga, 2001b).

Ao considerar o meio rural simplesmente como um espaço físico para produção agrícola, as políticas de desenvolvimento rural acabam contribuindo para o seu esvaziamento social, econômico, político e cultural (Abramovay, 2000). Para o autor, se fosse considerado todo o conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais inerentes ao meio rural, as expectativas de desenvolvimento poderiam ser bem mais amplas.

Tal afirmação coincide com as tentativas de desenvolvimento relatadas por Veiga (2001a) que buscam a diversificação das economias locais, a começar pela própria agropecuária, mas que têm sido inviabilizadas pelo foco na especialização produtiva do setor primário. Mesmo dispondo de exemplos que demonstram que as economias rurais mais dinâmicas são justamente aquelas mais diversificadas (Veiga, 2001b).

“A economia rural não é mais puramente agrícola, e, sim compreende o conjunto de atividades agrícolas e não-agrícolas regionais e dos recursos naturais da região” (Sepúlveda, 2003, *apud*. Rocha *et al.*, 2004). A partir desta visão, o meio rural surge assim não apenas como o espaço geográfico da produção agrícola, mas também como um espaço diferenciado capaz de ofertar empregos e uma melhor qualidade de vida da sociedade, seja através do contato mais próximo com a natureza ou pelas relações sociais mais pessoais típicas da zona rural (Wanderley, 2001).

1.2 Desenvolvimento territorial sustentável

Em vista do exposto no tópico anterior, Abramovay (2002a) afirma que as estratégias de desenvolvimento deveriam adotar a valorização das potencialidades locais de produção, estimulando a implementação de mudanças técnicas e econômicas nas atividades tradicionais, de modo a corrigir suas ineficiências na geração de renda. Isso não significa, supor o fim do rural, mas sim valorizar o potencial econômico, social e cultural presentes no meio rural local (Wanderley, 2001). Além de atentar para as características de cada ecossistema antes da implementação de qualquer empreendimento agrícola, independente de seu porte (Theodoro *et al.*, 2002).

Buarque (2006) complementa essa visão ao considerar o desenvolvimento local como um processo endógeno de mudança, no qual a implementação de atividades econômicas viáveis e competitivas representa um fator essencial para redução da dependência histórica de transferências externas de rendas. Esse processo, contudo, “não deve ser confundido com o movimento econômico gerado por grandes investimentos de capital externo, que não se internalizam e não se irradiam na economia local” (p.27). Para o autor, esse movimento não proporciona as mudanças efetivas na organização social e econômica local, necessárias ao fomento de investimentos endógenos, especialmente por parte do governo municipal. O que não significa que o desenvolvimento local busque o isolamento da comunidade ou município. Pelo contrário, o relacionamento com o ambiente externo exerce um papel estratégico como estímulo à inovação local.

Apesar de colocar o dinamismo econômico como um fator de grande importância para o aumento da renda e riqueza local, especialmente para os municípios mais pobres, Buarque (2006) não se limita ao enfoque econômico do desenvolvimento. Assim chama a atenção

também para a necessidade de assegurar a conservação dos recursos naturais locais, sociais e culturais, base de sustentação de todo o processo. Trata-se dos pré-requisitos para a sustentabilidade do desenvolvimento local. Dessa forma, propõe que as estratégias para um desenvolvimento local consistente e efetivo estejam fundamentadas em três pilares básicos, a saber: a organização e cooperação da sociedade local; a agregação de valor nas cadeias produtivas locais, e a reestruturação e modernização do setor público local.

Apesar de considerar o município como unidade básica do desenvolvimento local, Buarque (2006) reconhece que os problemas e projetos que interagem sobre ele, muitas vezes superam os limites municipais, demandando uma abordagem que considere o conjunto de municípios com afinidades territoriais definidas a partir de fatores culturais, econômicos e ambientais. Da mesma forma, apesar de toda importância política que o município representa, Abramovay (2002b) o classifica como “uma unidade insuficiente para criar esta dinâmica de valorização dos potenciais de um certo território” (p.9). O autor chega a colocar a unidade municipal como um obstáculo à formação de uma rede territorial de desenvolvimento, devido à cultura clientelista que ainda predomina em inúmeros municípios do país. Essa visão tem impedido, muitas vezes, que os prefeitos compartilhem de uma estratégia de ação cujo alcance venha a extrapolar os limites de seus currais eleitorais.

O desenvolvimento local passa a ser encarado assim, como um componente de uma estratégia bem mais ampla de desenvolvimento, fundamentada no conceito do território (OCDE, 1995 *apud*. Veiga, 2002). Este por sua vez, é definido não como simples base física onde acontecem as transações entre os indivíduos e empresas, mas como a representação de uma rede de relações, identidades e configurações políticas, fruto de um processo histórico de interação social e de valorização dos conhecimentos, tradições e confiança entre os diversos atores locais (Abramovay, 2000).

Essa definição é complementada por Santos (2000) citado por Rocha *et al.* (2004), para quem o território é tido como o “chão da população” (p.97). Ou seja, corresponde ao sentimento tanto de pertencer a determinado espaço quanto de ser o detentor do mesmo, uma vez que ele representa a base de seu trabalho, de sua residência e das relações materiais e sociais de sua vida. Conseqüentemente, conforme descreve Wanderley (2001), por mais dinâmico que o meio rural venha a ser, ele contempla a presença de uma população que faça dele um lugar de vida e de trabalho, e não apenas um espaço para investimentos ou formação de reservas de valor.

O território é entendido assim, “como um espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições” (p.7). E por uma população constituída por grupos sociais distintos, mas que se relacionam entre si, e com o ambiente externo através de processos específicos, a partir dos quais podem ser identificados um ou mais elementos que caracterizem a identidade e coesão social, cultural e territorial (Dias *et al.*, 2006).⁶

Com base nestas características é possível empreender que a partir da “formação de uma rede de atores trabalhando para valorização dos atributos de uma certa região” (p.11) tem-se em mãos um valioso mecanismo de desenvolvimento, entendido como desenvolvimento territorial (Abramovay, 2000). Por sua vez, sua construção é possibilitada não apenas com base em suas propriedades ambientais, mas principalmente, pela capacidade de seus atores em estabelecerem relações organizadas que favoreçam o intercâmbio de informações, a conquista conjunta de mercados e a pressão coletiva sobre as administrações públicas (Abramovay, 2002b).

Toda essa interação entre os atores locais adquire uma dimensão espacial que se reflete externamente, possibilitando a formação de um ambiente favorável à valorização do potencial produtivo de determinado local (Pecqueur, 1987, *apud.* Vieira & Cazella, 2006). Dessa forma, Cordeiro Neto e Alves (2007) classificam as vantagens da abordagem territorial para o desenvolvimento em estáticas, quando relacionados aos seus recursos naturais. E dinâmicas, quando correspondentes à organização social territorial e à sua capacidade de gerar conhecimento e inovação.

Segundo Veiga (2002) trata-se de um processo intrinsecamente condicionado às possíveis maneiras de tornar rentável a conservação das peculiaridades naturais e culturais de determinada região, o que o autor chama de “amenidades”, e considera mais importante até do que as tradicionais vantagens econômicas de fertilidade do solo ou de localização industrial (p.16).

Pode-se perceber que o conceito de desenvolvimento territorial apresenta certa semelhança ao de ecodesenvolvimento forjado no ano de 1973 no âmbito do Programa das

⁶ Segundo os autores, esta é a mesma concepção adotada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA.

Nações Unidas para o Meio Ambiente, e que está pautado na valorização dos recursos específicos de cada ecorregião em atendimento às necessidades imediatas e de longo prazo de sua população. Desde o momento em que foi construído, o conceito do ecodesenvolvimento estabeleceu uma crítica ao uso de soluções universalistas para as diversas situações. Coincidentemente, naquela mesma época o Brasil se encontrava em pleno uso do pacote tecnológico da revolução verde, como pôde ser observado anteriormente. Cabe salientar ainda, que o ecodesenvolvimento também defende a capacidade autônoma das sociedades em identificar os seus próprios problemas e propor as soluções mais adequadas à sua realidade (Sachs, 2007).

Dessa forma, ao transcender a dimensão econômica e alcançar a ambiental, social, cultural, histórica, político-institucional e espacial (Rocha *et al.* 2004; Cordeiro Neto & Alves, 2007), a abordagem territorial se habilita como importante unidade para o desenvolvimento sustentável (Sepúlveda, 2003, *apud.* Rocha *et al.* 2004). Surge inclusive como uma ferramenta para equilibrar as distorções entre os territórios de economia mais dinâmica e os quase vazios demográficos decorrentes da especialização produtiva ou da inviabilidade ecológica (Veiga, 2001b). Podendo contribuir ainda para redução ou supressão da dependência do capital exógeno, tão volátil no mercado internacional (Guimarães, 2001).

Cada território reúne um conjunto de atributos distintos em seu processo de desenvolvimento, o que leva Abramovay (1999) a defender a adoção de políticas públicas que valorizem a descentralização dos projetos de desenvolvimento, tomando como agentes ativos de seu planejamento, os atores locais ou regionais.

Do mesmo modo, Mendonça (2004) entende que as unidades territoriais deveriam constituir a base do planejamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento endógeno, pautando-se na “transferência de poder às comunidades, tanto na fase de formulação, como na execução e gestão das políticas públicas” (p.36).

Apesar de reconhecer a existência na economia de uma revalorização da dimensão espacial, Veiga (2002) alerta que essa abordagem pelos programas de desenvolvimento ainda carece de resultados práticos que possam garantir a efetividade de seu uso. Conforme Fischer (2002), “reconhecer as dimensões estratégicas e estruturais do desenvolvimento local não significa endossar ideologias e retórica vigente. Ao contrário, cabe identificar as principais críticas e restrições às ações mobilizadoras” (p.7). Neste sentido, Vieira e Cazella (2006)

recomendam que as análises sejam focadas não apenas nos aspectos favoráveis ao desenvolvimento territorial, mas também aos principais obstáculos à coordenação e integração dessas estratégias.

Faltam, por exemplo, arranjos institucionais que apóiem as iniciativas de articulação entre municípios pertencentes a um mesmo território rural, de maneira que estes possam identificar os problemas de suas respectivas micro-regiões, planejar ações integradas para que estes sejam superados dentro de uma perspectiva de desenvolvimento, e captar os recursos necessários à sua execução (Veiga, 2001b). Dentro desta perspectiva, o autor defende que os municípios rurais deveriam ser estimulados a se associarem com a finalidade de valorizar o território que compartilham, proporcionando às associações os meios necessários à deflagração do desenvolvimento.

Segundo Favareto (2007) o domínio da abordagem territorial em importantes organismos internacionais acabou refletindo de forma normativa em todos os seus raios de influência. Em sua análise, o autor, descreve os aspectos em comum, presentes nos discursos desses organismos. Mas principalmente, destaca as suas omissões, impasses e disjunções, o que pode ser atestado ao se olhar para a experiência de países que tem dificuldade em transformar essa nova visão em ações práticas.

Com base nessa discussão, Favareto (2007) chama a atenção sobre a ausência de novas instituições capazes de sustentar essa perspectiva territorial do desenvolvimento. Segundo o autor o que se verifica, na maioria dos casos, é a incorporação “por adição” da temática ao vocabulário dos agentes envolvidos. Na verdade, tanto o Estado quanto a sociedade, ainda encontram grande dificuldade na mudança de paradigma embutido nessa nova visão da ruralidade no Brasil. O autor conclui, em parte, que isto está relacionado à continuação do predomínio da lógica setorial tanto nos agentes sociais quanto nas instituições públicas e privadas.

1.3 O capital social no processo de desenvolvimento territorial

Para Abramovay (1999), o desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial não depende apenas de iniciativas do Estado, mas principalmente da mobilização das próprias forças sociais interessadas na valorização do meio rural. É através do fenômeno

da proximidade social que podem surgir entre os atores locais uma forma de coordenação capaz de converter o conjunto do ambiente em que atuam em empreendimentos inovadores (Abramovay, 2000). Como diz Buarque (2006), “o desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativa dos atores locais em torno de um projeto coletivo” (p.30).

Em um contexto de uma economia capitalista onde predominam comportamentos oportunistas, a consolidação de um sentimento de confiança mútua e cooperação entre os agentes de determinado espaço despontam assim como relevante mecanismo para um desenvolvimento socialmente e espacialmente sustentável (Cordeiro Neto & Alves, 2007).

Mesmo com o forte estímulo ao individualismo que as economias capitalistas proporcionam (Cordeiro Neto & Alves, 2007), observa-se que, na verdade, os indivíduos de uma sociedade não agem independentemente, nem tem seus objetivos estabelecidos de maneira isolada, assim como seu comportamento não é tido, necessariamente, como egoísta. “Nesse sentido, as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como um ativo de capital que os indivíduos podem dispor” (Abramovay, 2000, p.4). É daí que surge a noção de capital social, como uma das mais populares exportações da sociologia dentro da linguagem contemporânea (Portes, 1998).

Portes (1998), entretanto, chama a atenção para a necessidade de trazer um equilíbrio ao uso generalizado do conceito de capital social, o qual tem se disseminado sob diversas aplicações, como uma cura para todos os males da sociedade contemporânea. Para o autor, esse uso indiscriminado do termo decorre de um erro metodológico de muitos dos pesquisadores contemporâneos que se contentam em considerar o capital social como único fator causal em suas análises, esquecendo de verificar a influência de outros aspectos. Dessa forma, as conseqüências positivas do capital social acabam sendo altamente realçadas, enquanto que seus efeitos negativos permanecem ocultos no discurso.

Além disso, Portes (1998) ressalta que “o termo não incorpora qualquer idéia realmente nova para os sociólogos” (p.2). A idéia de que o envolvimento e participação em grupo possam trazer conseqüências positivas para os indivíduos e a comunidade, é na verdade uma noção básica da sociologia, presente nas principais fontes da disciplina, desde a sua origem no século dezenove.

Para um melhor entendimento do uso do termo na atualidade, Portes (1998) recorre à definição de Bourdieu, para quem o capital social corresponde ao “conjunto de recursos reais ou potenciais ligado à posse de uma rede de relações mais ou menos institucionalizada de amizade e reconhecimento mútuo” (p.3). Na visão de Bourdieu, as redes sociais deveriam ser construídas por meio de estratégias de investimento orientado para institucionalização das relações de grupo, usada como fonte confiável de outros benefícios. Dessa forma, os agentes detentores de capital social poderiam obter, por exemplo, acesso direto a recursos econômicos ou conhecimento (Bourdieu, 1985 *apud*. Portes, 1998).

Apesar do caráter pioneiro de Bourdieu, foi Coleman, quem deteve o mérito de dar visibilidade ao conceito de capital social, realçando sua importância para aquisição de capital humano e identificando alguns dos mecanismos a partir dos quais esse capital é obtido. Entretanto, Portes (1998) considera a definição de Coleman bastante vaga, por tratar o termo a partir de suas funções ou conseqüências.

Segundo Coleman (1990) citado por Abramovay (2000), o capital social não é um ente singular, mas um conjunto de diferentes entidades que se caracterizam por constituir-se de uma estrutura social na qual os seus indivíduos encontram certa facilidade para desenvolver algumas ações. Como exemplo, o autor cita a formação de um fundo de aval por agricultores como mecanismo de acesso ao crédito agrícola, o qual seria negado se estivessem pleiteando de maneira isolada. Graças à relação de confiança existente dentro daquele tecido social e institucional foi possível a geração de renda a partir de um ativo social.

Ao tratar do termo, Coleman, ao contrário de Bourdieu, não faz uma distinção entre as fontes do capital social, do seu detentor e de suas conseqüências, mantendo todos os três elementos dentro da mesma definição. Por esse motivo, Portes (1998) chega a responsabilizar os trabalhos de Coleman pela proliferação dos diferentes e contraditórios usos do conceito de capital social.

“Apesar de todas essas diferenças é consenso na literatura que o capital social surge a partir da habilidade dos agentes em assegurar benefícios em virtude da associação em redes sociais ou outras estruturas sociais”. Este é o sentido pelo qual o termo tem sido rotineiramente empregado na literatura empírica, embora os usos potenciais para os quais é empregado sejam bastante variados (Portes, 1998, p.6).

Assim, Portes (1998) destaca a necessidade de distinguir os recursos obtidos, da habilidade em obtê-los por meio da associação em diferentes estruturas sociais. Da mesma forma, ressalta a importância de analisar em separado as motivações dos recebedores destes recursos das motivações de seus doadores. Segundo o autor, para ter capital social uma pessoa precisa estar associada a outras. E são essas outras, na verdade, que correspondem às fontes reais de seu capital social. Para entender esta relação, todavia, faz-se necessário conhecer as motivações dessas outras pessoas em tornar os seus recursos disponíveis.

Portes (1998) classifica então essas motivações em consumatórias e instrumentais. A primeira se refere a normas de comportamento e respeito às leis dentro de uma determinada sociedade, que são provenientes da internalização de valores durante a formação dos indivíduos, sobretudo durante a sua infância, tendo a família e/ou as outras pessoas da comunidade como fontes. Ou ainda, a uma solidariedade vinculada entre atores submetidos a uma mesma condição comum, que explica, por exemplo, a formação dos sindicatos de trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho e os movimentos sociais que lutam pela melhoria de suas condições de vida.

Já as motivações instrumentais se referem às trocas de reciprocidade, quando os doadores fornecem acesso privilegiado aos recursos, na expectativa de que eles serão plenamente recompensados posteriormente. Apesar da semelhança com as trocas de capital econômico, esse processo se diferencia na medida em que a moeda com a qual as obrigações serão pagas pode ser diferente daquelas com a qual elas foram contraídas, podendo ser tão intangível quanto o fornecimento de aprovação ou lealdade. Além disso, o tempo para o pagamento dessas obrigações também não é especificado (Portes, 1998).

Outra forma de motivação instrumental é fornecida pela própria coletividade, que garante aos doadores de determinados recursos que eles serão pagos posteriormente, uma vez que se os devedores vierem a descumprir seus compromissos, eles sofrerão sanções não formais da comunidade como o seu isolamento. Em resumo, quando alguém estende um favor a um membro do grupo, é porque espera uma aprovação da coletividade, ou porque ele tem a confiança de que será retribuído (Portes, 1998).

Como consequência da apropriação dos indivíduos por estas fontes de capital social, têm-se os efeitos positivos tão festejados pela maioria dos autores contemporâneos, como Monastério (2005) *apud*. Cordeiro Neto & Alves (2007). Segundo esse autor, é com base nas

regras de reciprocidade, comportamentos ou redes de cooperação, formais ou informais, que os agentes de uma sociedade conseguem potencializar suas ações, alcançando resultados impossíveis de serem atingidos, se essas relações não fossem consideradas.

Entre essas conseqüências positivas do capital social, Portes (1998) destaca o controle social responsável pelo cumprimento das leis e normas sociais sem a necessidade de mecanismos formais; o suporte familiar representado em especial pela presença dos pais durante a criação de seus filhos, que chegam até a compensar a possível falta de vínculos comunitários; assim como os vínculos comunitários também podem vir a compensar a ausência dos pais; e os benefícios mediados por redes extra-familiares, que sem dúvida, é a função mais comum atribuída ao capital social e a que mais se aproxima das análises de Bourdieu (Portes, 1998).

Esses mesmos mecanismos apropriados como capital social podem, entretanto, ser responsáveis por conseqüências menos desejáveis, as quais de acordo com Portes (1998) precisam ser ponderadas em qualquer análise, a fim de se evitar a armadilha de apresentar as redes comunitárias, o controle social ou as sanções coletivas como se elas não tivessem efeitos colaterais.

Portes (1998) destaca assim, a ocorrência de situações em que grupos fechados e bem sucedidos procuram restringir o acesso de pessoas externas. Também em grupos isolados podem ocorrer circunstâncias em que membros menos esforçados pressionem aqueles mais bem sucedidos a lhes suprirem de todo tipo de direito. E quando estes sedem à pressão, acaba causando uma certa acomodação generalizada na maioria do grupo e uma sobrecarga nos mais esforçados. Os mesmos vínculos familiares que unem os indivíduos podem ainda impedir ou retardar o seu progresso, na medida em que limitem as liberdades individuais. Por último, o autor levanta a existência de normas niveladoras que operam para manter membros de um grupo marginalizado no seu local, evitando ou dificultando a sua ascensão.

Os cientistas políticos, por sua vez, trazem uma nova abordagem sobre o conceito de capital social que vai além dos benefícios obtidos de forma individual pelo relacionamento com outras pessoas ou a um grupo, para um conjunto de benefícios de caráter mais amplo e coletivo. Essa abordagem tem em Putnam um de seus mais proeminentes defensores, para quem o capital social corresponde ao grau de envolvimento associativo e comportamento participativo em uma determinada comunidade (Portes, 1998).

Putnam (1993) *apud*. Abramovay (2000) afirma que o capital social equivale a uma espécie de garantia para a sociedade, inclusive para aqueles que não dispõe de bens materiais. O que leva a compreender a colocação de Monastério (2005) citado por Cordeiro Neto & Alves (2007), de que o capital social se trata de um bem público constituído por recursos simbólicos presentes em um ambiente social de contigüidade entre seus agentes.

De acordo com Portes (1998), todavia, ao associar a perda de capital social como responsável primordial pela redução de participação popular americana nas discussões dos problemas do país, apresentando-o ainda como uma solução pronta para este problema, Putnam (1993) deixava de considerar outros fatores importantes como as mudanças políticas tecidas pelos políticos e empresários. Para o autor, ao adotar essa postura Putnam estaria procurando explicar eventos sociais importantes rotulando-os com um termo original, o qual era utilizado em seguida para formular prescrições políticas.

Nesse mesmo sentido, ao trazer o conceito do capital social como um elemento do processo de desenvolvimento territorial, Abramovay (2000) ressalta que nem em todo território o capital social é suficientemente forte para evitar que as organizações locais não sejam simplesmente uma repetição dos processos tradicionais de dominação ou se limitem às soluções dos problemas imediatos que muitas vezes motivaram a sua criação. Em muitas situações, por exemplo, os agricultores ainda são tidos pelo restante da sociedade local como incapazes de participar de um pacto em pró do desenvolvimento.

Por essa razão, Abramovay (2002a, 2002b) defende a necessidade de fomentar inovações sociais e organizacionais, munindo os agentes locais de conhecimento, educação e recursos necessários, como premissas fundamentais para que o desenvolvimento territorial seja realmente efetivado.

Em uma direção mais próxima das considerações de Portes (1998), Dias *et al.* (2006) destacam a existência de outros fatores limitantes ao desenvolvimento territorial, como a restrição da gestão das políticas públicas nos municípios a um grupo de atores que adotam na maioria dos casos, decisões voltadas a interesses próprios, em detrimento dos interesses da maioria da população.

Em ambos os relatos de Abramovay (2000) e o de Dias *et al.* (2006), nota-se a presença dos efeitos negativos do capital social apresentados por Portes (1998), como a exclusão de

pessoas ou grupos externos e a formação de redes fechadas com objetivos de facilitar a burla das normas de controle social ou leis comunitárias em benefícios de interesse particular.

Com base nessas discussões, entende-se que o capital social é um componente importante no processo de desenvolvimento territorial, porém, não existe base teórica suficiente para apontá-lo como principal ou único responsável pelo desencadeamento desse processo. Outros aspectos podem estar presentes e precisam ser minuciosamente investigados.

Por estas razões pretende-se aqui seguir as orientações de Portes (1998) estabelecendo alguns controles para que a origem histórica do capital social da Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara seja identificada, de modo que a presença do capital social seja demonstrada de forma anterior aos efeitos produzidos por ele; e também que a presença de outros fatores que possam dar conta tanto do capital social como de seus efeitos alegados sejam identificados e analisados.

Antes, porém, se faz necessário proceder toda uma contextualização sobre o território no qual a Cooperativa está inserida, para em seguida descrever o seu processo de criação e desenvolvimento, e daí realizar as análises necessárias.

CAPÍTULO II

2 O TERRITÓRIO DE IRECÊ COMO REFERÊNCIA DE ANÁLISE SOBRE O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

O território de Irecê, localizada no centro norte do Estado da Bahia, representa um vasto campo de pesquisas para todas essas questões abordadas no referencial teórico do presente trabalho. Tendo seu processo de desenvolvimento econômico, assim como em outras regiões do país, se desencadeado a partir do advento das políticas de modernização da agricultura, a região acabou sofrendo também com as diversas conseqüências negativas oriundas desse processo.

Em seguida passou por uma fase de transição quando se verificou o afloramento de uma mobilização social mais ativa, em busca de alternativas de saída para a grave crise sócio-econômica instalada na região.

Esse movimento resultou no surgimento de organizações sociais fortes que passaram a assumir, eles próprios, a implementação de empreendimentos voltados ao desenvolvimento local, como a Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara – COPERJ, objeto desse estudo.

2.1 Caracterização geográfica

Constituído por 20 municípios⁷ em uma área de 26.730,86 km² e com uma população de 391.213 habitantes, o território de Irecê está situado entre a região do Baixo Médio São Francisco ao norte, a Chapada Diamantina ao sul, o Piemonte da Diamantina a leste e a região do Médio São Francisco a oeste, tendo o município de Irecê, distante a 468 km da capital do Estado pela Estrada do Feijão (BA 052), como seu núcleo regional de comércio e serviços (SEI, 2007).

⁷ A Região Econômica de Irecê contempla 19 municípios. Com a consolidação da política de desenvolvimento territorial pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, a região ascendeu à condição de território de identidade, agregando o município de Ipujiara, após passar por um processo de consulta político-social, ao longo dos anos de 2003 e 2004.

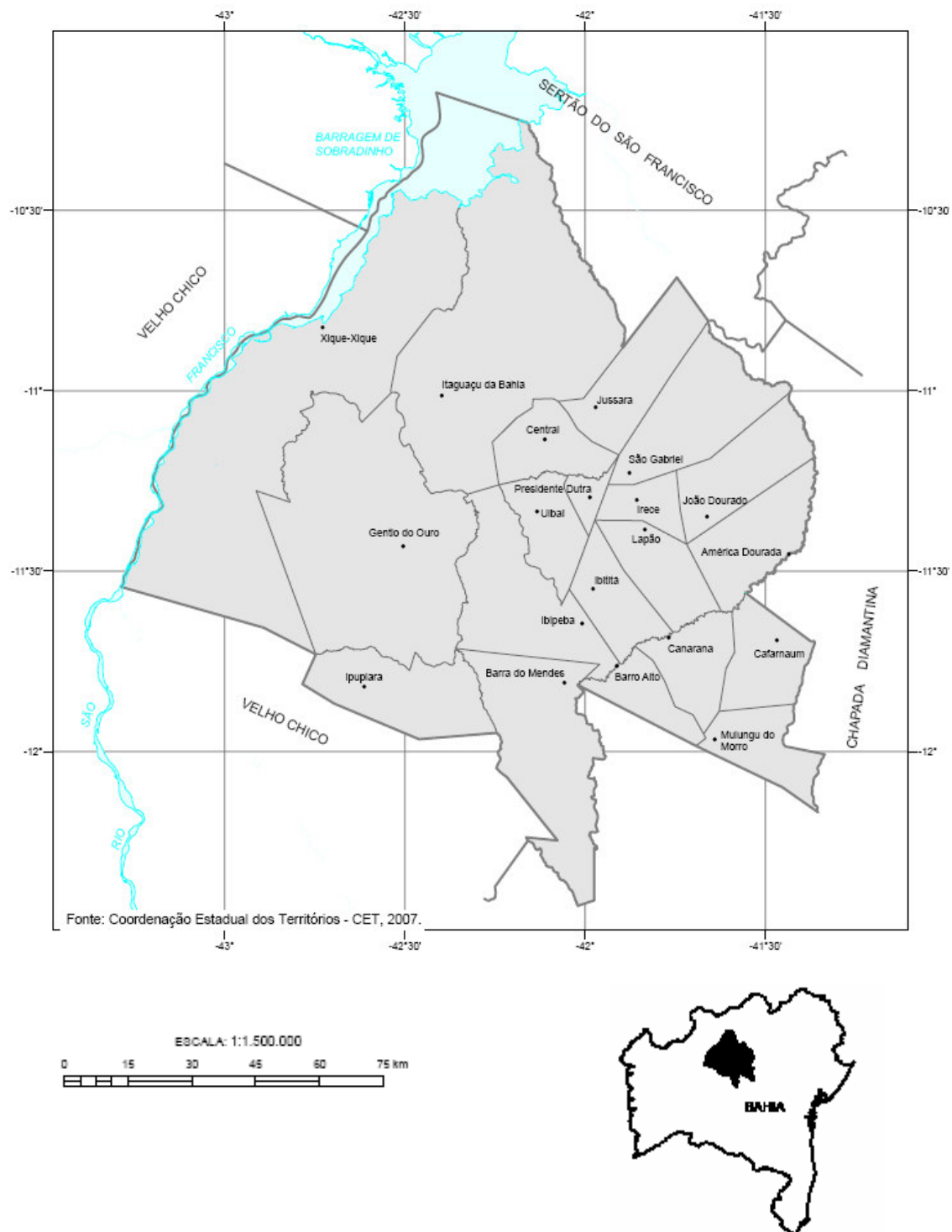


Ilustração 1. Divisão político-administrativa do território de Irecê. (Disponível em www.sei.ba.gov.br/geoambientais/cartogramas, acessado em 14 de maio de 2008).

Completamente inserida no chamado ‘polígono das secas’, o território apresenta um clima semi-árido mesotérmico⁸, com precipitação pluviométrica média em torno de 600 mm anuais, concentrada entre os meses de novembro a abril, apesar de apresentar certo grau de irregularidade mesmo nessa época. Assim, são freqüentes os períodos de estiagem que se prolongam por mais de 6 meses, o que é agravado pela elevada taxa de evapotranspiração. A temperatura média anual é de 21,8°C no planalto de Irecê, sendo julho o mês mais frio com 18,7°C (CEI, 1992; SEAGRI, 1996).

Em seu diagnóstico de municípios da região de Irecê, o SEBRAE-SIC (1995) apresenta a região como uma grande área homogênea de topografia plana, com solos calcáreos de elevada fertilidade (Cambissolos e latossolos derivados do calcário Grupo Bambuí) e permeáveis à formação de volumosos aquíferos subterrâneos. Essa visão de homogeneidade, contudo, é bastante questionável na medida em que se observa um conjunto de formações geoambientais distintas na região, como a sub-área do Platô Calcário de Irecê, que realmente possui as características descritas acima, a sub-área do Baixios com uma altitude menor e a sub-área de influência do rio São Francisco com uma presença maior de aquíferos superficiais e ainda as serras e contra-fortes da Chapada Diamantina Setentrional, conforme descreve o próprio SEBRAE-SIC (1995).

De fato, em estudo posterior a CAR (2004) mostra que, apesar de não haver grandes variações no que tange ao clima, a região possui uma relativa diversidade geoambiental com oito unidades diferentes identificadas, conforme pode ser verificado no quadro abaixo.

Tabela 1. Região de Irecê: distribuição da área por unidades geoambientais

Unidades Geoambientais	Área	
	Km ²	%
Chapada de Irecê (Platô calcário)	9.742	37,2
Baixadas dos rios Verde e Jacaré (Baixios)	5.720	21,9
Depressão de Morpará	1.689	6,5
Serra do Açuruá	3.175	12,1
Planalto da Diamantina e Morro do Chapéu	2.479	9,5
Serras da Estiva e da Bolacha	1.551	5,9
Campos de dunas	254	1,0
Planície do São Francisco	1.545	5,9
Região	26.155	100,0

Fonte: CAR (2004)

⁸ Com derivações para o megatérmico em parte do município de São Gabriel (Peixoto *et al.* 1999).

Segundo Peixoto *et al.* (1999), mesmo na unidade geoambiental do planalto calcário podem ser identificadas diferentes sub-unidades como o cárstico exposto, onde essas formações são mais evidentes apresentando solos rasos a muito rasos e um relevo suavemente ondulado. E a sub-unidade cárstico parcialmente inundado, com um relevo plano e solos moderadamente profundos, ocorrendo apenas na área do município de São Gabriel.

O reconhecimento desta diversidade é de grande importância para o entendimento da dinâmica de ocupação antrópica da região, “condicionada, evidentemente, pelas características e potencialidades de cada sistema natural” (CAR, 2004, p.35), como será visto mais adiante. O município de Jussara, por exemplo, cuja sede dista a apenas 28 km da sede do município de Irecê, tem parte de sua área situada no Platô Calcário, onde se desenvolveu uma agricultura comercial intensiva com forte impacto sobre a vegetação natural, enquanto que a outra parte de seu território está situada na unidade geoambiental do Baixio onde se manteve a tradição da pecuária extensiva nas áreas de Caatinga (CAR, 2004).



Ilustração 2. Trecho de solo raso e calcário característico do Planalto Calcário de Irecê, situado entre os municípios de Jussara e São Gabriel.

A vegetação original da região, por sua vez, apresenta-se com pouca variação, predominando a Caatinga Arbórea aberta (região fitoecológica estepe), no Platô, no Baixio e na depressão de Morpará, que juntas correspondem a 65,6% de toda a região; a Caatinga arbustiva nos campos de dunas; a Caatinga de várzea e mata ciliar de carnaúba nas Planícies do São Francisco; e áreas de contato⁹ entre Caatinga e floresta caducifólia nas regiões serranas (CEI, 1992 e CAR, 2004). Já a hidrologia é constituída pelo rio Jacaré ou Vereda de

⁹ Compreende as áreas de transição, aonde podem ser encontradas tanto espécies típicas da Caatinga como da Floresta Caducifólia (CEI, 1992).

Romão Gramacho e pelo rio Verde, ambos afluentes do rio São Francisco, que passa pela região em seu limite oeste, além de riachos de importância local (CEI, 1992).



Ilustração 3. Remanescente de Caatinga localizado no distrito do Achado, município de Irecê-BA, durante o período de chuvas, em dezembro de 2007.

2.2 Aspectos históricos

O início da ocupação da região data ainda do final do século XVI, quando a Coroa portuguesa promovia a interiorização da produção pecuária com o objetivo de abastecer o centro econômico e social da colônia, localizado no litoral, com carne bovina (Rubem, 2001; SEI, 2003; e Silva, 2006). Assim, entre os anos de 1549 e 1553, Francisco Garcia D'ávila fixava os primeiros colonos da região nas terras localizadas na margem esquerda do Rio São Francisco, concedidas pela Coroa sob o regime de sesmarias, como recompensa às vitórias obtidas sobre os índios (CAR, 2004).

Essa ocupação inicial se manteve por muito tempo restrita ao longo do vale do rio São Francisco, onde se formaram as Fazendas Barra do Rio Grande e Barra da Praia, ambas vinculadas à Casa da Torre de Garcia D'ávila, e que deram origem no final do século XVII aos núcleos populacionais de Barra (na margem esquerda do rio) e de Xique-xique (na margem direita) (SEBRAE-SIC, 1995 e Rubem, 2001).

Rubem (2001) registra também, no ano de 1663, a presença de fazendas de criação extensiva de gado bovino na área da Lagoa das Caraíbas, atual município de Irecê, oriundas de uma sesmaria remuneratória conquistada pelo Sr. Antonio Guedes de Brito de Morro do Chapéu, que deu origem à Casa da Ponte dos Guedes de Brito.

De acordo com o SEBRAE-SIC (1995), nessa época as regiões do São Francisco, Oeste, Nordeste, Feira de Santana e Litoral Norte da Bahia formavam um grande arco de pecuária em torno do Recôncavo baiano produtor de culturas agrícolas para exportação, e das zonas de mineração do Piemonte da Diamantina (Jacobina) e da Chapada Diamantina (Rio de Contas), para quem forneciam carne, couro e peles.

O povoamento da área central da região de Irecê, todavia, só veio a ocorrer a partir do ano de 1836 depois da descoberta de ouro na Serra do Açuruá localizada no atual município de Gentio do Ouro (SEBRAE-SIC, 1995; SEI, 2003). A partir desse momento, a região passou a receber um contingente de milhares de pessoas movidas pelas possibilidades que se abriram com a mineração, e que contribuiu para o povoamento de toda a região, incluindo o planalto calcário, durante todo o restante do século XIX.

Nesse período surgem os lugarejos e vilas de Barra do Mendes, Gamelera do Açuruá, Gentio do Ouro, América Dourada, Rochedo, Canarana, Canal e Irecê, todas ligadas de alguma forma à zona de mineração e à agricultura de subsistência (SEBRAE-SIC, 1995). Contribuíram para esse processo a mobilidade dos garimpeiros pela região em busca de novas minas de ouro e as constantes disputas internas entre os coronéis (CAR, 2004).

Já a região de Xique-xique se firmava como um importante entreposto comercial entre a economia sanfranciscana constituída ao longo do Rio São Francisco e as zonas de garimpo. Além disso, consolidava-se também como importante zona pecuária, atendendo a crescente demanda por carnes, couros e peles das novas áreas de mineração (SEBRAE-SIC, 1995; CAR, 2004).

Com o final do ciclo da mineração, o fluxo de imigração para a região acabou sendo inibido. Porém, terminou por estimular a fixação dos garimpeiros como agricultores e a sua dispersão pela região, sobretudo na área do platô calcário onde conseguiam obter melhores produções agrícolas, devido à elevada fertilidade natural dos solos (SEBRAE-SIC, 1995). Mas também à existência de um lençol aquífero subterrâneo notado, especialmente, na área da Lagoa das Caraíbas, atual município de Irecê (SEI, 2003; CAR, 2004).

Irecê possui um subsolo coberto por água ou rios, fato percebido por todos aqueles, que na época primitiva, cavaram buracos para fincar as quatro forquilhas e fazer suas casinhas de enchimento. Não chegavam a cavar um palmo e os buracos se enchiam de água, dificultando um pouco a construção.

Depois, vieram as famosas cacimbas inesgotáveis, capazes de matar a sede de milhares de animais e permanecerem sempre cheias (Rubem, 2001, p.73).

Essa riqueza hídrica foi a responsável inclusive pela origem do nome da cidade de Irecê, que na língua Tupi (*y-recê*), significa “à tona d’água” ou “à mercê da corrente” (Rubem, 2001). Reza uma lenda, que *Y-recê* era uma índia que andava em cima de um rio que corria por cima da terra do nascente para o poente. Mas, com o passar do tempo, devido às secas sucessivas o rio teria se escondido embaixo do solo, ali permanecendo com *Y-recê* (Rubem, 1999).

A região, então, passa a se caracterizar como uma área de pecuária extensiva com grandes estabelecimentos pecuários ao longo do vale do rio São Francisco, enquanto que no planalto calcário se consolida como área de agricultura de sequeiro voltada à subsistência e baseada em culturas de ciclo curto devido ao regime de chuvas da região (SEBRAE-SIC, 1995). A exemplo do que ocorria na maioria das regiões do interior da Bahia, a região de Irecê continuou isolada do litoral e com escassas relações com os circuitos produtivos que determinavam a dinâmica econômica do Estado. Situação essa que perdurou até meados do século XX (SEI, 2003).

Com relação ao aspecto fundiário, entretanto, a região chegava à década de 1950 com uma característica singular em relação à média do Estado da Bahia, especificamente na área do platô de Irecê com sua concentração fundiária significativamente baixa, onde 5,4% da área era constituída por minifúndios (até 10ha), correspondendo a 33,6% do número total de estabelecimentos agrícolas; 75,9% da área formada por propriedades de tamanho médio entre 10 e 500ha que respondiam por 65,8% do número de estabelecimentos; enquanto que os estabelecimentos com área superior a 500 há correspondiam a apenas 18,7% da área ocupada e a 0,6% do número de estabelecimentos (SEBRAE-SIC, 1995).

Já nas áreas do vale do São Francisco e nas Serras, observava-se uma situação oposta, mais parecida com o padrão nordestino de forte concentração fundiária, onde as propriedades acima de 500ha detinham 85,5% da área total ocupada, respondendo por apenas 4% do número de estabelecimentos. Já os minifúndios (até 10 há) representavam 65,8% do número total de estabelecimentos, ocupando uma fração ínfima de 1,4% do território (SEBRAE-SIC, 1995).

Tabela 2. Distribuição dos estabelecimentos agropecuários quanto à área ocupada e número de estabelecimentos por classe de área, no ano de 1950.

Classes de estabelecimentos por área	Platô de Irecê		Vale do São Francisco e Serras	
	% entre o total de Estabelecimentos	% da área ocupada	% entre o total de Estabelecimentos	% da área ocupada
Minifúndios (até 10 ha)	33,6	5,4	65,8	1,4
10 a 100 há	59,4	40,1	25,0	4,1
100 a 500 há	6,4	35,8	5,2	6,0
Acima de 500ha	0,6	18,7	4,0	85,5

Fonte: Adaptado de SEBRAE-SIC (1995).

A explicação para essa condição fundiária da região é encontrada justamente na história de ocupação da região, quando, em função da adversidade climática e da carência de aquíferos superficiais, as áreas do platô calcário acabaram sendo deixadas à margem pelos grandes latifúndios de pecuária bovina, que preferiram se manter nas áreas de influência do rio São Francisco, deixando o platô livre para instalação de pequenos estabelecimentos de subsistência (SEBRAE-SIC, 1995).

2.3 O processo de modernização da agricultura da região

A partir do início da década de 1940, a região passou a sofrer um incipiente processo de mecanização de sua agricultura, a partir de algumas iniciativas com o cultivo do algodão no município de Irecê, possibilitado pela topografia plana e solos de fácil mecanização (SEI, 2003). Essa experiência despertou o interesse do Governo do Estado da Bahia quanto às qualidades agricultáveis dos solos da região, chegando mesmo a enviar tratores e a abrir linhas de crédito para a aquisição de outros implementos, já no ano de 1943 (Duarte, 1963 *apud*. SEI, 2003). Também órgãos do Governo Federal passaram a atuar na região, a exemplo da Comissão do Vale do São Francisco - com assistência técnica - e o Banco do Brasil, que iniciou a oferta de crédito agrícola no ano de 1953 (CPE, 1994 *apud*. SEI, 2003).

Essas novas condições, além de contribuir para fixação dos nascidos na área, deram início a um inusitado processo de atração de migrantes, que começavam a chegar atraídos pelas novas oportunidades que se abriam (SEI, 2003, p.352).

Em função desse movimento, começaram a despontar na região novos núcleos urbanos, a exemplo de Jussara que ascendeu a município no ano de 1962 (CAR, 2004). No entanto, é no final da década de 1960 e início de 1970, com o desembarque na região da política de

modernização da agricultura e com a implantação de um sistema viário interligando a região com o restante do Estado, que se desencadeia um rápido processo de modernização e expansão da atividade agrícola comercial na região (SEI, 2003).

Apesar dos documentos pesquisados não fazerem referência à revolução verde, esse período coincide justamente com a sua fase de expansão no Brasil, conforme pôde ser observado anteriormente. Entretanto, ao contrário do padrão tecnológico baseado em monoculturas voltadas ao mercado externo, na região de Irecê esse processo esteve pautado no cultivo consorciado de feijão, milho e mamona em regime de sequeiro, direcionado ao abastecimento do mercado interno (SEBRAE-SIC, 1995; CAR, 2004; SEI, 2003). Outro aspecto que diferencia a região quanto ao padrão da revolução verde, é que a mesma preservou sua característica histórica de baixa concentração fundiária, mantendo os pequenos e médios estabelecimentos agrícolas como base de seu sistema de produção, conforme aponta o SEBRAE-SIC (1995).

Alguns fatores são apontados pela CAR (2004) como responsáveis pela opção dos governos da época em adotar a cultura do feijão, do milho e da mamona como base produtiva para o processo de modernização da agricultura. Com relação à mamona, essa cultura agrícola surgia como importante opção para as médias e grandes propriedades em função do aumento da demanda no mercado externo após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Já o feijão e o milho tinham como principal fator favorável o seu ciclo curto de produção, característica fundamental para expansão agrícola numa região de chuvas escassas e concentradas em três a quatro meses do ano. Além de não exigirem grandes áreas para se tornarem rentáveis economicamente e devido ao fato de já existir na região uma tradição no cultivo de subsistência dessas culturas.

No entanto, Rubem (2001) destaca que um fator decisivo provocou o direcionamento das políticas agrícolas na região para a expansão e modernização do cultivo do feijão. Segundo o historiador, ainda na primeira metade do século XX, houve uma forte crise no abastecimento do grão no Brasil, decorrente de uma grande seca ocorrida no Estado do Maranhão e uma intensa geada no Estado do Paraná, os maiores produtores daquela época. Com receio de enfrentar uma nova crise desse tipo, o governo identificou na região de Irecê, uma forma de garantir o abastecimento de parte do país. Além disso, a cultura do algodão

enfrentava problemas com pragas na região impedido-a de se consolidar como alternativa produtiva.

Apesar dessas diferenças, todas as outras características da revolução verde se faziam presentes, como pode ser observado nos documentos produzidos pelo SEBRAE-SIC (1995), CAR (2004) e SEI (2003) que descrevem o elevado nível de mecanização das lavouras; a utilização de insumos externos¹⁰, a exemplo das sementes de cultivares melhorados e mais produtivos; a exploração de uma mão-de-obra não especializada e barata (abundante na região do Semi-árido); e a forte presença de um crédito agrícola farto e altamente subsidiado disponibilizado por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural.

O crédito, por sua vez, exerceu o papel de principal indutor das mudanças na estrutura produtiva da região. Disponibilizado tanto para custeio, quanto para investimento e comercialização, favoreceu sobremaneira a expansão do uso de tratores, arados, defensivos e demais insumos agrícolas (SEBRAE-SIC, 1995).

Para implementação dessa política a região foi contemplada com importantes serviços de apoio técnico e financeiro e de infra-estrutura para perfuração de poços e construção de estradas, o que atraiu ainda mais pessoas para região com o objetivo de trabalhar nessas obras. Este fluxo de trabalhadores, por sua vez, se acomodava na sede regional (Irecê) e nas pequenas localidades e cidades de seu entorno (CAR, 2004).

Nessa mesma época surge a COOPIRECÊ, que chegou a ser uma das maiores cooperativas do Estado da Bahia, chegando a exercer atividades como o beneficiamento de sementes, perfuração de poços e assistência técnica, entre outras (SEBRAE-SIC, 1995). E no ano de 1976, surge a Escola de Agricultura da Região de Irecê – ESAGRI, uma escola agrotécnica estadual.

Privilegiada por essa conjuntura favorável, a região se tornou rapidamente um importante centro produtor de alimentos básicos para o mercado interno do Nordeste, apesar de as áreas serranas, o Baixo e o vale do São Francisco continuarem estagnadas e desprovidas de uma política agrícola efetiva. E isso ocorria mesmo com estas áreas apresentando uma maior abundância de água (Baixo e Vale), os núcleos urbanos mais antigos

¹⁰ Com exceção de fertilizantes, que eram dispensados em função da elevada fertilidade do solo (Peixoto *et al.*, 1999).

(Xique-xique e Gentio do Ouro) e uma estrutura fundiária mais concentrada na forma de grandes latifúndios (SEI, 2003).

Nesse momento o município de Xique-xique perde sua condição de entreposto comercial, condição essa transferida para a sede do município de Irecê, devido à sua localização privilegiada perante a malha rodoviária e à concentração das atividades produtivas no platô (CAR, 2004).

Essa condição provocou a formação de correntes migratórias dentro da região em direção à área do platô, sobretudo o município de Irecê e seus municípios satélites situados em um raio de 50 km, atraídas pelo crescimento da atividade agrícola, pela maior oferta de serviços e opções de comércio. Percebe-se assim, nas políticas agrícolas aplicadas na região, um caráter voltado à formação de pólos de desenvolvimento para onde convergiam não só os fluxos migratórios, mas também os investimentos públicos e privados (CAR, 2004).

Com a conversão de áreas antes destinadas à pecuária em áreas de cultivo de grãos, a região chega ao início da década de 1980 com o título de maior produtor de feijão do Nordeste e de mamona do Brasil (CAR, 2004).

2.3.1 Implicações advindas do modelo de modernização adotado

A partir de meados da década de 1980, surgem sinais de esgotamento do modelo de desenvolvimento instalado na região, quando começam a ocorrer sucessivas quebras nas safras dos grãos. Essa situação continuou se agravando até o início da década de 1990, quando a região entrou em uma das maiores crises de sua história, onde a imagem dos vastos campos produtivos de feijão, milho e mamona, deu lugar a um cenário de desagregação econômica e miséria absoluta de seu quadro social (SEBRAE-SIC, 1995; SEAGRI, 1996).

A tabela seguinte ilustra a progressiva redução do volume da produção agrícola na região e conseqüentemente da renda gerada direta ou indiretamente por aquelas lavouras de sequeiro que representavam a base da economia da região (CAR, 2004), e que por isso está no centro de todas as discussões sobre a crise que se abateu na região.

Tabela 3. Área, produção e valor da produção das principais lavouras temporárias da região de Irecê nos anos de 1980 e 1995.

Lavouras	Área (há)			Produção			Valor da Produção (Em R\$ 1.000,00 de abril de 2001)		
	1980	1995	Índice	1980	1995	Índice	1980	1995	Índice
Feijão	172.765	151.278	-14,2	77.536	27.393	-183,0	102.931	23.539	-337,3
Milho	168.938	39.919	-323,2	105.982	7.441	-1.324,3	43.137	2.143	-1.912,9
Mamona	73.607	34.835	-111,3	25.800	5.851	-340,9	22.372	2.426	-822,2
Total	415.310	226.032	-83,74	209.318	40.685	-414,5	168.440	28.108	-499,3

Fonte: Censos Agropecuários, 1985 e 1995/96 *apud*. CAR (2004).

Tanto o SEBRAE-SIC (1995) quanto Peixoto *et al.* (1999) atribuem ao aumento das secas a principal causa dessa drástica redução da produção agrícola da região. De fato, ao se analisar o mapa de chuvas da região fornecido pela CODEVASF (Quadro 1.), verifica-se um maior número de anos secos a partir da década de 1980, comparado com a década anterior.

No entanto, em seu livro sobre a história de Irecê, Rubem (2001) lembra que desde o ano de 1603 o vale do São Francisco sempre foi marcado por períodos de secas severas, como em 1877 e 1879 quando a estiagem dizimou milhares de seres humanos e quase toda a população animal. Ou ainda em 1932, quando Irecê foi intensamente atingida; e ainda em 1958 e 1970, quando muitas pessoas tiveram que deixar o sertão.

No momento em que o diagnóstico do SEBRAE-SIC (1995) foi elaborado, por exemplo, a região saía de um período parecido com os relatados por Rubem (2001), a seca de 1993 quando foram registrados apenas 257,5mm de chuvas anual, semelhante ao ocorrido no ano de 1986 com 245,5 mm, conforme dados da CODEVASF, apresentados na próxima página.

Quadro 1. Precipitação pluviométrica no município de Irecê, em milímetros de chuva, de 1971 a 2005.

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1971	5	71,1	46,7	95	0,5	20,4	10,5	1,3	0,5	44,8	113	80,4	489,2
1972	29,7	64,4	121,9	68,3	1,7	0	0,4	30,4	0,8	16,8	89,4	238,3	662,1
1973	77,3	3,1	175,1	40	16,4	10,6	27,3	0,1	0,5	153,1	151,1	29,3	683,9
1974	30,4	51,2	217,4	87	16,6	0	1,4	0	0	22,8	157,8	110,3	694,9
1975	121,5	52	83	115,3	0	0,9	2,7	2,4	4,2	47,4	18,4	39,5	487,3
1976	8,3	229,4	0,3	5,1	0	0,2	4,6	0	20,4	74,1	143,2	20,9	506,5
1977	293,2	32,1	5,5	106	7,6	1,6	0,2	0	148,3	30,6	122,9	393	1.141,0
1978	145,5	318,3	79,6	94	31,1	2,6	0	0,5	0	30,4	90,5	100,1	892,6
1979	193,8	153,9	70,3	59,9	8	0,5	0	1,3	0	30	53,7	120,8	692,2
1980	167,2	308,6	1,9	0,4	0,1	1,6	1	0,5	7	0,2	159,9	193,1	841,5
1981	48,4	1,2	383,3	25,1	1,5	0,6	1,5	0	0,1	3,1	48,7	46,5	560,0
1982	76,7	43,2	80,6	28,1	1,9	1	2,3	0	49,3	28,7	0	20,6	332,4
1983	135	99,1	65,1	57,7	0,1	0,1	0,7	0	4	8,4	155,6	42,5	568,3
1984	94,8	5,3	125,2	50,8	27,4	0,2	0,4	0	1,2	49,1	75,6	77,6	507,6
1985	334,9	97,9	91,4	71,4	9,7	48,5	0,4	1,3	4,4	104,4	66	258,5	1.088,8
1986	39	48	17,4	9,4	0	0	0,3	9,5	0	43,2	29,4	49,3	245,5
1987	92,5	10,4	179,9	71,4	77,1	0,3	0	0	1,7	2	80,6	60,7	576,6
1988	233,2	28,8	181	74,5	1,4	1,2	0,2	0	0	42,3	116,4	306	985,0
1989	36,5	49,1	74,7	1,7	9,1	20,5	0,1	0,7	9,7	17,8	113,7	535,3	868,9
1990	6	85,5	25,6	0,6	1,6	0,1	12,6	0	0,9	61,7	74,9	42,7	312,2
1991	130,8	4,9	107,8	14,6	0,4	0,5	0,4	0	0	0	90,6	192,5	542,5
1992	232,6	80,9	29,7	3,2	0,4	9,6	0,8	0	14	63,6	102,8	164,2	701,8
1993	46,4	8,8	0	23,4	0	0	0	1,2	1,2	22,3	54,4	99,8	257,5
1994	70,5	102,9	142,3	40,8	5	0	7,5	0	0	0	37,8	83,6	490,4
1995	65	166,2	40,9	13,3	16,5	0	3,2	0	0	51,5	161,3	111,8	629,7
1996	0	15,4	64,7	87,3	16,2	4,4	0	0	0	5,7	208,5	25,9	428,1
1997	161,1	41,8	386	65,5	2,3	0	0	0	0	123,1	30,1	22,8	832,7
1998	111,1	191	13,8	0,8	5,2	0	1,5	0	0	0,8	254,4	169,2	747,8
1999	100,1	78	56,7	0	10	0	0	0	35,2	135,8	101,9	124,5	642,2
2000	130,6	83,5	126,7	75,3	4	0,5	0,9	0	15,7	0,3	276,7	263,2	977,4
2001	2,2	2	94,6	2,8	6,4	0	1,6	0	0	1,3	33,7	104,1	248,7
2002	245,3	131,7	6,3	0	0	0	1,4	0	12,2	0	77	174,2	648,1
2003	53,2	13,6	229,2	14	38,6	1,5	0	0	7,2	0	52,7	31,9	441,9
2004	340,3	165,9	125,8	18,7	18,7	0	0	0	0	20,3	155,9	0	845,6
2005	115	169,9	109,6	40,5	143,6	3,4	0	0	0	2,6	121,2	156,1	861,9
Média	113,5	86,0	101,7	41,8	13,7	3,7	2,4	1,4	9,7	35,4	103,4	128,3	640,9

Fonte: Estação meteorológica da CODEVASF de Irecê.

Apesar das secas refletirem diretamente na produtividade agropecuária e nas condições de sobrevivência da população, muitos outros fatores podem ser verificados como determinantes da crise. Em sua análise, por exemplo, o SEBRAE-SIC (1995) deixou de considerar que em meados da década de 1970, os órgãos de fomento e extensão rural impuseram uma substituição das variedades tradicionais de feijão cultivada na região como o “Mulatinho” e o “Vagem Roxa”, por uma variedade mais produtiva e de maior valor comercial, o Feijão-carioquinha conforme relatos obtidos junto a informantes chaves do

município de Jussara e Irecê. Nos anos bons de chuva, essa variedade mostrou-se altamente promissora. Por outro lado, nos anos mais secos, seu desempenho ficou bem aquém das expectativas, expondo sua baixa adaptabilidade a áreas de clima semi-árido mais rigoroso, o que não impediu a continuidade de seu plantio. Perdia-se assim a estabilidade das variedades tradicionais.

Outro fator importante relacionado à redução da produtividade agrícola e às sucessivas perdas de safra se refere ao contínuo processo de degradação dos solos provocado pelo seu manejo inadequado e principalmente pelo uso intensivo e crescente de mecanização (Peixoto *et al.*, 1999). Segundo depoimento concedido pelo Sr. Osmar Tarrão, secretário da COPERJ, além da intensificação do uso do trator nas lavouras, a mudança do tradicional arado de aiveca para o arado de disco teria acelerado o processo de degradação dos solos da região. Uma vez que o uso freqüente desse tipo de implemento levaria a uma maior fragmentação do solo provocando a perda de nutrientes como a matéria orgânica e a compactação. Dessa forma, ele coloca a chegada e o uso inadequado do trator como um dos principais responsáveis da crise da região.

De fato, a EMBRAPA (1993) *apud*. Sobrinho (2007) confirma que os solos da região vêm passando por um intenso processo de erosão, causado, sobretudo, pelo manejo inadequado ao qual é submetido. Segundo o autor, como se tratam de solos pouco profundos e pobres em matéria orgânica, os restos culturais são rapidamente mineralizados, levando a uma baixa retenção de umidade, a uma pobre atividade microbiana e a um baixo desenvolvimento das raízes das plantas. Como os agricultores da região não se habituaram a repor os nutrientes retirados de suas lavouras, a tendência é da produtividade das lavouras se reduzirem gradativamente. O uso intensivo da mecanização pode ser averiguado na tabela abaixo.

Tabela 4. Evolução do número de tratores e arados mecânicos no Estado da Bahia, Região de Irecê e no município de Irecê.

	Tratores			Arados Mecânicos		
	1950	1970	1985	1950	1970	1985
Bahia	82	1.838	15.953	947	1.453	11.580
Região de Irecê	1	413	2.261	18	347	1.997
Irecê	-	259	1.299	4	297	1.111

Fonte: SEBRAE-SIC (1995)

Ao analisar estes números percebe-se porque Rubem (2001) separa o desenvolvimento da região em dois momentos básicos: antes da chegada dos tratores e depois da chegada dos

tratores. Segundo o autor, na década de 1980, chegou a existir um trator para cada 300 ha de terra cultivada, e mesmo a agricultura de subsistência fazia o uso da mecanização em suas pequenas áreas devido à grande oferta dessas máquinas para a prestação de serviços terceirizados, o que é confirmado por Peixoto *et al.* (1999) ao estudarem os sistemas agrícolas dos pequenos produtores da microrregião de Irecê. De acordo com os autores 94% dos sistemas agrícolas classificados como agricultura de sobrevivência e 88% dos classificados como subsistência utilizavam a tração mecânica para o preparo dos solos.



Ilustração 4. Colheitadeira de grãos fora de atividade e circulação de tratores em época de plantio no município de Jussara-BA.

Com base nos dados levantados pelo SEBRAE-SIC (1995), percebe-se que no ano de 1985 os efeitos negativos dessa mecanização excessiva já podiam ser observados na região. Enquanto no ano de 1980, 5,4% das terras destinadas à agropecuária eram classificadas como improdutivas, no ano de 1985 essa parcela havia saltado para 13,6%, o que correspondia a 165 mil ha. Apesar do SEBRAE-SIC (1995) atribuir esse crescimento às secas prolongadas, no intervalo de tempo analisado apenas o ano de 1982 havia apresentado um quadro de seca mais severa com 332,4mm de chuvas, enquanto que no ano de 1985 esse índice havia extrapolado a média para a região, com 1.088,8 mm de chuva anual, como pode ser verificado nos dados de chuvas cedidos pela CODEVASF (Quadro 01).

Todo esse processo de expansão agrícola terminou por provocar uma drástica redução da cobertura vegetal natural da região, gerando um forte impacto sobre a biodiversidade da área do platô de Irecê. Os estabelecimentos agrícolas em quase sua totalidade não mantiveram nem mesmo a área mínima destinada à reserva legal. Atualmente cerca de 78% da área do platô de Irecê já se encontram degradados, sobretudo, devido a processos de desmatamento,

queimadas, manejo inadequado do solo, contaminação por agroquímicos e erosão eólica (CAR, 2004).

No entanto, é na oferta do crédito subsidiado que parece residir a origem de todos esses problemas levantados, uma vez que o mesmo detinha o poder de indutor de todas essas mudanças verificadas na base produtiva da região. Segundo a CAR (2004), a concessão desse crédito na época da expansão agrícola era específica para as culturas do feijão, do milho, da mamona, e também da cebola. Essa informação foi confirmada durante as observações de campo, quando um extensionista que atuou naquela época informou que até mesmo os projetos elaborados pelo Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural para os produtores que pretendiam acessar o crédito agrícola eram obrigados não só a contemplar essas culturas, como também a seguir um determinado pacote tecnológico. Caso contrário, o projeto não seria aprovado pelas instituições de fomento.

Todo esse processo acabou provocando o abandono das culturas tradicionais da região e restringindo a exploração dos minifúndios. Dentre essas atividades, a que mais sofreu com as mudanças ocorridas foi a caprinocultura, uma vez que o seu convívio com as lavouras de feijão, milho e mamona, era tido como incompatível, face aos hábitos alimentares dos caprinos e à sua facilidade de transpor as cercas comuns (CAR, 2004). Como a criação destes animais estava ligada basicamente aos pequenos produtores, e estes não possuíam condições econômicas para investir na construção de cercas reforçadas com sete fios de arame, o que era exigido pelos produtores de grãos através da lei dos sete fios¹¹, a caprinocultura foi cada vez mais se afastando para áreas marginais, praticamente desaparecendo da zona onde se intensificaram os cultivos agrícolas (CAR, 2004).

Esse processo pôde ser constatado no município de Jussara por Toledo (1997). Tradicional criadora de caprinos, depois que os agricultores de Jussara começaram a aderir às políticas de fomento à produção de feijão em meados da década de 1970, a caprinocultura foi gradativamente sendo colocada para segundo plano no município. Esse fato vem confirmar a colocação de Bastos (2007), de que dentre os efeitos negativos do processo de modernização da agricultura ocorrido no Brasil, figura uma mudança significativa nas bases técnicas de produção tradicionais.

¹¹ Normativa informal imposta pelos agricultores a fim de evitar prejuízos causados às suas lavouras em decorrência da invasão dos pequenos ruminantes.

Tão grave quanto esse abandono das culturas tradicionais, entretanto, foi o endividamento dos pequenos produtores provocado pelas políticas de crédito agrícola desse período. Segundo a CAR (2004), no final da década de 1980 muitos produtores tiveram que vender suas terras para saldarem as dívidas com os bancos, de modo que a concentração fundiária da região só não ficou mais acentuada, em vista do programa de reforma agrária implantado na região nos anos de 1986 e 1987.

Couto Filho *et al.* (2004) chamam a atenção de que esse tipo de crédito agrícola altamente subsidiado utilizado como meio para o processo de modernização da agricultura brasileira, apresentava como efeito colateral uma queda na eficiência da aplicação desses recursos, além de permitir desvios para aplicações mais rentáveis. Levando em consideração essas análises, compreende-se a relevância que a derrocada dos subsídios no crédito agrícola representou para a região, uma vez que pegou a maioria dos produtores despreparados para gerir financiamentos tomados a juros de mercado, sem contar o aumento dos custos de produção e redução dos preços dos produtos agrícolas verificados naquela época, conforme discutido no capítulo anterior.

Com o desencadeamento da crise no início da década de 1990, medidas cada vez mais restritivas à obtenção do crédito foram impostas, devido aos constantes riscos de perdas de safras decorrentes da estiagem, à redução da produtividade das lavouras e também ao alto índice de inadimplência entre os produtores (SEAGRI, 1996). A situação tornou-se ainda mais crítica quando, em decorrência dessa redução da produtividade e sucessivas quebras de safras, o Ministério da Agricultura, em seu zoneamento para alocação do crédito agrícola, suprimiu a região de Irecê das áreas que seriam beneficiadas quanto ao cultivo do feijão (CAR, 2004).

Como se não bastasse, ao mesmo tempo em que se verificava a acumulação de tantos fatores negativos (degradação dos solos, endividamento dos produtores, maiores restrições ao crédito, estiagem prolongada e desigualdade espacial), o país implantava sua macropolítica do Estado Mínimo, na qual o serviço de Extensão Rural constava entre aqueles que o governo julgava não ser de sua responsabilidade, tendo em vista que “os pacotes tecnológicos dos grandes grupos agroindustriais já incluíam assistência técnica aos agricultores” (Altafin, 2003, p.178).

Assim, no decorrer da década de 1990 ocorre um verdadeiro dismantelamento dos órgãos e empresas estatais responsáveis por esse serviço conforme pode ser constatado por Navarro (2001). Funções importantes, como a das extensionistas sociais capacitadas na área da economia doméstica, e que difundiam informações sobre saúde, aproveitamento dos alimentos, artesanato, entre outras, de um modo geral perderam seu espaço (Siliprandi, 2002). Dessa forma, um grande universo de agricultores não alcançados pelo mercado teve seu direito de acesso a esse serviço essencial, ignorado pelas políticas públicas daquele momento (Altafin, 2003, p.178). No caso de Irecê, isso acontecia num momento em que mais os agricultores precisavam de suporte do Estado.

Além dessas questões, o modelo de desenvolvimento fundamentado na formação de pólos trouxe sua contribuição na gênese da crise sócio-econômica vivida pela região, em decorrência da desigualdade espacial que ela proporcionou. Sobre esse aspecto, a CAR (2004) chama a atenção para os graves problemas sociais adquiridos pelas áreas que assumem o papel de pólo de desenvolvimento. Isso decorre da grande atratividade demográfica que esses pólos exercem sobre as populações das áreas circunvizinhas que não dispõem de boa qualidade nos serviços ou opções de trabalhos. Assim, as áreas pólos passam a sofrer uma forte demanda para ampliação de serviços e equipamentos públicos, o que na maioria das vezes não pode ser atendido devido a limitações de recursos financeiros dos governos.

Durante as décadas de 1970 e início da de 1980, esse fenômeno de atratividade podia ser verificado claramente no pólo de Irecê (SEBRAE-SIC, 1995). Com o desencadeamento da crise econômica na região no início da década de 1990 e sua associação à seca de 1993, o fluxo interno de migrantes passou a ser estimulado pela maior dificuldade dos municípios periféricos darem suporte à população, até porque estes municípios foram preteridos durante muito tempo de políticas direcionadas à geração de empregos ou serviços básicos. Assim os migrantes seguiam em direção a cidade de Irecê, na expectativa de encontrar uma maior oferta de serviços ou simplesmente para saírem da região rumo a outros centros regionais como Feira de Santana ou mesmo para outros Estados. Contudo, tanto o município de Irecê, quanto os seus satélites não tinham capacidade para atender a essa demanda, até mesmo pela fragilidade de seus serviços sociais básicos como a saúde, saneamento básico, educação e habitação (SEBRAE-SIC, 1995).

A ênfase na implementação de diretrizes e políticas em determinados espaços estaduais tem levado ao esvaziamento do campo e ao crescimento veloz de

algumas áreas urbanas do Estado, principalmente da capital. Este fato resultou no crescimento desordenado das cidades, no estrangulamento dos serviços e equipamentos sociais e numa demanda não atendida, visto que as possibilidades de investimento estatal se encontram sempre aquém das necessidades crescentes da população (CAR, 2004, p.26).

Essa visão crítica sobre os pólos de desenvolvimento é encontrada também nas análises de Gusmão (1996) e de Sachs (2004), conforme discutido no capítulo I da presente dissertação.

Com base em todos esses condicionantes, pode-se aferir que a crise sócio-econômica que se abateu sobre região de Irecê na primeira metade da década de 1990 foi causada por uma falência do modelo de desenvolvimento implantado na região. Com um viés setorial fundamentado na modernização da agricultura, o crédito subsidiado característico das políticas de suporte da revolução verde deteve um papel de destaque nesse processo ao ser a principal ferramenta de indução às transformações ocorridas e também por ter causado uma relação de forte dependência com os produtores rurais.

2.4 O surgimento de novas perspectivas

Em meio à crise, a região de Irecê começa também a experimentar um movimento em busca de alternativas. Esse movimento tendia-se naturalmente na direção de uma diversificação das atividades econômicas da região e na mobilização da sociedade civil.

2.4.1 Diversificação das atividades econômicas

O primeiro forte movimento no sentido de diversificar as atividades agrícolas da região aconteceu no município de Jussara, logo que a queda dos subsídios do crédito agrícola e as estiagens prolongadas anunciavam dificuldades para o modelo de produção centrado no feijão, no milho e na mamona, conforme relato de informantes chaves da região. Como Jussara apresentava solos menos férteis do que Irecê e um índice pluviométrico inferior, os agricultores do município procuraram logo diversificar sua produção com culturas de sequeiro mais adaptadas aos rigores do clima semi-árido, como o sorgo, o algodão e a própria mamona.

Isso deve explicar, porque no ano de 1993 Jussara figurava como único município que estava, de forma simultânea, entre os grandes produtores de sorgo, algodão, milho, feijão e mamona da região, de acordo com dados apresentados pelo SEBRAE-SIC (1995).

É na agricultura irrigada, entretanto, que são depositadas as maiores esperanças de soerguimento da região. Embora presente desde o ano de 1970, a irrigação em bases tecnológicas modernas só vem a se expandir no final da década de 1980, com queda na produção dos sistemas de sequeiro. Assim, entre os anos de 1988 a 1993, foram incorporados aos 1.500ha já existentes, mais 4.000ha de áreas irrigadas, tendo como base o cultivo de olerícolas, em especial a cenoura com 3.850ha e a beterraba com 825ha, seguidos pela cebola com 550ha e o alho com 220ha (SEBRAE-SIC, 1995)¹². No final da década de 1990, algumas culturas permanentes passam a ter maior representatividade na agricultura irrigada, sobretudo a manga e a pinha (CAR, 2004).



Foto: Nilton Bastos de Carvalho Filho



Foto: Antonio Lemos Maia Neto

Ilustração 5. Produção de olerícolas irrigada em pivô-central e pinha irrigada por gotejamento no planalto de Irecê.

Essa rápida expansão e intensificação do uso da irrigação, entretanto, se deram de forma desordenada provocando uma superexploração da sub-bacia hidrológica do Planalto de Irecê. Com a ocorrência das secas de 1990 e 1993, a vazão dos poços diminuiu mesmo com a água presente a profundidades inferiores a 20 metros. Com isso, as áreas irrigadas passaram a ocupar o vale do rio Verde, com maior oferta hídrica. Mesmo nessas áreas, contudo, os conflitos pelo uso dos recursos hídricos se faziam presentes em decorrência do grande número de poços tubulares perfurados. Contribuíram para esse processo a ausência completa naquela

¹² Uma peculiaridade que deve ser mencionada, é que a maioria dessas áreas foram implantadas com recursos próprios dos irrigantes, sem a ajuda do crédito bancário (SEBRAE-SIC, 1995).

época do controle da perfuração de poços, da fiscalização e do monitoramento do uso da água (CAR, 2004).

A despeito dessas limitações, a irrigação segue com uma tendência de ampliação, como pode ser percebido no levantamento realizado pela CAR (2004) junto ao setor elétrico da região, no qual consta que “entre os anos de 1995 e 2000 foram incorporados 627 novos usuários vinculados à classe rural/irrigação, 966 à comercial e 40 à industrial” (p.66).

A área do Baixio, com sua maior proximidade do rio São Francisco, é apontada pela maioria dos documentos pesquisados como principal estratégia de expansão da agricultura irrigada e para recuperação da economia regional. Com base nessa potencialidade a CODEVASF elaborou o projeto Baixios de Irecê, o qual prevê a implantação de cerca de 180.000ha de área irrigada distribuída entre os municípios de Xique-xique, Itaguaçu da Bahia e Sento Sé (CEI, 1992). Sobre esse projeto a CAR (2004) fez o seguinte comentário:

As transformações do processo produtivo através da tecnologia de irrigação irão promover a inserção da região nos mais variados mercados, seja no plano regional, nacional e, até mesmo, internacional. O pólo de Juazeiro/Petrolina é um exemplo bem característico de vinculação regional com outros mercados (CAR, 2004, p.27).

Como o projeto ainda não foi implantado, mas consta na agenda política do país, é importante que sejam observadas as conseqüências negativas presentes no pólo de Juazeiro/Petrolina tratadas no primeiro capítulo deste trabalho, para que os mesmos erros não sejam replicados na região de Irecê.

Além da irrigação, percebe-se na segunda metade da década de 1990, uma retomada da pecuária na economia da região, o que pode ser atestado pela crescente participação do segmento animal na obtenção do crédito agrícola, enquanto que a participação das lavouras diminuiu (CAR, 2004). Segundo a CAR, com base nos dados do IBGE, entre os anos de 1980 e 1995 as explorações pecuárias dobraram a sua participação no valor total da produção agropecuária, saltando de 15 para 30%.

A SEAGRI (1995) ressalta que esse movimento de retomada da pecuária se deu na área do platô calcário, mas principalmente no vale do rio Verde, onde a produção de gado bovino leiteiro começava a tomar impulso com base na irrigação e na utilização de restos das culturas agrícolas no manejo alimentar.

O tri-consórcio feijão-milho-mamona, contudo, segue como a atividade mais representativa da região, ocupando 91,19% da área colhida no ano de 1998. Enquanto o sorgo granífero e o algodão herbáceo também ganhavam uma maior importância para a região (CAR, 2004).

De acordo com Rocha *et al.* (2004), apesar dessas mudanças, de uma maneira geral os agricultores ainda encontravam certa dificuldade em ampliar a comercialização de seus produtos, ainda dominada por atravessadores, que normalmente definem e controlam os preços e condições de pagamento.

2.4.2 Iniciativas de mobilização social

A região econômica de Irecê sempre teve uma pequena tradição de mobilização social dentro de sua população (Sobrinho, 2007). De acordo com declarações de informantes-chave na presente pesquisa, no ano de 1980 a única experiência conhecida de organização da sociedade civil era a Associação Comunitária de Palmeiras, no município de Central. Até que no ano de 1981, no município de Uibaí, tem início uma série de discussões sobre o associativismo durante reuniões que eram promovidas pela antiga EMATER, resultando na fundação da Associação Beneficente do Caldeirão – ABC, em janeiro do ano de 1982.

Segundo o Sr. Wilson Machado da COOPIRECÊ, naquela época as reuniões para constituição da ABC tinham que acontecer a portas fechadas, caso contrário seriam reprimidas pelo governo militar. Qualquer tipo de mobilização social era taxado como uma conspiração comunista. Só mais tarde é que o governo começou a entender que aquilo se tratava de uma forma de organizar a produção agrícola, sem vínculos políticos. Isso explica, em parte, a carência de organizações sociais na região, durante a década de 1970 e início da década de 1980.

Durante muitos anos, apenas a Associação Comunitária de Palmeiras e a ABC se mantiveram ativas na região, até o final da década de 1980 e década de 1990, quando começaram a surgir novas iniciativas de mobilização da sociedade em decorrência da crise sócio-econômica que se abateu sobre a região. Segundo a CAR (2004), estas organizações tinham como objetivos desde o resgate cultural e preservação ambiental, o atendimento de necessidades básicas das famílias carentes, até a busca de alternativas de saída para a condição social precária que se instalara na região.

É o caso do Centro de Assessoria do Assuruá – CAA, uma organização não-governamental fundada no ano de 1990 no município de Gentio do Ouro, e que iniciou suas atividades com o foco direcionado ao resgate das manifestações culturais e folclóricas, à preservação ambiental e à utilização racional da terra nas sub-áreas serranas da região e Chapada Diamantina Setentrional (CAA, 2006). Com o tempo, o CAA expandiu sua atuação para toda a região de Irecê com o objetivo de “contribuir para a qualidade de vida no Semi-árido através da construção e disseminação de referências de conquista da cidadania e desenvolvimento sustentável”, tendo entre suas estratégias de ação a organização das famílias em associações comunitárias e produtivas (CAA, 2007).

Outra organização não-governamental que desenvolveu atuação significativa na região foi o Grupo de Apoio e Resistência Rural - GARRA, voltada às questões sócio-econômicas políticas e ambientais, tendo como base a convivência com o semi-árido (Sobrinho, 2007).

De acordo com relatos do informante-chave IC-5, aproveitando-se da profunda crise social da região, muitos prefeitos fomentaram a criação de inúmeras associações beneficentes, que tinham como finalidade servir de instrumento político. Mas algumas se sobressaíram, se desvincularam do jugo político-eleitoral e estão hoje prestando uma importante contribuição à recuperação do território e ao seu desenvolvimento, como foi o caso da Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Jussara – ACCOJUS, que mais tarde veio dar origem à Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara.

CAPÍTULO III

3 CRIAÇÃO E EVOLUÇÃO DA COOPERATIVA DOS EMPREENDEDORES RURAIS DE JUSSARA - COPERJ.

3.1 A Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Jussara - ACCOJUS

No início do ano de 1996, a coordenação da campanha política de um dos candidatos à Prefeitura Municipal de Jussara convida um grupo de 13 técnicos agrícolas, um médico veterinário e um engenheiro agrônomo que atuavam no município com a finalidade de levantar alternativas ao modelo agropecuário em crise da região de Irecê. Essas alternativas, por sua vez, fariam parte da plataforma de campanha do referido candidato com o objetivo de vencer as eleições que aconteceriam naquele ano (IC7).

Após um intenso processo de reuniões e discussões estava claro para o grupo, que a sobrevivência do homem no Semi-árido dependia de alternativas econômicas adaptadas à região e que oferecessem uma renda regular ao longo do ano, principalmente depois da saída do crédito agrícola (IC8; IC1). Dessa forma, é lançado o Projeto Novo Mundo, que tinha como proposta resgatar a criação de caprinos com vistas à produção de carne, leite e peles (Tarrão, 1996).

Não adiantaria, contudo, retomar a tradição da criação de caprinos no município, se essa não viesse acompanhada de uma melhoria das bases técnicas de produção e de estratégias de acesso ao mercado. Caso contrário, a atividade poderia não cumprir o papel pelo qual ela estava sendo resgatada, o de fonte alternativa de renda para o pequeno produtor rural do município e melhoria de sua qualidade de vida (Cabra de Corda, 2006).

Isso não significa a substituição de um sistema tradicional por um completamente novo e avançado, mas um sistema misto, onde os conhecimentos tradicionais de uso da Caatinga para alimentação animal seriam conciliados a técnicas de conservação de forragem, como a ensilagem e a fenação, a integração com as lavouras da região como o pastejo sobre os restos das culturas do milho ou do algodão e manejo sanitário e reprodutivo (Toledo, 1997).

Dessa forma, o Projeto Novo Mundo idealizou dois sistemas de produção básicos, de modo que todos os tipos de produtores do município tivessem condições de adotá-los. O

primeiro se tratava de um sistema semi-intensivo para áreas de até 50ha com ênfase na produção de leite através de raças melhoradas, estocagem de alimentos (silagem e feno) e construção de instalações adequadas. Enquanto o segundo se caracterizava por um sistema de produção semi-extensivo, voltado às propriedades com área superior aos 50ha, aonde seriam produzidos animais com aptidão à produção de carne (Tarrão, 1996).

Para fechar a cadeia de produção, o Projeto Novo Mundo estabeleceu a necessidade de se implantar uma indústria de transformação para o leite, um frigorífico e um curtume, os quais permitiriam uma agregação de valor aos produtos da associação (Tarrão, 1996). Só assim seriam capazes de superar as limitações impostas pelo mercado local, intimamente dependente das feiras locais e do comerciante intermediário. Essa era a mesma dificuldade que Rocha *et al.* (2004) haviam descrito sobre a diversificação das atividades agropecuárias por que passava a região de Irecê naquela época.

Por fim, o grupo decide constituir uma associação de criadores de caprinos e ovinos visando colocar em prática o Projeto Novo Mundo, além de levantar a necessidade de se estabelecer algumas parcerias estratégicas com instituições de pesquisa, assistência técnica e fomento (Tarrão, 1996). Assim, no dia 24 de julho de 1996, em uma assembléia geral extraordinária é fundada a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Jussara – ACCOJUS, contando em seu quadro social com o grupo que trabalhou no projeto Novo Mundo, mais alguns produtores do município (ACCOJUS, 1996).

Como a maior parte do grupo era formado por técnicos sem ligação política, logo eles entenderam que não podiam manter um vínculo político se quisessem fazer uma coisa duradoura. O único que não era técnico era o candidato a prefeito que realmente tinha interesses políticos com aquela mobilização, que terminou por lhe garantir a eleição ao governo municipal. Os técnicos, entretanto, procuraram manter sua independência política, e até hoje, segundo os entrevistados, nenhum prefeito jamais interferiu nas decisões da Associação. Isso não significou uma ruptura com o governo municipal. Pelo contrário, procuraram manter uma boa relação com a Prefeitura, utilizando-a como uma instituição parceira, o que foi muito importante para viabilizar o projeto Novo Mundo nessa fase inicial (IC1).

Com a ACCOJUS devidamente formalizada inicia-se, então, uma busca incessante por conhecimentos. E logo em seu primeiro ano já haviam realizado inúmeras missões técnicas,

como a alguns estabelecimentos de criação de caprinos leiteiros na região metropolitana de Salvador, ao Centro Nacional de Pesquisa de Caprinos da Embrapa em Sobral-CE, a um frigorífico especializado em pequenos ruminantes que acabara de ser inaugurado no município de Quixadá - CE, entre tantos outros locais. “Procuramos visitar todas as experiências, fossem boas ou ruins” (IC1).

Essa missão ao Estado do Ceará rendeu à Associação o projeto para construção de um abatedouro-frigorífico específico para caprinos e ovinos com capacidade de abate de 100 animais por dia. Esse projeto surgiu de um contato estabelecido com um consultor, que estava trabalhando na elaboração de uma planta frigorífica desse tipo e a ofereceu à Associação (IC7).

Nessa mesma época, eles iniciam um trabalho intensivo de mobilização e sensibilização dos produtores rurais do município, por meio de palestras e reuniões, culminando com o I Seminário Regional de Caprinos e Ovinos, que aconteceu na cidade de Jussara, no dia 11 de julho de 1997, contando com apresentações de importantes especialistas na área da caprino-ovinocultura e empresários do setor. Além de importantes informações sobre a produção de caprinos e ovinos, este seminário sinalizou para a existência de um amplo mercado de produtos oriundos da caprino-ovinocultura, o que levou à realização de uma segunda versão do seminário no ano de 1998.



Ilustração 6. Adesivos sobre os seminários realizados pela ACCOJUS, expostos na sede da COPERJ.

Munida de informações e conhecimentos a ACCOJUS, decide que era preciso direcionar os esforços para produção e conservação de alimentos e só depois nos animais, uma vez que a pequena disponibilidade de alimentos nos períodos de estiagem se mostrava como o principal limitante para a produção pecuária no Semi-árido. Eles tinham a consciência de que o clima não ia mudar, o que tinha que mudar era a maneira deles pensarem. “Não se

pode adotar a postura de querer combater a seca, mas sim de conviver com ela, afinal ela é um fenômeno natural típico da região” (Gilvan Brito).

Um ano depois, eles já haviam produzido cerca de três mil toneladas de silagem anuais, e estavam criando 100 cabras em 1ha em sistemas de produção intensivos, previstos desde a elaboração do Projeto Novo Mundo.

Com estes resultados alguns produtores do município, dentre os quais filiados da ACCOJUS, passaram a comercializar seus animais diretamente para um frigorífico especializado em caprinos e ovinos no município de Feira de Santana, e em pouco tempo já eram o principal fornecedor do frigorífico (Toledo, 1997).

A Associação havia alcançado as suas metas iniciais de excelência na produção e conservação de alimentos, melhoria do manejo geral do rebanho, e da produtividade, mas faltava colocar em prática o plano de verticalização da produção. Até por que eles tinham percebido na experiência de venda de animais para o frigorífico, que a indústria é quem ficava com a maior parte da renda produzida por eles (IC1). Só que para a implantação do complexo agroindustrial previsto no Projeto Novo Mundo, era necessário um grande aporte de recursos financeiros, os quais os produtores não dispunham.

Foi então, que entre os anos de 1996 e 1997 tiveram início, sob a coordenação da EBDA, as discussões de implantação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar Infra-estrutura na região, que resultou na seleção de cinco municípios, dentre eles Jussara. Em 1997 o Pronaf Infra-estrutura foi instituído oficialmente, sendo criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR com o objetivo de direcionar a aplicação dos recursos do programa no município, o que era uma exigência do programa.

Na composição do CMDR entraram várias pessoas ligadas à ACCOJUS, e para dirigir o Conselho foi eleito o Sr. Osmar Tarrão, que na época também acumulava a função de Secretário Municipal de Agricultura, e era um dos sócios fundadores da ACCOJUS e coordenador da elaboração do Projeto Novo Mundo. Como o Sr. Osmar, representava a Prefeitura Municipal e já havia articulado com o Prefeito a autonomia para gerir o Pronaf Infra-estrutura, o CMDR pôde direcionar os poucos recursos do Programa exclusivamente para o projeto de verticalização proposto pela ACCOJUS.

Dessa forma, foram disponibilizados recursos financeiros para construção de um laticínio, uma unidade de produção de embutidos e defumados e uma unidade de processamento de polpa de frutas, que forneceria matéria prima para o laticínio produzir iogurtes com polpa de frutas. A construção destas unidades teve início no ano de 1998, e no ano seguinte a fábrica de embutidos e defumados e o laticínio já estavam funcionando. A implantação da unidade de polpa de frutas não foi finalizada em decorrência de outras prioridades da Associação, mesmo assim encontra-se hoje com cerca de 60% de suas instalações concluídas.

Ainda pelo Pronaf Infra-estrutura, entre os anos de 1998 e 1999, com os recursos que estavam disponíveis, o CMDR conseguiu garantir a compra dos equipamentos necessários à implantação do abatedouro frigorífico e a construção de uma rede de água até o local aonde seria construído o frigorífico (IC7).

O Pronaf Infra-estrutura seguia assim, prestando uma importante contribuição ao plano de instalação de um complexo agroindustrial no município de Jussara. Até que no ano 2000 a administração municipal, reeleita naquele ano, deixou de providenciar a documentação exigida pelo programa e o município não pôde receber os recursos, no valor de R\$ 500.000,00 que seriam aplicados nos projetos da ACCOJUS (IC7).

Como eles já haviam conseguido os equipamentos para o frigorífico, foram em busca de uma instituição financeira para construção de sua infra-estrutura física. A instituição disponibilizou uma carta de crédito de um milhão e duzentos reais, mas mostrou também o histórico de nove abatedouros que já haviam sido financiados, e que estavam todos com capacidade de abate ociosa e dívidas bastante altas. Daí eles abortaram a missão imediatamente (IC4), e somente no ano de 2003, deram início às obras do frigorífico a partir de recursos não reembolsáveis disponibilizados pelo Governo do Estado da Bahia, como será visto adiante.

Já para implantação do curtume, identificaram através das reuniões do FUMAC, a possibilidade de conseguirem os recursos necessários para aquisição dos equipamentos, junto à Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR. Só que a liberação dos recursos só veio a acontecer no ano de 2004 por meio da assinatura de um convênio (CAR, 2004b).

Paralelamente ao processo de implantação do laticínio e à busca de recursos para a continuidade das obras do complexo agroindustrial, a ACCOJUS tratou de articular com os agentes financeiros a formação de um rebanho caprino de aptidão leiteira no município. Inicialmente, conseguiram fechar com o Banco do Brasil o financiamento de 17 projetos no ano de 1997. Logo em seguida, em função da existência do projeto do laticínio e dos bons resultados alcançados na produção de leite de cabras, o Banco do Nordeste passou a apoiar o projeto, contratando cerca de 830 projetos num total de 1.240 animais, especialmente matrizes de raças leiteiras ou suas mestiças, conforme consta em COPERJ (2002).

Além disso, ao se constituir os primeiros plantéis no município de Jussara eles adotaram uma prática de empréstimo de reprodutores e doações de animais, disseminando ainda mais a criação de cabras leiteiras. Isso tudo explica a grande quantidade de animais com aptidão leiteira verificada no município durante os trabalhos de campo da presente pesquisa.



Ilustração 7. Produção de caprinos leiteiros no entorno da cidade de Jussara-BA.

3.2 A criação da Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara

Com a entrada em funcionamento do laticínio, os associados começaram a intensificar sua produção de leite de cabra e entregá-la ao laticínio da ACCOJUS, onde era submetido ao processo de pasteurização lenta e em seguida transformado em iogurte. A Prefeitura Municipal comprava a produção e a inseria na merenda escolar do município. Com isso os associados se estimularam a investir mais em suas propriedades, enquanto outros produtores de fora da Associação começaram a aderir à atividade.

Esse crescimento fez com que a direção da ACCOJUS atentasse que a estrutura de uma associação não era mais suficiente para dar continuidade aos seus projetos. Para ter acesso a

novos mercados, seria preciso adquirir uma personalidade jurídica e contábil que permitisse a emissão de nota fiscal, entre outros aspectos. Concluíram então que havia chegado o momento de constituir uma cooperativa no município. A ACCOJUS, entretanto, continuou em atividade, desempenhando um papel fundamental na consolidação da cooperativa e para o desenvolvimento do município.

Assim, em junho do ano 2000, é realizada a assembléia de constituição da Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara, a COPERJ, formada naquele momento por 40 sócio-fundadores (COPERJ, 2000), entre eles representantes da ACCOJUS e das outras associações comunitárias do município. Para isso, as reuniões do FUMAC foram fundamentais para dar credibilidade à proposta de fundação da cooperativa, pois permitiu que os representantes das demais associações tivessem conhecimento da trajetória da ACCOJUS (IC1). A fundação foi realizada apenas com esses 40 produtores por questões práticas para constituição legal da cooperativa. No ano de 2002 já contavam com 217 cooperados, sendo que desse total, 11 eram Associações, com direito a um voto (COPERJ, 2002).

Neste mesmo ano, entretanto, após a reeleição do Prefeito, a o Governo Municipal deixou de adquirir o iogurte da COPERJ para a merenda escolar, repetindo o mesmo gesto de quando não apoiou a Associação na obtenção dos recursos do Pronaf Infra-estrutura. Sem a compra do iogurte pela Prefeitura e impossibilitados de ter acesso a outros mercados fora do município, uma vez que o laticínio ainda não estava regularizado junto ao Serviço de Inspeção Estadual, a cooperativa não teve condições de continuar absorvendo a produção de seus cooperados, que chegaram a ficar sem receber pelo leite entregue ao laticínio.

Com isso, o produtor deixou de dar ração às cabras, que foram enviadas para o cruel¹³ para serem criadas soltas com os cabritos na Caatinga, e o mais grave, a credibilidade da Cooperativa perante os seus cooperados e à sociedade local ficou bastante fragilizada (IC2; IC1; IC4).

¹³ Corresponde ao norte do município de Jussara e partes dos municípios de Itaguaçu da Bahia e Sento Sé, aonde a vegetação da caatinga ainda encontra-se bem preservada. Na verdade a área denominada de cruel corresponde à mesma sub-área do Baixio, que ganhou esse nome em função da ausência de águas superficiais ao longo de uma extensa área que vai de Jussara até as proximidades do Rio São Francisco na altura do município de Sento Sé. Nos tempos antigos, quando os primeiros aventureiros vieram de Sento Sé em direção à região de Irecê, eles percorriam um longo caminho sem encontrar qualquer fonte de água que pudesse saciar a sua sede. Em determinado ponto da viagem, quando a situação ficava bem crítica, eles exclamavam como aquele lugar era cruel.

Chegou-se a um ponto muito difícil, quando eles já não dispunham de recurso algum para manter o empreendimento. Não havia mais expectativa de recuperação e, até mesmo aquele grupo original de referência começava a demonstrar certo esgotamento (IC2). Foi quando, no ano de 2002 o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE começou a desenvolver ações voltadas ao agronegócio e identificou uma possibilidade de se trabalhar o fechamento da cadeia produtiva da caprino-ovinocultura, com base no projeto do complexo agroindustrial da COPERJ.

C15: O SEBRAE chegou num momento tão oportuno, nos pegou pelo braço e nos levantou para seguirmos juntos.

3.3 A consolidação do Complexo Agroindustrial de Jussara

No ano de 2002, o SEBRAE estava começando a trabalhar com o sistema DLIS¹⁴, que no ano seguinte veio a dar origem ao Projeto Aprisco¹⁵. No Estado da Bahia, esse projeto foi iniciado de forma simultânea em comunidades de 43 municípios selecionados pela concentração de caprinos e ovinos. Como no município de Jussara havia o projeto do complexo agroindustrial, o SEBRAE identificou uma excelente oportunidade de aplicar a sua metodologia de redes associativas empreendedoras, fechando toda a cadeia produtiva. Dessa forma, todas as comunidades atendidas pelo programa na região de Irecê foram trabalhadas com foco voltado à Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara (IC13).

Nessa mesma época, estava se iniciando o Programa Minha Roça, desenvolvido pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA, órgão vinculado à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia, e pela Secretaria de Combate à Pobreza e Desigualdades Sociais – SECOMP. Dentre os objetivos do Programa figurava a regularização fundiária de minifúndios, o assentamento de famílias já acampadas e a viabilização de assentamentos de reforma agrária já existentes¹⁶. Apesar de não estar ligada a programas de reforma agrária, a COPERJ estava localizada próxima de alguns assentamentos, os quais poderiam ser beneficiados diretamente pelo projeto do complexo agroindustrial.

¹⁴ Desenvolvimento Local Integrado Sustentável

¹⁵ Programa criado pelo SEBRAE para desenvolver a cadeia produtiva da caprino-ovinocultura no Nordeste brasileiro.

¹⁶ Disponível em: http://www.seagri.ba.gov.br/cda/programa_minharoca.html, consultado em 23/02/2008.

Dessa maneira, no mês de outubro do ano de 2002, a CDA firma três convênios com a interveniência da SECOMP que estava disponibilizando recursos oriundos do Fundo de Combate à Pobreza, para a construção da estrutura física do Abatedouro-frigorífico, construção e complementação do curtume e ajustes no laticínio da COPERJ (Bahia, 2002a, 2002b e 2002c).

Esses convênios, entretanto, não puderam ser firmados com a COPERJ, por se tratar de uma entidade com fins lucrativos, nem com a ACCOJUS, pois esta não era reconhecida legalmente como de utilidade pública. Assim, os convênios foram celebrados com três Associações Comunitárias de Assentamentos de Reforma Agrária localizados no vizinho município de São Gabriel, que em contrapartida foram inseridas na Cooperativa. Os investimentos realizados foram incorporados ao patrimônio da COPERJ, representando a integralização de capital para aumento das cotas partes dessas Associações Comunitárias (Bahia, 2002a, 2002b e 2002c). Além do mais, a incorporação dessas Associações à COPERJ foi uma forma de ratificar o compromisso da Cooperativa em apoiar os Assentamentos implantados pelo CDA na região (IC1).

Com os recursos disponíveis, a COPERJ retoma no ano de 2003 o processo de regularização do laticínio junto ao Serviço de Inspeção Estadual e também dá início à construção do Abatedouro-frigorífico, já com o projeto aprovado pelo MAPA. Entretanto, ao término da vigência do convênio com a CDA, a Cooperativa ainda não havia conseguido concluir o Abatedouro Frigorífico, nem regularizar a situação do laticínio, tanto em relação à legislação sanitária quanto a ambiental (Licenciamento ambiental).

Motivada pelo alcance social dos projetos desenvolvidos pela COPERJ, a SECOMP concordou em dar continuidade aos investimentos para conclusão do complexo agroindustrial, e no mês de julho de 2005 celebrou um convênio diretamente com a ACCOJUS, depois que esta havia providenciado junto à Assembléia Legislativa do Estado o reconhecimento como entidade de utilidade pública (IC7).

Neste convênio, além dos recursos destinados à implantação do sistema de tratamento de efluentes e infra-estrutura complementar do abatedouro-frigorífico, e à implantação do Serviço de Inspeção Estadual e obtenção da Licença Ambiental do laticínio, foi contemplado também o projeto de uma Fábrica de Artefatos de Couro de Caprinos e Ovinos, que já contava com um imóvel doado pela Prefeitura de Jussara (Bahia, 2005a).

Ao longo dessa nova fase de obras no abatedouro-frigorífico, a COPERJ foi procurada por um grupo de criadores de avestruz do município de Irecê, que estavam preocupados em abrir o mercado para carne da ave, e precisavam de um estabelecimento de abate e processamento regularizado junto ao SIF. Assim, o grupo propôs uma parceria com a Cooperativa, para que o abate pudesse ser realizado em seu frigorífico. Vendo naquela proposta uma oportunidade de diversificar as suas atividades, a COPERJ fez uma consulta ao MAPA, que acenou de forma positiva para a adaptação da planta original do frigorífico para a realização do abate de avestruz.

Quando em funcionamento, o abatedouro-frigorífico produzirá cortes padronizados de caprinos e ovinos como pernil, lombo, paleta, costela, pescoço fatiado e filé, além de trabalhar com as vísceras brancas e vermelhas, lingüiça frescal, costela defumada e manta seca desossada. Para isso, a cooperativa conta com o apoio da Embrapa Caprinos no repasse das tecnologias empregadas na elaboração desses cortes, o que já vem sendo praticado em caráter experimental na unidade de embutidos e defumados da cooperativa (Carvalho e Bezerra, 2006).

Além disso, o SEBRAE articulou com o SENAI, o apoio dessa instituição para implantação e acompanhamento dos programas de controle de qualidade na indústria de carnes, o que já foi iniciado a partir de uma auditoria inicial que propôs uma série de procedimentos a serem adotados no frigorífico da COPERJ (SENAI, 2007).

Para o beneficiamento das peles que serão disponibilizadas pelo abatedouro-frigorífico, a COPERJ recebeu o apoio da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial – SUDIC, órgão vinculado à Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia, que iniciou a construção das bases físicas do curtume com capacidade para processar 100 peles por dia, no mês de novembro de 2007. Os equipamentos já haviam sido adquiridos com recursos da CAR, anteriormente.

Espera-se com o funcionamento do curtume, além de agregar o valor da pele aos animais fornecidos pelos cooperados, fomentar no município e região setores relacionados ao trabalho com couro atinado, tais como as pequenas oficinas de artesãos e o comércio de produtos oriundos desse artesanato, os quais poderão ser comercializados pela própria cooperativa. Foi pensando nisso, que a cooperativa incluiu em seu projeto a implantação da Fábrica Escola de Artefatos de Couro e Produtos Artesanais, projetada para capacitar 30

alunos a cada 90 dias. Contudo, a implantação desta só será retomada após o início do funcionamento do curtume (COPERJ, 2007).

Quanto ao laticínio, finalmente havia sido regularizado junto ao Serviço de Inspeção Estadual - SIE, após terem que atender a uma série de condicionantes para adequação às normas de segurança sanitária, conforme consta no relatório de inspeção ADAB (2005)¹⁷. Isso porque, o laticínio foi construído no final da década de 1990, sem atentar para as normas sanitárias em vigor, o que tem sido uma prática recorrente entre as organizações de pequenos produtores e agricultores familiares que passam a investir na agroindustrialização, segundo informantes-chave da ADAB. Além disso, os próprios cooperados admitem que o atendimento às determinações do Serviço de Inspeção não era feito a contento.

Por outro lado, a Cooperativa encontrou certa dificuldade de acesso a informações junto ao órgão responsável; certa lentidão nos trâmites dos documentos; e problemas com interpretações diferentes por parte dos diferentes inspetores. Cada inspeção era realizada por um Médico Veterinário diferente enviado pela sede da ADAB em Salvador, que desmandava as orientações do técnico anterior, o que demandou tempo e recursos financeiros para a Cooperativa.

Da mesma forma, não houve uma preocupação com as normas estabelecidas pela legislação ambiental, no início da construção do laticínio, até que, dentro do processo de registro no Serviço de Inspeção Estadual, foi assinalado, como pré-requisito, a apresentação da Licença Ambiental, a qual a COPERJ obteve junto ao Centro de Recursos Ambientais (CRA) no ano de 2005¹⁸.

3.3.1 Mercados atingidos pelo complexo

Com os iogurtes de leite de cabra devidamente registrados no Serviço de Inspeção Estadual, a Cooperativa retomou a busca por mercados para seu produto. As vendas para a merenda escolar foram reiniciadas, não só com a Prefeitura Municipal Jussara, mas também com a de Itaguaçu da Bahia. Todavia, continuou a haver certa fragilidade, com atrasos de pagamento, e períodos em que as compras eram cessadas, no caso das férias escolares. Com

¹⁷ Órgão responsável pelo Serviço de Inspeção Estadual na Bahia.

¹⁸ Certificado de Licenciamento Ambiental da Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara. Portaria n. 5646 de 15 de junho de 2005.

isso, muitos produtores continuaram inseguros em voltar a investir na produção, ou mesmo a entregarem o leite à Cooperativa.

Mas a COPERJ começou a trabalhar também com supermercados, padarias, lanchonetes, entre outros pontos comerciais do mercado local da cidade de Jussara e regional a partir da cidade de Irecê. Porém, esse se mostrou um mercado ainda limitado seja por questões culturais de resistência aos produtos de origem caprina, ou pelo baixo poder aquisitivo da sociedade, obrigando a cooperativa a oferecer o iogurte de leite de cabra a um valor equivalente ao de leite de vaca encontrado no mercado. Além disso, as pessoas ainda não reconheciam no leite de cabra um produto diferenciado.

Conforme declaração de um dos entrevistados, no início dessa fase eles chegaram a procurar pessoas mais esclarecidas da sociedade, nos bancos, nas escolas, entre outras instituições, para oferecer, divulgar e ressaltar as qualidades do leite de cabra e seus derivados. Mas daí eles perceberam que “o preconceito vai desde o analfabeto ao letrado” (IC2).

Já no mercado local do município de Jussara, segundo relatos dos cooperados entrevistados, a aceitação dos produtos derivados do caprino tem melhorado bastante, apesar de se encontrar ainda importantes focos de resistência como pôde ser verificado durante uma oficina organizada pelo SEBRAE, pela COPERJ e pela Prefeitura Municipal no dia 24 de agosto de 2007, e que contou com a participação da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB.



Ilustração 8. Oficina sobre questões de segurança sanitária, realizada no município de Jussara, contando com intensa participação da sociedade local.

Dentre as principais demandas apontadas pelo público participante, mereceu destaque justamente o preconceito cultural entre os habitantes do município de Jussara, não apenas contra o leite de cabra, mas aos produtos manufaturados de uma forma geral. Chegaram a ser relatados por uma professora casos em que pais de alunos não aceitavam que seus filhos consumissem derivados do leite de cabra na merenda escolar. Essa informação foi confirmada ao longo das entrevistas com os informantes-chave que acrescentaram ainda exemplos desse tipo entre os próprios professores e as merendeiras das escolas.

Percebe-se assim, que a informalidade, também tem dificultado a consolidação do mercado local e regional dos derivados do leite de cabra. A venda de leite in natura na porta das casas ainda é uma prática comum nos municípios da região. E até mesmo alguns cooperados deixam de entregar todo o leite produzido ao laticínio, comercializando uma parte de sua produção nesse sistema.

A situação do laticínio volta a se estabilizar em meados do ano de 2007, depois de sua inclusão no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA Leite, vinculado ao Programa Fome Zero do Governo Federal¹⁹. Só que, até então, o Programa adquiria apenas leite de vaca, o que levou a Cooperativa a diversificar a produção do laticínio.

De acordo com o informante-chave IC2, nos primórdios da ACCOJUS, ninguém pensava em trabalhar com bovinos, até por que os criadores de bovinos eram muito individualistas e nunca haviam dispensado esforços para ajudar aos projetos da Associação. Depois eles foram atentando que não poderiam desprezar esse mercado, até porque, os bovinos também estão presentes no município e região. E o processamento do leite de vaca para o Programa Fome Zero surgia como uma oportunidade de viabilizar o laticínio, mesmo sendo fornecido em sua maioria por produtores não-cooperados.

Assim, a COPERJ firma um contrato com o Programa Fome Zero para entrega de leite de vaca pasteurizado nos municípios de Jussara, São Gabriel e Itaguaçu da Bahia. Contudo, ao invés de simplesmente entregar o produto nestes municípios, a Cooperativa acordou que o

¹⁹ No Estado da Bahia, o PAA Leite é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES, com recursos transferidos do Ministério do Desenvolvimento Social. Já a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA é quem certifica se os produtores se enquadram nos critérios do PRONAF; a Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB atesta a segurança sanitária dos laticínios que participam do programa; a Empresa Baiana de Alimentos – EBAL recebe e armazena o leite dos laticínios; as Prefeituras Municipais fazem a distribuição dos produtos junto às escolas da rede pública. Em alguns casos, as Prefeituras buscam o produto diretamente do laticínio (Ortega *et al.*, 2007).

leite fosse proveniente do próprio município beneficiado. Ou seja, o laticínio receberia o leite de produtores destes municípios, o processaria, e o enviaria de volta para ser distribuído pelo Programa na merenda escolar (IC4).

A partir do mês de novembro do mesmo ano, o Programa de Aquisição de Alimentos no Estado da Bahia foi autorizado a trabalhar também com o leite caprino. Assim, o produtor passou a receber R\$ 1,00 por litro de leite entregue ao laticínio, depositado pela EBAL diretamente em sua conta, a cada 15 dias. Enquanto a Cooperativa passou a receber R\$ 0,50 por litro de leite pasteurizado fornecido ao programa.

Ao proporcionar a aquisição do leite de cabras a um preço justo, mas principalmente por estabilizar o pagamento aos cooperados, o Programa Fome Zero vem provocando um reacquecimento da caprinocultura leiteira na região, inclusive no mercado de animais, como pôde ser constatado durante os trabalhos de campo da presente pesquisa. Diversos produtores, como o Sr. Antonio voltaram a intensificar os investimentos na produção. No momento da visita à sua propriedade ele estava concluindo a construção de uma sala de ordenha, onde poderá melhorar as condições higiênicas da ordenha e fornecer um produto de melhor qualidade. Além disso, ele tinha vendido um pequeno lote de vacas que criava e adquirido novas cabras para seu plantel, e já estava entregando 36 litros diários de leite ao laticínio.

Já o Sr. Washington, cujo plantel de cabras leiteiras é criado no quintal de sua casa logo na entrada da cidade de Jussara, estava produzindo 40 litros de leite diários, dos quais apenas a metade era entregue à Cooperativa. A outra metade era vendida in natura na porta de casa, mas ele já estava sensibilizado a passar a entregar toda a produção à Cooperativa.



Ilustração 9. Sala de ordenha construída pelo Sr. Antônio, e cabras leiteiras da raça Saanem sendo alimentadas pelo Sr. Washington, ambos no município de Jussara.

3.4 Bases de sustentação para o Complexo Agroindustrial

Para dar sustentação a todo esse complexo, a COPERJ construiu ao longo do tempo um conjunto de estratégias, as quais tiveram importantes contribuições das instituições parceiras para que pudessem ser viabilizadas.

3.4.1 Unidades de Produção de Leite em Sistema de Condomínio

A produção de leite de cabras de forma coletiva em uma mesma área surgiu antes mesmo da criação da COPERJ, por volta de 1997, depois que alguns dos membros da ACCOJUS visitaram uma grande propriedade particular na região do Cruel que terminava cerca de 120 ovinos em um hectare de pastagem irrigada de capim tifton 85. Entusiasmado com o que viu, o Sr. Gilvan Brito desenvolveu um sistema similar em seu sítio na periferia da cidade de Jussara, também usando o tifton irrigado, só que em pastejo rotacionado. Rapidamente ele já estava conseguindo manter cerca de 100 cabras em apenas um hectare, e entregando toda a produção no laticínio da Associação.

Parte dos demais associados, entretanto, além de não alcançarem o mesmo grau de produtividade, vinha tendo problemas com a qualidade do leite entregue ao laticínio. Em parte isso era atribuído à falta de cuidados de higiene na ordenha, ao manejo dos reprodutores junto às cabras em lactação (o que provocava um aroma desagradável no leite), e à maior distância das propriedades para o laticínio (prolongando o tempo entre a ordenha e a pasteurização do leite).

Foi então que, em meio às discussões sobre essa problemática, o Sr. Osmar lançou a idéia dos associados colocarem seus animais no sítio do Sr. Gilvan, numa espécie de condomínio, tendo em vista a elevada produção de forragem acima de suas necessidades, o manejo que vinha desenvolvendo e a proximidade com o laticínio. A proposta era trazer as cabras em lactação para próximo do laticínio, onde seriam submetidas a um manejo adequado, de maneira que a ordenha fosse acompanhada dos devidos cuidados de higiene. A meta é que o leite chegue ao laticínio em no máximo 1 hora depois de ter sido ordenhado. Depois outros associados que tinham áreas próximas à cidade com disponibilidade de água e energia, também as cederam para formação de novos condomínios, como foi o caso do Sr. Hailton Dias.

Apenas as cabras em lactação, eram mantidas nos condomínios, só retornando para suas propriedades de origem ao final da lactação, e já acasaladas por um reprodutor de boa linhagem leiteira. Já os custos eram rateados proporcionalmente ao número de animais que cada produtor coloca no condomínio, enquanto as receitas distribuídas de acordo com a produção média dessas cabras, medida por meio de pesagens individuais a cada 15 dias (ACCOJUS, 2005).

Além da melhoria da qualidade da matéria-prima do laticínio, os condomínios proporcionaram uma redução dos custos de produção, rateados entre os condôminos, e um aumento no volume de leite produzido pela Associação. Este aumento de produção, por sua vez, foi provocado pela melhoria da produtividade das cabras e à inclusão de novos criadores na produção de leite, que em função da distância de suas propriedades relutavam em entrar na atividade. Outros produtores, inspirados nos condomínios, passaram também a construir pequenos apriscos no entorno da cidade, onde mantinham suas cabras em lactação.

Depois que a Prefeitura Municipal deixou de adquirir o iogurte da Cooperativa para a merenda escolar, todavia, os condomínios acabaram praticamente desativados. Somente quando a SECOMP passou a apoiar diretamente o projeto do Complexo Agroindustrial de Jussara, e também quando a Cooperativa voltou a fornecer iogurte para merenda escolar, os condomínios voltaram a funcionar mais ativamente, sempre na dependência da relação do laticínio com o mercado.

Entusiasmados com o potencial que dos condomínios para alavancar a caprinocultura leiteira na região, a SECOMP firmou um convênio com a ACCOJUS²⁰ para implantação de unidades de produção de leite em sistema de condomínio nas comunidades que já vinham sendo trabalhadas pelo SEBRAE na região. Ao todo foram selecionadas oito comunidades, sendo uma unidade no município de Itaguaçu da Bahia, uma em Gentio do Ouro, uma em Mulungu do Morro, uma em Várzea Nova, uma em Lapão e três em São Gabriel (BAHIA, 2005b). Neste último município, as comunidades beneficiadas foram justamente aqueles Assentamentos de Reforma Agrária que se filiaram à Cooperativa quando do convênio com a Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA.

Esses condomínios, entretanto, não chegaram a funcionar. Inicialmente a ACCOJUS se deparou com problemas de acomodação de algumas dessas comunidades e dificuldade de

²⁰ Que já era reconhecida como de utilidade pública, o que não era possível à COPERJ por ter fins comerciais.

gestão em outras. Contudo, foi em decorrência da irregularidade na consolidação dos mercados do laticínio que a Associação preferiu não insistir na conclusão dos condomínios naquele momento. Eles ficaram com receio de após estimular as comunidades a entrar na produção de leite de cabra, ter dificuldade em colocar os produtos no mercado. Isto acarretaria sérios prejuízos à credibilidade da Associação e da Cooperativa.

Nessa fase de reativação dos condomínios, eles passaram por mudanças significativas em seu sistema de produção. O pastejo direto sobre o tifton mostrou-se inadequado aos caprinos por favorecer a sobrevivência das larvas de helmintos na pastagem, o que dificultava o controle da verminose nos animais. Depois perceberam, também, que o tifton era altamente exigente em água, o que elevava seu custo de produção e desperdiçava um recurso escasso na região.

Com isso, a base alimentar dos condomínios acabou sendo substituída pela silagem de sorgo como fonte de fibra e energia e pelo feno da cunhã, uma espécie de leguminosa herbácea, como fonte de proteína. Ambas as culturas, produzidas sob irrigação, porém, com uma demanda por água bem inferior ao tifton.

Os animais saíram do pastejo direto e passaram a serem criados de forma semi-confinada, recebendo a maior parte da alimentação no cocho. Os apriscos suspensos em ripas de madeira foram substituídos por instalações rústicas de chão batido, o que facilitou bastante o processo de limpeza e higienização diários, e reduziu as ocorrências sanitárias por problemas respiratórios. Sem contato com a pastagem contaminada os problemas com verminose reduziram drasticamente, porém, o confinamento favoreceu o desenvolvimento da eimeriose.



Ilustração 10. Instalações rústicas de um dos condomínios, localizados no entorno da cidade de Jussara.

Todo esse trabalho desenvolvido a partir das experimentações e adaptações do Sr. Gilvan, contando ainda com o apoio do CEBATSA, motivaram a SEDES, juntamente com o ISA, a Embrapa e a própria ACCOJUS a desenvolver um projeto com objetivo de validar cientificamente e difundir esses sistemas de produção de leite caprino em forma de condomínios. O projeto está em plena fase de implementação com recursos concedidos pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, empresa pública federal vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, (FINEP, 2005).

3.4.2 Programa Cabra de Corda

A integração entre a SECOMP, a ACCOJUS e a COPERJ mostrava-se cada vez mais produtiva, como se pode perceber a partir de todos esses projetos desenvolvidos com o estreito envolvimento desta Secretaria. Dentro deste ambiente de relacionamento fértil, a Secretaria propõe às outras duas instituições o desenvolvimento de algum trabalho voltado às famílias carentes do município de Jussara. Imediatamente, a ACCOJUS lançou uma idéia antiga que se baseava na tradição de algumas famílias em criar seus animais presos em cordas ao longo das estradas e rodovias. Tratava-se do Programa Cabra de Corda, o qual foi prontamente aceito pela SECOMP (Cabra de Corda, 2006).

Assim, no dia 29 de junho de 2005, é celebrado um convênio entre a SECOMP e a ACCOJUS para implementação do Programa, visando atender a 500 famílias carentes e sem disponibilidade de terras no município de Jussara. O programa consiste na distribuição de quatro cabras com aptidão leiteira para cada família, que são criadas em cordas ou quintais nos arredores de aglomerados urbanos e estradas vicinais do município. Após um período de dois anos, as famílias beneficiadas repassam a mesma quantidade de cabras que recebeu para uma outra família carente e assim sucessivamente, formando uma rede de distribuição até atingir a meta estabelecida pelo convênio. Com isso, essas famílias passam a dispor de uma fonte contínua de alimentos saudáveis, além de uma oportunidade de geração de renda para as famílias, quando da comercialização dos excedentes (BAHIA, 2005c).

Para participar do programa as famílias precisavam ter o seu responsável ligado a alguma organização social, como sindicato, associação ou cooperativa; possuir cinco ou menos animais; e ter seus filhos em idade escolar estudando formalmente; além de estar disposto a cumprir as normas do programa. Dessa forma, a seleção das famílias ficou a cargo

dos Agentes Comunitários de Saúde do município (ACCOJUS, 2004). Nesse processo, foi identificado que para o programa viesse a funcionar, a família não poderia ser selecionada apenas pelo seu nível de pobreza, mas também pelo seu grau de responsabilidade em atender as normas estabelecidas.

O Programa previu também a formação de uma equipe de assistência técnica composta por um Médico Veterinário e dezesseis Agentes Comunitários Rurais – ACR's que prestariam acompanhamento técnico não só às famílias beneficiadas pelo programa, mas também aos associados da ACCOJUS como um todo. Mais tarde, esse número de técnicos se reduziu para treze, em decorrência da não adaptação de alguns dos selecionados à proposta de trabalho da Associação.

Estes Agentes Comunitários, por sua vez, deveriam ser filhos de produtores do município e estarem dispostos a assumir uma postura de agente de mudanças no meio rural. Como princípio básico “os técnicos devem atuar como agentes de comunicação, educação e marketing, sem perder de vista o pressuposto básico de assegurar a autonomia dos produtores em todas as etapas da intervenção” (Carvalho e Bezerra, 2006, p.37). Como na região de Irecê existe uma Escola Agrotécnica Estadual, a ESAGRI, todos os Agentes selecionados e contratados, eram também técnicos em agropecuária.

Os efeitos do programa foram tão significativos que gerou a realização de um documentário pela SECOMP, editado em português e inglês, e uma proposta de ampliação para outros municípios que já se encontra sob avaliação na Procuradoria Geral do Estado. Hoje, algumas dessas famílias já fornecem leite para o laticínio.

3.4.3 Assistência técnica e capacitação

Outra importante contribuição do Programa Cabra de Corda, foi ter possibilitado ao Complexo Agroindustrial de Jussara trabalhar com seu próprio serviço de assistência técnica e extensão rural. Essa medida teve um caráter estratégico, na medida em que o serviço ATER do Estado da Bahia não teria condições de prestar o serviço de que a Cooperativa precisava.

Para implementar esse serviço diferenciado, todo o corpo técnico contratado teve que passar por um processo intensivo de capacitação no Centro de Bases Tecnológicas para o Semi-árido – CEBATSA, contando ainda com o apoio do SEBRAE.

O CEBATSA começou a operar no ano de 2002, a partir de um convênio com o Governo do Estado da Bahia, que passou a custear a contratação de pessoal e a realização das capacitações. Para gerir o Centro, foi contratado justamente o Sr. Gilvan, que conduziu entre outras atividades a implantação de um sistema de produção de caprinos baseado no pastejo em áreas de caatinga e no cultivo de forrageiras adaptadas ao semi-árido tanto em regime de sequeiro como irrigado. Dentre as forrageiras trabalhadas estava, inclusive, espécies nativas da Caatinga da região, como a Maniçoba.

As capacitações foram iniciadas com as comunidades do entorno do Centro. Em seguida passaram a atender os produtores associados da COPERJ, com foco nas práticas de manejo dos caprinos e ovinos, estratégias de convivência com o semi-árido e gerenciamento da propriedade rural.



Ilustração 11. Rebanho caprino, criado em regime de sequeiro no CEBATSA.

Com o encerramento do convênio com o Governo do Estado, os técnicos envolvidos com o CEBATSA constituíram uma OCIP com objetivo de captar recursos para manutenção e funcionamento do Centro, e gerir o projeto. Assim, foi formado o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Integrado para o Semi-árido – ISA, com a missão de fomentar o desenvolvimento sustentável em todo o Semi-árido. Depois o ISA conseguiu articular o apoio de outras instituições como o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, além da própria CODEVASF, e passou a receber para capacitação turmas de produtores até mesmo de fora do Estado. Segundo informações da direção do ISA, já passaram cerca de 2.850 pessoas pelos cursos de capacitação do Centro, além de inúmeras visitas, seminários e encontros.

Motivados pelo apoio do CEBATSA, do SEBRAE e da SECOMP, a COPERJ inicia um programa de capacitação continuada buscando oferecer aos seus cooperados conhecimentos

teóricos e práticos de uma maneira que “o produtor possa exercitá-los e reproduzi-los na sua rotina diária, buscando assim, elevar a eficiência do sistema de produção, melhorar a integração dentro do modelo cooperativista e, conseqüentemente, a sua qualidade de vida” (Carvalho e Bezerra, 2006, p.13).

Durante as observações ativas realizadas na presente pesquisa, percebeu-se que, apesar de tantas capacitações e orientações desenvolvidas e dos avanços alcançados, muitos produtores ainda resistem em adotar as tecnologias repassadas ou trabalhadas. Ao serem questionados sobre o assunto, todos os representantes da COPERJ atrelaram esse fato à falta do incentivo econômico. Eles acreditam que somente depois do pleno funcionamento do complexo agroindustrial, os produtores sentirão a necessidade de adotar as tecnologias de forma efetiva. O produtor não dá continuidade ao uso das tecnologias, pois ainda não houve um reflexo destas na renda de sua propriedade, em decorrência das limitações de mercado, além de existir também certa resistência cultural (IC7).

3.4.4 Sistema de gestão

Para gerir todo o complexo agroindustrial e seu serviço de assistência técnica, a cooperativa vem recebendo o apoio do SEBRAE, elaborando já no segundo semestre do ano de 2006, o seu planejamento estratégico.

Já com o objetivo de assegurar a oferta contínua de cabritos e borregos padronizados para o abate e a sustentabilidade econômica e financeira do abatedouro-frigorífico e do curtume, foi elaborado um plano integrado de produção, também no ano de 2006 e sob a condução de uma consultoria contratada pelo SEBRAE (Carvalho e Bezerra, 2006).

Enquanto o plano de produção de cabritos e borregos estabelece o planejamento e gerenciamento da produção desses animais, o plano de produção do abatedouro-frigorífico descreve os processos de elaboração dos cortes, beneficiamento das vísceras e industrialização das carnes, aspectos ambientais, informações de mercado e a viabilidade econômica-financeira do empreendimento, “operando de acordo com a escala de animais fornecida pelos cooperados” (Carvalho e Bezerra, 2006, p.6).

Assim, em agosto de 2006 deu-se início à elaboração desse plano integrado, a partir do cadastramento dos estabelecimentos de produção dos cooperados e de produtores não-

cooperados interessados em fornecer animais ao frigorífico. Com base nas informações levantadas no cadastramento, pôde-se desenvolver todo o planejamento da produção animal, abrangendo desde o efetivo do rebanho, a evolução desse rebanho, a definição das práticas de manejo alimentar, sanitário e reprodutivo, até o monitoramento do suporte forrageiro necessário à demanda dos estabelecimentos (Carvalho & Bezerra, 2006, p.6).

Como ferramenta de suporte, foi desenvolvido e implantado no mesmo período, um software para monitoramento da produção e controle zootécnico do rebanho, onde são lançados todos os dados coletados pela assistência técnica, trabalhados em seguida na forma de relatórios descritivos ou analíticos (Carvalho & Bezerra, 2006).

Em seguida foi estabelecida uma rotina de atualização dos dados de cada cooperado, mediante a realização de visitas mensais por parte da equipe de assistência técnica e preenchimento da ficha de visita técnica. Todo primeiro dia útil de cada mês, a equipe técnica da cooperativa se reúne para analisar os relatórios produzidos e definir as estratégias de ação subseqüentes. Esse procedimento é usado também como uma oportunidade para “aperfeiçoar o trabalho da assistência técnica, inclusive no que diz respeito aos métodos e à divulgação de resultados concretos e confiáveis a fim de assegurar a credibilidade aos trabalhos desenvolvidos” (Carvalho e Bezerra, 2006).

Graças à formação desse banco de dados e sistema de acompanhamento foi possível proceder à caracterização dos estabelecimentos de produção dos cooperados e produtores não-cooperados, levantar a capacidade produtiva instalada nesses estabelecimentos, o que inclui a oferta mensal de animais a serem enviados ao abatedouro-frigorífico.

Sabe-se, por exemplo, que o rebanho disponível para a cooperativa trabalhar é formado por 32.966 cabeças, sendo 55% de caprinos e 45% de ovinos, com uma média de 72 cabeças por estabelecimento de criação. Enquanto que a área média desses estabelecimentos é de 19,4ha, dos quais 60% são constituídas por culturas agrícolas ou forrageiras (descritas na tabela abaixo), enquanto os 40% restantes ainda preservam a vegetação primária ou secundária de Caatinga.

Tabela 5. Culturas agrícolas ou forrageiras presentes nas propriedades dos filiados à COPERJ e sua respectiva área ocupada.

Culturas agrícolas ou forrageiras	Área ocupada	
	ha	%
Mandioca	287,1	3,22
Mamona	211,6	2,37
Milho	1.040,4	11,67
Sorgo granífero	1.137,4	12,76
Sorgo forrageiro	711,7	7,98
Capim elefante	63,4	0,71
Capim búffel	1.321,7	14,82
Capim tífton 85	42,3	0,47
Guandu	12,1	0,14
Leucena	13,6	0,15
Cunha	30,0	0,34
Melancia forrageira	19,2	0,22
Maniçoba	10,3	0,11
Palma forrageira	430,9	4,83
Total	5.331,6	100

Fonte: Adaptado de Carvalho & Bezerra, 2006.

Um aspecto chama a atenção nesses dados levantados pelo plano de produção da COPERJ. Trata-se da ausência completa da cultura do feijão nos estabelecimentos agrícolas pesquisados, indicando uma guinada no modelo agrícola implantado na região nas décadas anteriores, a partir do complexo agroindustrial de Jussara e de toda sua base de sustentação, os quais foram discutidos neste capítulo e podem ser representados pelos dois fluxogramas que se seguem.

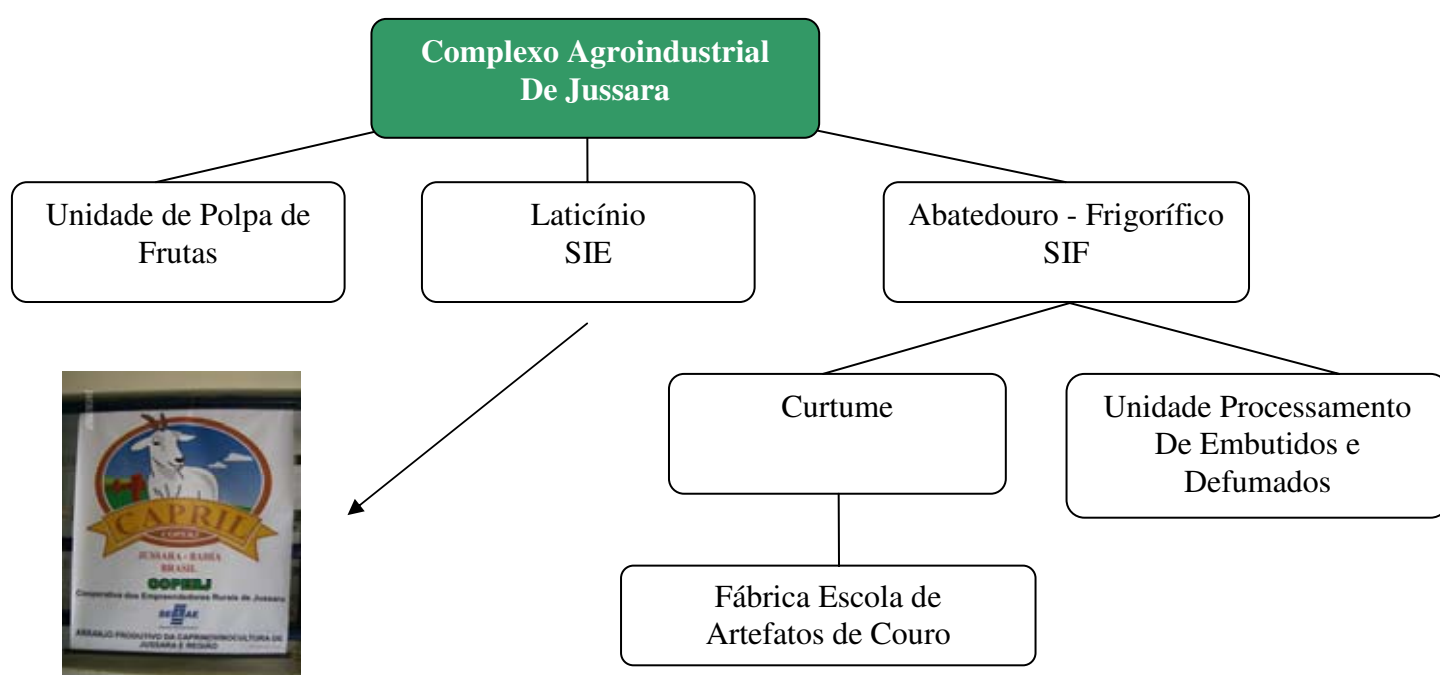


Ilustração 12. Síntese esquemática do complexo agroindustrial de Jussara

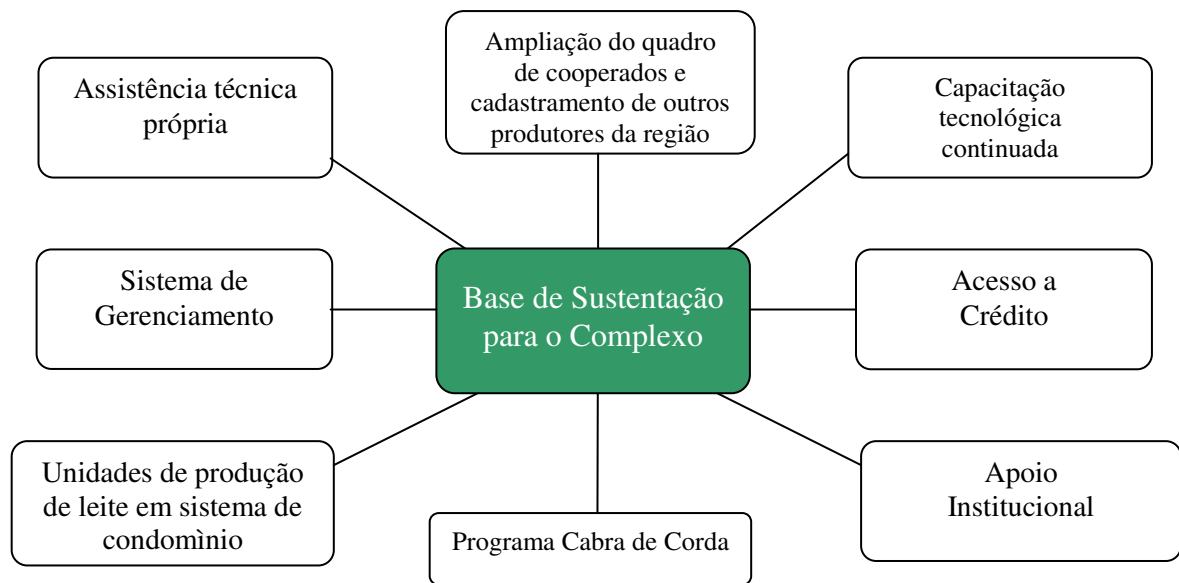


Ilustração 13. Bases de sustentação do Complexo Agroindustrial de Jussara.

CAPÍTULO IV

4 IMPACTOS DA COPERJ NO TERRITÓRIO DE IRECÊ

Apesar de se tratar de um projeto ainda em construção, é possível atribuir à COPERJ e ao seu Complexo Agroindustrial um grande potencial para contribuir não apenas com o desenvolvimento do município em que estão situados, mas ao do próprio território de Irecê como um todo. Aqui se pretende, justamente, levantar e discutir os efeitos efetivos e potenciais relacionados à atuação da Cooperativa, à luz da abordagem territorial do desenvolvimento.

4.1 Diversificação das atividades agropecuárias

Entre os efeitos que podem ser atribuídos à atuação da COPERJ, o que se mostrou mais evidente está relacionado ao crescimento e expansão da caprino-ovinocultura no território de Irecê, sobretudo no município de Jussara, como pode ser observado na tabela abaixo construída a partir dos dados disponibilizados pela Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE.

Tabela 6. Evolução do rebanho caprino na região Nordeste do Brasil, no Estado da Bahia, na Região Econômica de Irecê e no Município de Jussara.

Espaço Geográfico	Ano							
	1990	1996		2000		2005		variação 1990 a 2005
	Cabeças	Cabeças	variação	Cabeças	variação	Cabeças	variação	
Nordeste	10.677.129	6.913.058	-35%	8.741.488	26%	9.542.910	9%	-11%
Bahia	4.695.776	2.442.566	-48%	3.831.974	57%	4.041.978	5%	-14%
Região de Irecê	117.074	67.521	-42%	124.376	84%	133.561	7%	14%
Município de Jussara	12.000	4.150	-65%	18.305	341%	21.000	15%	75%

Fonte: Adaptado da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE.

Ao analisar os dados de efetivo de rebanho disponibilizados pelo IBGE, percebe-se na primeira metade da década de 1990 uma drástica redução do rebanho caprino, tanto no município de Jussara quanto na região de Irecê, no Estado da Bahia e no Nordeste brasileiro como um todo, o que provavelmente se deve aos reflexos da grande seca de 1993.

Durante a segunda metade da década esse rebanho começa a se recuperar em todas as escalas pesquisadas. Porém essa recuperação se deu de forma bem mais acentuada no nível local do município de Jussara, chegando a crescer 341% entre os anos de 1996 a 2000. Nesse

mesmo período o rebanho caprino da região de Irecê havia crescido 84%, no Estado da Bahia 57% e no Nordeste brasileiro apenas 26%. Em comparação com as demais escalas, o nível local foi o único em que o rebanho ultrapassou o efetivo verificado no ano de 1990, antes da forte estiagem que havia atingido toda a região Nordeste.

Esse período coincide justamente com a criação da ACCOJUS e sua evolução até o surgimento da COPERJ. Como visto anteriormente, nessa época a Associação promovia uma campanha de difusão da caprinocultura como alternativa à crise por que passava o município. Tal campanha teve início depois que se abriu um canal de comercialização de animais para abate com um frigorífico especializado no município de Feira de Santana, e com a construção do laticínio pela Associação no ano de 1998, que prometia uma garantia de mercado para o leite de cabra.

Assim, graças à criação do PRONAF e ao apoio do Banco do Nordeste, que reconheceu o potencial da caprinocultura para o desenvolvimento da região, a ACCOJUS viabilizou um grande número de financiamentos para aquisição de matrizes e reprodutores caprinos por parte dos produtores do município de Jussara, especialmente de raças leiteiras e seus mestiços. Com isso produtores de outros municípios da região também foram aderindo à Associação, o que culminou com a criação da COPERJ. Acrescenta-se a esse movimento produtores não-associados, que estimulados pela dinamização formada em torno da atividade, voltaram a investir na criação de caprinos e ovinos ou simplesmente entraram na atividade a partir daquele momento, o que inclui grandes propriedades.

A partir do ano 2000, o efetivo caprino continuou a crescer só que de maneira bem mais modesta do que verificado no período anterior, o que pode ser atribuído aos momentos difíceis vividos pela Cooperativa com a perda do mercado de leite no município. Mesmo assim, Jussara continua destoando das demais escalas, com um aumento de 15% de seu efetivo entre os anos 2000 e 2005, enquanto a região de Irecê crescera apenas 7%, e o Estado da Bahia 5%. Contudo, ao se comparar o efetivo de rebanho do ano de 2005 com o existente no ano de 1990, verifica-se que, enquanto o rebanho cresceu 14% na região de Irecê e 75% no município de Jussara, houve um decréscimo na região Nordeste e no Estado da Bahia. Percebe-se assim uma dinâmica diferenciada no município de Jussara e até mesmo na região de Irecê.

Com relação aos rebanhos ovino e bovino, houve um movimento similar na primeira metade da década de 1990, de declínio do efetivo, também relacionado à seca de 1993. E uma recuperação na segunda metade da década, embora o rebanho bovino continuasse a reduzir de forma moderada no Nordeste e no Estado da Bahia. Da mesma forma como aconteceu com os caprinos, o crescimento do efetivo do rebanho destas espécies entre os anos de 1996 e 2000, foi mais intenso no município de Jussara com 81% para os ovinos, e 113% para os bovinos, do que na escala regional ou estadual. Apesar de que, na primeira metade da década de 2000, o rebanho bovino volta a decrescer.

Tabela 7. Evolução do rebanho ovino na região Nordeste do Brasil, no Estado da Bahia, na Região Econômica de Irecê e no Município de Jussara.

Espaço Geográfico	Ano							variação 1990 a 2005	
	1990		1996		2000		2005		
	Cabeças	Cabeças	variação	Cabeças	variação	Cabeças	variação		
Nordeste	7.697.746	7.102.331	-8%	7.762.475	9%	9.109.668	17%	18%	
Bahia	3.088.952	2.357.684	-24%	2.922.701	24%	3.138.303	7%	2%	
Região de Irecê	64.602	49.152	-24%	65.276	33%	71.388	9%	11%	
Município de Jussara	3.500	3.820	9%	6.926	81%	7.000	1%	100%	

Fonte: Adaptado da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE.

Tabela 8. Evolução do rebanho bovino na região Nordeste do Brasil, no Estado da Bahia, na Região Econômica de Irecê e no Município de Jussara.

Espaço Geográfico	Ano							variação 1990 a 2005	
	1990		1996		2000		2005		
	Cabeças	Cabeças	Variação	Cabeças	variação	Cabeças	variação		
Nordeste	26.190.283	23.882.203	-9%	22.566.644	-6%	26.969.286	20%	3%	
Bahia	11.505.420	9.838.136	-14%	9.556.752	-3%	10.463.098	9%	-9%	
Região de Irecê	205.266	149.114	-27%	161.403	8%	168.459	4%	-18%	
Município de Jussara	5.200	4.160	-20%	8.856	113%	5.500	-38%	6%	

Fonte: Adaptado da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE.

Ao se comparar o efetivo do rebanho bovino e ovino, com o do rebanho caprino visto anteriormente, percebe-se não apenas a influência da ACCOJUS e da COPERJ sobre a dinâmica do município de Jussara, mas também a tradição do município na criação de caprinos. Em todos os anos estudados, o rebanho caprino sempre esteve superior ao das demais espécies, chegando ao ano de 2005 com uma população de 21.000 cabeças, enquanto que os ovinos somavam apenas 7.000 cabeças e os bovinos 5.500.

Nos dois últimos anos, apesar de ainda não se dispor de dados oficiais, percebe-se uma nova onda de crescimento da população de caprinos e também de ovinos, em decorrência das expectativas criadas com a proximidade de entrada em funcionamento do abatedouro-frigorífico do complexo agroindustrial de Jussara. Esse fato pôde ser constatado durante as

pesquisas de campo nos municípios de Central e Presidente Dutra. No primeiro ao participar de uma reunião promovida pela Secretaria Municipal de Agricultura e pela EBDA sobre as estratégias de desenvolvimento para o município, observou-se que a caprino-ovinocultura figurava entre essas alternativas, exatamente com vistas à integração ao complexo agroindustrial de Jussara.

Já em Presidente Dutra foi visitado um estabelecimento agrícola produtor de pinha irrigada, a qual já contava com um plantel de ovinos recém formado, e que estava sendo criado em meio à área de pinha, uma vez que estes animais não pastejam as folhas dessa frutífera. Com essa integração lavoura pecuária, os produtores ainda conseguem reduzir os custos com as capinas da lavoura devido ao pastejo dos animais e ainda contribuem com a fertilização da área pelos dejetos dos mesmos.



Ilustração 14. Diversificação das áreas de produção de pinha irrigada com a criação de ovinos de corte, no município de Presidente Dutra-BA.

Segundo o proprietário, diversos produtores de pinha estão buscando essa diversificação devido à perspectiva do funcionamento de um frigorífico especializado na região. Inclusive, foi relatado que alguns produtores contemplados pelo Programa Terra Fértil²¹ com linhas de financiamento para gado de leite e galinhas caipiras, estão vendendo suas vacas e galinhas de raça, para adquirirem caprinos e ovinos com vista ao fornecimento ao abatedouro-frigorífico da COPERJ.

Além disso, registrou-se uma nova dinamização no mercado de cabras leiteiras, por enquanto restrito ao município de Jussara, motivada pela entrada do laticínio da COPERJ no Programa de Aquisição de Alimentos vinculado ao Projeto Fome Zero (PAA Leite). Soma-se

²¹ Programa do Governo do Estado da Bahia, encerrado no ano de 2006, voltado ao desenvolvimento da agricultura familiar na região de Irecê.

a isso a entrada de novos cooperados, os quais estão fechando contratos com o Banco do Nordeste para o financiamento da atividade via PRONAF.

Assim, pode-se inferir que sob a influência da COPERJ o território de Irecê vem desenvolvendo alternativas de diversificação primária de sua economia, com a produção de ovinos de corte, a produção de caprinos de corte e a produção de leite de cabra. Isso representa um importante passo em direção ao desenvolvimento local e territorial, conforme salientado por Veiga (2001a). Principalmente para uma região marcada até bem pouco tempo pelo alto grau de especialização agrícola, com base no tri-consórcio do feijão, milho e mamona, altamente dependentes da chuva (com exceção da mamona).

Segundo Veiga (2001b), enquanto as economias altamente especializadas, baseadas na produção em escala, reagem apenas aos sinais enviados por um determinado mercado (em geral distante), as economias diversificadas ou de escopo apresentam-se de forma mais flexível e menos sujeitas às oscilações de um único mercado.

O mais interessante é que essa diversificação estimulada no território de Irecê está baseada em uma atividade muito bem adaptada às condições do Semi-árido, a qual já era desenvolvida pelas gerações passadas de agricultores da região, resgatando o próprio patrimônio cultural do lugar, conforme ressalta Sobrinho (2007).

Ao se considerar as lições tiradas por Veiga (2002) dos estudos da OCDE²² sobre o desenvolvimento rural na Europa, onde a principal vantagem competitiva dos espaços rurais está em seu patrimônio natural e cultural, fica claro que em Jussara a opção pela produção de pequenos ruminantes, sobretudo o caprino, foi muito bem acertada.

Antes do processo de modernização da agricultura desencadeado na região a partir da década de 1960, a criação de caprinos e ovinos era realizada solta na Caatinga, da mesma forma como ainda acontece hoje na vizinha região “bodeira” do Sertão do São Francisco²³. Dessa vez, entretanto, a atividade resgatada pela ACCOJUS foi desenhada dentro de um modelo mais tecnificado de produção sem, no entanto, desprezar os conhecimentos tradicionais herdados dos antepassados ou das observações práticas do comportamento dos

²² Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

²³ Situada ao norte do município de Jussara, onde este se encontra com o município de Sento Sé. Poderia-se dizer, com base no efetivo de rebanho e localização geográfica, que o município de Jussara juntamente com Itaguaçu da Bahia e Xique-xique correspondem ao limite sul da chamada região “bodeira”.

animais e do ambiente em que eles vivem. Nesse ponto a ACCOJUS e a COPERJ trazem mais uma contribuição significativa para o território, com o desenvolvimento de uma série de estratégias de produção para o Semi-árido²⁴, dentro de uma visão de convivência com a seca, como lembrou bem um dos informantes-chave externos:

IC18: A experiência de convivência com a seca presente na COPERJ é fantástica. Com aquela precipitação pluviométrica, e em momento algum eles se queixam da seca.

Muito pelo contrário. São justamente os atributos naturais do Semi-árido que são destacados pela Cooperativa como suas principais vantagens produtivas, como pôde ser aferido na declaração abaixo prestada pelo Sr. Gilvan ao documentário do Programa Cabra de Corda.

O que nós temos mais rico aqui é esse sol, e nós temos que aprender a trabalhar com ele. Nós temos que estar adaptados à essa região, e 400mm de chuva aqui para nós é suficiente para nossa Caatinga toda enverdecer (Cabra de Corda, 2006).

De acordo com o Sr. Gilvan, com o aproveitamento da folhagem da Caatinga, associada ao cultivo e conservação (na forma de feno e silagem) de espécies forrageiras adaptadas ao Semi-árido como o sorgo-forrageiro, a palma, as leguminosas (cunhã, leucena e feijão-guandu) e espécies nativas da região como a maniçoba, o produtor passa a ter uma segurança de que não haverá ano seco para ele²⁵.

Essa opção pela convivência com o Semi-árido, conforme ressalta Silva (2006), “não significa uma postura conservadora em relação à realidade socioeconômica”, representada por uma volta ao passado baseado em atividades extrativistas “sem modificações nos ambientes, para melhorar a produção e a satisfação das necessidades” (p.271). Assim como também, não significa uma acomodação diante das condições naturais locais, afinal, a própria sobrevivência humana fica comprometida com a falta d’água e escassez de alimentos nos períodos de secas mais severas. De acordo com Silva (2006) a noção da “convivência com o Semi-árido” implica, na verdade, em uma orientação estratégica para intervenções naquela realidade, baseadas em experimentações de alternativas apropriadas às especificidades ambientais locais.

²⁴ Aqui, cabe ressaltar a importante contribuição do CEBATSA, do ISA e de outras instituições que interagiram com a Associação e a Cooperativa ao longo de sua história, como a própria EMBRAPA.

²⁵ Essa opção prioritária pela produção de alimentos, tomada desde a constituição da ACCOJUS deveria ser seguida, na verdade, por qualquer projeto ou programa de desenvolvimento que utilize atividades pecuárias dentre suas estratégias.

Chamam a atenção nesses sistemas produtivos desenvolvidos em Jussara, o cultivo e uso crescente de leguminosas para a produção animal, uma vez que não se trata de uma prática tão comum no Semi-árido, apesar da grande quantidade de pesquisas que apontam para o potencial forrageiro dessas plantas, especialmente como fonte de proteína. De acordo com o Sr. Gilvan, um dos aspectos que os motivaram a apostar nas leguminosas, estava relacionado ao excelente desempenho dos animais quando estes eram soltos nas áreas de Caatinga. Ao se observar quais as principais plantas consumidas pelos animais neste ambiente notaram-se um predomínio de leguminosas. De fato, Giulietti *et al.* (2004), relatam que a família das leguminosas está entre as que mais contribuem com espécies que participam da dieta dos caprinos e ovinos em áreas de Caatinga, apesar de faltarem mais estudos sobre a participação das demais famílias de plantas.



Ilustração 15. Cultivo da leguminosa cunhã (consorciado com uva) irrigado por gotejamento no sítio do Sr. Gilvan de Brito; e cultivo de Feijão-guandu em sequeiro no assentamento de reforma agrária Deus Dará, ambos no município de Jussara-BA.

A ACCOJUS não se preocupou apenas com o desenvolvimento de estratégias de produção adaptadas às condições edafoclimáticas do semi-árido, mas também em adequar essas estratégias às pequenas propriedades que caracterizam o meio rural da região. Foi em função da pouca disponibilidade de área que eles acabaram optando pela intensificação da produção, a partir da produção de forragem sob irrigação e da criação de animais de raças especializadas e seus mestiços, em regime confinado ou em semi-confinamento. Com isso, eles conseguiram superar o paradigma que existia na região de que só era possível criar caprinos em grandes áreas, conforme ressaltou o Sr. Gilvan Brito, durante sua entrevista:

IC1: As pessoas falavam que nós éramos loucos, pois cabra precisa de lajedo para pular e de terra para andar. Na verdade, a cabra gosta é de comida de qualidade por isso ela anda tanto em busca do alimento melhor, e por isso a saída para uma caprinocultura mais produtiva estava na produção de

alimentos de qualidade e no seu fornecimento aos animais. Se garantíssemos alimento de boa qualidade poderíamos criar muito, e em pequenas áreas.

Mesmo que eles tivessem optado por um sistema de produção extensivo, solto em áreas abertas de Caatinga como no passado, isso seria difícil de ser viabilizado em decorrência do desenvolvimento das atividades agrícolas na região, que desde a sua fase inicial impôs restrições à criação solta de pequenos ruminantes, notadamente o caprino, em razão da dificuldade de evitar o seu acesso às áreas de lavoura. Enquanto isso, segundo o Sr. Gilvan, as áreas individuais de Caatinga remanescente, mesmo que cercadas, não se mostraram suficientes para se alcançar um bom desempenho produtivo, tendo em vista a baixa capacidade de suporte da pastagem natural quando submetida ao pastejo direto.

Em média, a Caatinga apresenta uma produtividade de fitomassa em torno de quatro toneladas de matéria seca por ano, a qual sofre relevantes variações conforme a área de ocorrência e ao longo do tempo (Araújo Filho e Crispim, 2002). Entretanto, menos do que 10% é realmente aproveitado, uma vez que depende do estado fenológico da vegetação, de sua acessibilidade aos animais, e da proporção de espécies não palatáveis de determinada área (Araújo Filho *et al.*, 1998).

De acordo com Araújo Filho e Crispim (2002), a capacidade de suporte média das áreas de caatinga, gira em torno de 0,08 UA/ha/ano²⁶, contudo a carga animal média verificada está em torno de 0,23 UA/ha/ano. É justamente essa sobrecarga animal que é responsabilizada pela modificação da composição florística do estrato herbáceo da Caatinga, em decorrência do superpastoreio (Drumond *et al.*, 2000), apesar de que, segundo Giulietti *et al.* (2004) as principais causas de degradação da Caatinga estão associadas à exploração da vegetação para produção de carvão e a sua substituição pelo cultivo de extensas áreas agrícolas.

Curiosamente são nas regiões onde a agricultura comercial não se desenvolveu e onde se preservaram os sistemas extensivos de produção pecuária, que ainda se vê extensas áreas de Caatinga no Semi-árido baiano. Isso não quer dizer, contudo, que os efeitos da herbivoria dos caprinos e ovinos sobre a vegetação nativa não lhes cause impactos, mas este precisa ser mais bem estudado.

²⁶ Uma Unidade Animal (UA), corresponde ao peso de 450kg. Assim, um caprino adulto pesando cerca de 50kg de peso vivo equivale a 0,11 Unidade Animal.

Uma das explicações para essa elevada concentração de animais nas áreas de pastagem natural de caatinga, principalmente nos chamados “fundo de pasto”, foi levantada por Holanda Júnior (2004) em seu estudo sobre a produção de caprinos e ovinos no Sertão Baiano do São Francisco. Segundo o autor, os produtores de base familiar dessa região procuram “manter um estoque de matrizes, relativamente, elevado”, de modo que eles tenham uma reserva para cobrir as perdas de animais, despesas eventuais ou ainda para enfrentar os períodos de estiagem prolongada (p.42).

Nessas condições, realmente parece se fazer necessário dispor de extensas áreas de pastagem natural para produção de caprinos, sob risco, inclusive, de se provocar um processo de degradação da vegetação, caso a sua capacidade de suporte não seja respeitada. Mas, com o sistema intensivo utilizado pela ACCOJUS para pequenas áreas, está se conseguindo manter cerca de 100 cabras em 1 hectare, e sem depender diretamente das áreas remanescentes de Caatinga da região.

Conseqüentemente, com esse sistema de produção baseado na produção intensiva de forragem sob irrigação, torna-se desnecessário a derrubada de novas áreas de caatinga para implantação de lavouras ou pastagens cultivadas, como ressaltou bem o Sr. Gilvan Brito. E até mesmo o uso da água na irrigação é reduzido, em função da adaptabilidade das espécies cultivadas. Já a fertilização dos cultivos de forrageiras é realizado com os próprios dejetos dos animais confinados ou semi-confinados, além da incorporação de nitrogênio proporcionada pelas leguminosas.

Trata-se, portanto, de um modelo de produção que apesar de estar focado no aumento da produtividade, tem baixo impacto ambiental. Isso é particularmente significativo em uma região como Irecê, que já sofreu uma grande supressão de sua biodiversidade devido à expansão das lavouras e que ainda continua sofrendo com outros diversos impactos ambientais tais como a perda de solos pela erosão e compactação, a sua contaminação e a dos mananciais hídricos por resíduos de agrotóxicos, e a redução dessas reservas hídricas subterrâneas pelo uso excessivo da irrigação.

A despeito dessas características favoráveis à sustentabilidade ambiental, a opção pela caprino-ovinocultura e o desenvolvimento desses sistemas de produção não tiveram como motivação fatores de cunho ambiental, mas sim a urgência do problema econômico e social. Observou-se, afora essa contribuição dos sistemas de produção, que as ações da COPERJ

voltadas especificamente para as questões ambientais, têm girado em torno dos condicionantes impostos pelo licenciamento ambiental, os quais a Cooperativa tem procurado atender com afinco, o que por si só já é um importante avanço.

Por sua vez, outros assuntos relacionados à problemática ambiental como a expectativa de supressão de extensas áreas de Caatinga na região a partir dos grandes projetos agrícolas anunciados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, ainda se faz pouco freqüente nos discursos dos cooperados e demais agentes envolvidos.

Ao investigar essa situação, constatou-se que ela está relacionada à concentração dos esforços da Cooperativa na conclusão do complexo agroindustrial e na viabilização econômica do laticínio. Como afirmou um dos informantes-chave, apesar da COPERJ reconhecer os problemas ambientais do município e região, estes se fazem pouco presentes nas discussões em função das prioridades da Cooperativa.

A necessidade emergente da conclusão de seu frigorífico, buscando elevar progressivamente a capacidade de produção de suas máquinas, torna-se o ponto culminante das ações a serem tomadas pela COPERJ. Tal fato deverá ser colocado como ponto principal, devido ao risco de desgaste das máquinas e perda de mercado pela Cooperativa. Este fato foi identificado como ponto de grande preocupação entre os cooperados (Dias, 2007, p.42).

Comportamento semelhante foi verificado por Olival e Spexoto (2006), em comunidades de pequenos produtores de leite no norte do Estado do Mato Grosso atendidas pelo programa GESTAR do Ministério do Meio Ambiente e FAO. Segundo os autores, o Programa demonstrou que as questões ambientais só começam a aparecer nas reuniões comunitárias depois que foram solucionados os seus principais problemas sócio-econômicos, como a organização social e a melhoria da produtividade e preços pagos pelo leite. Isso demonstra a importância do atendimento das necessidades imediatas, como uma condição para o desenvolvimento sustentável.

Em se tratando do tipo de sistema de produção adotado pela Associação para pequenas áreas e do tipo de mercado o qual a Cooperativa pretende atingir, há de se compreender a opção que eles fizeram pela introdução e difusão de raças caprinas mais especializadas em leite e corte, em detrimento dos animais SRD (Sem Raça Definida) que predominavam na região. De acordo com os cooperados entrevistados, para viabilizar as suas pequenas áreas era preciso animais que respondessem mais à alimentação e às práticas de manejo, permitindo

uma maior escala de produção em relação ao leite e um melhor padrão de carcaça para o abate, no caso dos animais de corte.

É preciso, entretanto, atentar para os efeitos não desejáveis desse processo de substituição do padrão racial por meio da aquisição de animais de raças especializadas e de cruzamentos absorventes destas raças com as SRD, conforme foi constatado no município de Jussara. Dentre estes efeitos cabe mencionar a maior susceptibilidade das raças especializadas (ou exóticas) às endoparasitoses, especialmente agora quando a grande maioria das pesquisas apontam para um elevado grau de resistência dos parasitos aos anti-helmínticos (Zacharias, 2004; Chagas, 2005)²⁷.

Outro efeito indesejável corresponde ao risco de introdução e difusão de enfermidades, até bem pouco tempo consideradas exóticas para os rebanhos de animais comuns (SRD e tipos nativos), como a Artrite Encefalite Caprina (CAE)²⁸, introduzida no Brasil na década de 1980 pela importação de caprinos de raças leiteiros. O primeiro diagnóstico da enfermidade no Estado da Bahia foi realizado no ano de 1988 por Fiterman (1988). Entre os anos de 2002 e 2006 a doença já havia sido observada em 42 municípios do Estado, conforme levantamento realizado por Oliveira e Santos (2007).

Há de se ater ainda, para o fato de que nem em todo lugar, mesmo dentro de uma mesma micro-região, será possível instalar sistemas de produção mais especializados e intensivos. Nestas ocasiões, a rusticidade dos animais SRD e dos tipos nativos selecionados naturalmente nas condições do Semi-árido brasileiro, desde a sua introdução no Brasil a cerca de 470 anos (Guimarães Filho e Nogueira, 2006), poderia ser trabalhada e até mesmo melhorada, dentro de um sistema de produção em sequeiro. Dados apresentados por Holanda Júnior *et al.* (2004) sobre a comercialização de caprinos da Bahia para outros Estados brasileiros, atestam que existe um mercado significativo de animais vivos na região e até fora do estado.

Não restam dúvidas, entretanto, sobre o grande valor das inovações produtivas implementadas pela ACCOJUS/COPERJ ao longo de todos esses anos, principalmente depois

²⁷ Os principais compostos químicos veterinários disponíveis para o controle das helmintoses gastrintestinais dos pequenos ruminantes, já não possuem mais a mesma eficácia.

²⁸ Enfermidade infecto-contagiosa específica dos caprinos, causada por um lentivírus e que não tem cura, causando perda de produtividade nos animais, mortalidade de cabritos, perda de funcionalidade da glândula mamária por mastite entre outras conseqüências (Franke, 1998).

que estas foram completadas de maneira bastante original com os sistemas coletivos de produção de leite de cabra no formato de condomínios.

Como visto anteriormente, foi com base nessa estratégia que muitos produtores conseguiram atender aos requisitos de qualidade sanitária necessários à colocação de seu produto no mercado. Outros, cujas propriedades se situavam distantes do laticínio, puderam entrar no segmento, assim como aquelas famílias carentes cuja propriedade se caracteriza como um minifúndio e que foram agraciadas pelo Programa Cabra de Corda. Com os condomínios, mesmo aquele produtor que não dispõe de áreas cultivadas com plantas forrageiras, mas apenas pastagem natural de Caatinga ou áreas emcapoeiradas (vegetação secundária), tem como intensificar sua produção.

A despeito de todas suas vantagens, o grande potencial desse sistema coletivo de produção está na viabilização da caprinocultura leiteira em todo o território de Irecê, a partir do momento que as outras unidades que tiveram sua implantação iniciada nos demais municípios da região venham a ser concluídos e colocados em funcionamento, o que já vem sendo articulado pela Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES.

Para isso, os estudos de validação das unidades de produção de leite em sistema de condomínio que estão sendo realizados pelo projeto da FINEP, serão de fundamental importância. Este projeto, por sinal, segue em consonância com a afirmação de Sachs (2007) de que os conhecimentos das populações locais sobre o seu próprio meio natural devem ser equacionados no intuito de se desenvolver modelos alternativos àqueles impostos pelo processo de modernização da agricultura adotado no Brasil, a partir do final da década de 1960.

Nesse sentido, a experiência da ACCOJUS/COPERJ vem se somar a tantas outras existentes no Brasil, as quais Tonneau *et al.* (2005) se referem da seguinte forma:

Em diversos territórios brasileiros, a riqueza e a diversidade dos recursos biológicos, a capacidade de adaptação, a riqueza do saber popular, a capacidade de análise e de discernimento e o interesse pela experimentação manifestado pelos agricultores familiares têm permitido resultados bastante esperançosos, ainda que numa escala reduzida Tonneau *et al.* (2005).

4.2 Diversificação com atividades não-agrícolas

Esse processo de diversificação da base econômica do município de Jussara e do território de Irecê, no entanto, vai além das atividades primárias as quais acabou de se discutir, entrando também nos segmentos de transformação e de serviços.

Desta maneira, tem-se em um município eminentemente rural um complexo agroindustrial em formação, constituído por um laticínio e uma unidade experimental de embutidos e defumados já em funcionamento, um abatedouro frigorífico, um curtume e uma fábrica-escola de artefatos de couro em fase final de construção, e ainda uma unidade de beneficiamento de polpa de frutas a ser concluída em uma fase posterior.

Em torno desse complexo está um universo de agricultores familiares, pequenos produtores e até produtores empresariais, entre cooperados e não-cooperados de vários municípios do território²⁹, que estão tendo a oportunidade de agregar valor à sua produção e de fugir da dependência do comerciante intermediário que domina o mercado de caprinos e ovinos no Semi-árido baiano, conforme consta no trabalho de Holanda Júnior *et al.*(2003). No caso do leite de cabra e de vaca isso já está acontecendo e, com a entrada em funcionamento do abaterouro-frigorífico a produção de animais de corte passa a ser beneficiada também.

Aqui se vê certa semelhança com os modelos de desenvolvimento rural sugeridos por Sachs (2005), os quais se baseiam em cooperativas organizadas em torno de pequenas vilas agroindustriais que, por sua vez, gerariam empregos na indústria, nos serviços e no comércio local, absorvendo parte da mão-de-obra daquelas famílias que não dispunham de área suficiente para geração de renda digna em sua unidade familiar.

De fato, hoje a COPERJ já vem gerando empregos diretos no município por conta de seu laticínio, da administração do empreendimento e da assistência técnica, o que deverá se intensificar ainda mais com a entrada em funcionamento do restante do complexo agroindustrial. Nessa etapa, o Sr. Osmar Tarrão chama a atenção para a expectativa em torno da fábrica-escola de artefatos de couro, que deverá fomentar o artesanato no município e região, gerando inúmeros postos de auto-emprego e empreendedorismo de pequeno porte, diversificando ainda mais a economia local e territorial.

²⁹ Apesar do predomínio do município de Jussara, onde tudo começou.

Mas, além da geração de postos de trabalho para a população rural na indústria, o setor de serviços acaba também contribuindo com esse processo, como já se pode averiguar com o serviço de assistência técnica da Cooperativa que empregou técnicos em agropecuária, todos filhos de agricultores do município. A própria construção das diferentes unidades industriais do complexo gerou e vem gerando inúmeros postos de trabalho locais e regionais com serviços da área de construção (mestres-de-obra, pedreiros, auxiliares, outros), sem falar no comércio.

Até mesmo os órgãos públicos tem se mostrado mais presentes no entorno do município em decorrência dos trabalhos desenvolvidos pela COPERJ, como foi o caso de alguns órgãos estaduais como a ADAB, ou de instituições de pesquisa como a EMBRAPA.

Todo esse movimento acaba refletindo também no comércio do município, conforme averiguado por Sobrinho (2007), e confirmado durante os trabalhos de campo da presente pesquisa, quando se observou um grande movimento no setor de restaurantes oriundos de atividades relacionados à COPERJ. Há de se registrar aqui, que o CEBATSA também vem prestando grande contribuição nesse sentido, em função do grande número de visitantes e turmas de produtores que chegam de fora para participarem das capacitações ministradas no Centro.

Além disso, a implantação do Complexo Agroindustrial em Jussara está permitindo que outros segmentos do setor primário da região também sejam beneficiados pelo processo de verticalização da produção, como a estruticultura (criação de avestruzes) e a bovinocultura leiteira. Caso o projeto do segundo abatedouro-frigorífico venha a ser implementado o abate de bovinos para o mercado regional também será contemplado.



Foto: Antonio Lemos Maia Neto



Foto: Nilton Bastos de Carvalho Filho

Ilustração 16. Produção de avestruzes na região de Irecê.

O significado para o desenvolvimento territorial sustentável de um projeto como esse da COPERJ, recai sobre as transformações por que tem passado o “mundo rural” nas últimas décadas, no qual “parte considerável da capacidade de trabalho da família rural está comprometida com atividades não agrícolas” (Baiardi e Mendes, 2007, p.30). Isso não significa dizer, entretanto, que as atividades agropecuárias tenham deixado de exercer seu importante papel na geração e distribuição de riquezas no meio rural (Couto Filho, 2007a).

Assim, pode-se inferir que o projeto do Complexo Agroindustrial de Jussara atende a ambos os requisitos apontados por Couto Filho (2007a), ao conciliar o desenvolvimento de atividades não-agrícolas com a organização e fortalecimento da atividade agropecuária do município e região. E como o projeto está voltado a tornar rentável as peculiaridades naturais e culturais da região³⁰ através do resgate da caprino-ovinocultura e da verticalização da produção a partir de um conjunto de agroindústrias, tem-se a expectativa de se formar uma sinergia entre a preservação das “amenidades” e o dinamismo econômico no Território. De acordo com Veiga (2002), quando isso chega a acontecer não há nem mesmo condições de separar o que é atividade primária, secundária ou terciária.

Como conseqüência à absorção de trabalho no meio rural a partir da valorização de sua pluriatividade, Veiga (2001a) ressalta a redução da pressão sobre o mercado de trabalho dos setores secundários e terciários das regiões metropolitanas e demais centros urbanos. Isso acaba contribuindo de maneira indireta para melhoria da qualidade de vida desses ambientes.

Contudo, conforme consta em Veiga (2001b), o papel da sociedade rural brasileira ainda é considerado de pouca relevância para o desenvolvimento do país. Isso talvez explique, por exemplo, a carência de investimentos em infra-estrutura e serviços básicos no meio rural como observado no município de Jussara com relação à energia elétrica e ao ensino básico. E aqui, vem à tona a discussão sobre o despreparo das próprias instituições que tratam do desenvolvimento rural, as quais segundo Favareto (2007), têm dificuldade de enxergar o mundo rural como um espaço pluriativo e multidimensional, persistindo com a lógica setorial em suas abordagens³¹.

³⁰ O que, segundo Veiga (2002), se convencionou chamar de “amenidades”.

³¹ Segundo Favareto (2007), mesmo as políticas que se dizem territoriais, ao definirem como público prioritário os pobres rurais acabam assumindo uma abordagem setorial, por não considerarem todas as dimensões e atividades presentes no território.

No território de Irecê, percebe-se um movimento no sentido de mudar essa realidade, tendo entre seus precursores a própria COPERJ com a pluriatividade que caracteriza os seus projetos marcados por um conjunto de atividades econômicas primárias, secundárias e terciárias³².

4.3 Contribuição à redução das desigualdades sociais e espaciais

A preocupação com as questões sociais pode ser observada em todos os projetos desenvolvidos pela COPERJ, em especial no Programa Cabra de Corda. No entanto, a metodologia utilizada na presente dissertação não permitiu aferir o impacto social proporcionado por este Programa. Mesmo porque a presença no município de Jussara dos diversos programas sociais do Governo Federal demandaria uma análise específica e minuciosa sobre o assunto. Entretanto, o estudo possibilitou identificar que sua presença tem contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas.

Além disso, ao oferecer aos beneficiários de um programa social como o Cabra de Corda a oportunidade de integração ao mercado a partir do laticínio e do abatedouro-frigorífico³³, ou ainda, a possibilidade de aumento da produção com os condomínios de leite, a COPERJ segue na mesma direção a qual Tonneau *et al.* (2005) consideram que as políticas de desenvolvimento rural deveriam seguir, sobretudo no Nordeste. Isso significa integrar de forma simultânea as dimensões econômicas e sociais da sustentabilidade, de modo que a dinamização econômica venha a ser estimulada e os excluídos sejam inseridos no processo de desenvolvimento.

Até mesmo o Projeto Fome Zero, o qual de acordo com Tonneau *et al.* (2005), é a política pública que mais se aproxima desse preceito por associar ações urgentes e estruturantes, teve sua atuação potencializada no município de Jussara, em função da participação da COPERJ.

Um dos méritos que podem ser atribuídos a essa visão da ACCOJUS/COPERJ sobre o desenvolvimento é o de criar condições, com a integração de seus diferentes projetos, para viabilização dos minifúndios existentes no município. Seja no tocante à sua própria

³² **Primárias:** Caprinocultura de leite e de corte, ovinocultura de corte, bovinocultura de leite e strutiocultura. **Secundárias:** Processamento de leite caprino e bovino; abate e processamento de carnes de caprinos, ovinos e aves; e processamento de peles e couros. **Terciárias:** assistência técnica.

³³ Onde poderiam comercializar o excedente de sua produção.

subsistência ou à sua participação no mercado. E aqui, a opção principal pelo caprino exerceu um papel estratégico, o que pode ser resumido na declaração do Sr. Carlos Gomes Rodrigues, beneficiário do Programa Cabra de Corda, concedida ao documentário que trata do Programa:

Você precisa de R\$ 50,00 ou R\$ 100,00. Daí, se você tem uma vaca que custa R\$ 800,00 ou R\$ 1.000,00. Você vai e vende essa vaca de R\$ 1.000,00, porque precisa de R\$ 100,00. E o restante (do valor da venda da vaca) não dá para comprar outra, daí você gastou, e acabou tudo. Se você pega uma criação pequena, vende, matou sua necessidade e taí o seu rebanho do mesmo jeito (Cabra de Corda, 2006).

Há de se considerar ainda a maior facilidade de comercialização e transporte e a menor necessidade de alimentos e outros insumos do caprino com relação ao bovino. Sem contar a maior facilidade para conservação e armazenamento dos animais abatidos para consumo próprio. O ovino também seria uma opção para os minifúndios, só que, as raças disponíveis não possuem aptidão para produção de leite, importante fonte alimentar para as famílias beneficiadas.

Um outro mérito relacionado à opção pelos pequenos ruminantes diz respeito ao grande potencial da criação desses animais para a promoção da segurança alimentar e nutricional, conforme realçado por Arruda e Biscontini (2003) *apud*. Holanda Júnior *et al.* (2004b). De acordo com os autores, trata-se de uma forma de garantia de acesso universal a alimentos, em quantidade e qualidade, pelas populações residentes no semi-árido nordestino. Tal acesso foi verificado por Holanda Júnior *et al.* (2004b) no Sertão Baiano do São Francisco com base nas quantidades de carne caprina e ovina e leite caprino consumidas pelas famílias entrevistadas em seu estudo.

Isso tudo, de certa forma, tem contribuído para redução das desigualdades espaciais que ainda caracterizam o território de Irecê, a começar pela própria melhoria da imagem do município de Jussara perante o restante do Território. De acordo com os achados de Sobrinho (2007), confirmados pelos informantes-chave da presente pesquisa, antes dos trabalhos da ACCOJUS e da COPERJ, Jussara era considerada o município mais atrasado da região de Irecê; um lugar esquecido.

Hoje, graças à atuação da ACCOJUS, da COPERJ e de seus inúmeros parceiros, o município de Jussara é um dos poucos que estão inseridos dentro de um processo de descentralização da industrialização, ainda pouco efetivo, no território de Irecê. É importante

lembrar que este arranjo, ao contrário dos pólos regionais, tem um importante papel na melhor distribuição espacial de riquezas, conforme ressaltado por Sachs (2004).

Os avanços obtidos em Jussara são mais impressionantes por se tratar de um empreendimento endógeno, isto é, desencadeado e conduzido por uma organização da sociedade local, explorando as suas próprias capacidades e potencialidades (Buarque, 2006). Como diz Abramovay (1999), é a partir da mobilização das próprias forças sociais interessadas na valorização do meio rural “que poderão nascer as novas instituições capazes de impulsionar o desenvolvimento de regiões vistas socialmente como condenadas ao atraso e ao abandono” (p.1).

Isso explica, em parte, a preocupação cada vez maior da COPERJ em estender os benefícios advindos de seus projetos à escala territorial. Basta observar a composição de seu quadro social com produtores dos diversos municípios da região, a postura adotada com os municípios vizinhos em relação ao PAA-Leite/Fome Zero, e a expansão de seus projetos para outros municípios da região, a exemplo dos condomínios e do Cabra de Corda.

Como tanto esses projetos quanto os demais aspectos relacionados à criação e evolução da COPERJ se caracterizam por envolverem, em diferentes níveis, as dimensões sociais, econômicas, ambientais, políticas, institucionais e espaciais da sustentabilidade, poder-se-ia afirmar que a experiência da Cooperativa enseja um processo de desenvolvimento territorial sustentável em formação, ainda que, existam muitos desafios a serem superados.

CAPÍTULO V

5 PRINCIPAIS FATORES RELACIONADOS À FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COPERJ

Como se pôde verificar na análise anterior, a Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara vem contribuindo com a formação de um ambiente propício ao desenvolvimento sustentável no território de Irecê, confirmando a tese de Favareto (2006) sobre o papel estratégico exercido por instituições locais nesse processo. No entanto, conforme destacado pelo autor, “pouco se sabe sobre o que faz com que sejam geradas as instituições capazes de levar a uma convergência dos ganhos individuais e coletivos e sobre como isso acontece” (p.23).

Dessa forma, o presente capítulo pretende levantar e discutir os principais fatores relacionados à criação e evolução da Cooperativa, desde os momentos que a antecederam até as estruturas e projetos por ela implementados, e o seu significado para o processo de desenvolvimento verificado no município e no território.

5.1 Capital social

Como já havia sido sinalizado por Sobrinho (2007), o capital social estaria entre os principais componentes responsáveis pelo surgimento e evolução da Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara.

Dessa forma, se valendo das análises de Portes (1998), para quem o capital social corresponde à habilidade dos agentes em assegurar benefícios quando associado em estruturas sociais³⁴ procurou-se avançar nas discussões sobre o grau de participação deste fator em todo o processo que originou a COPERJ e em seu desenvolvimento, identificando a origem do capital social, as fontes utilizadas, os recursos obtidos, os efeitos negativos, bem como a presença de outros fatores causais.

De acordo com Sobrinho (2007), a origem desse capital social remonta ao período em que a região passava pela pior crise de sua história desencadeada por um conjunto de fatores

³⁴ Segundo o autor, este é o significado mais usual, pelo qual o termo capital social é utilizado.

já discutidos no capítulo II, tendo como marco de referência a retirada abrupta do crédito agrícola na primeira metade da década de 1990, o que pôde ser confirmado no presente trabalho.

Sem a disponibilidade do crédito e a proteção do seguro rural, a sobrevivência do agricultor, a partir de um modelo produtivo altamente dependente das chuvas e fragilizado pela perda gradativa de produtividade, tornou-se muito difícil. Mesmo assim, ele continuava insistindo com a cultura do feijão, afinal durante cerca de 20 anos, praticamente, foi a única cultura agrícola com que havia trabalhado.

Dentro desse modelo, as perdas de safra de feijão já eram comuns na região, devido à sua susceptibilidade às secas. Só que dessa vez, o produtor não contava mais com o Proagro³⁵ para cobrir as suas despesas e saldar as dívidas com os bancos. Enquanto isso, nos anos bons de chuva, a cotação do feijão despencava no mercado, devido à grande oferta do produto, tornando a situação cada vez mais insustentável. Essa situação pôde ser constatada nas entrevistas e nas observações de campo da presente pesquisa, podendo ser exemplificada pelas transcrições abaixo.

IC15: O feijão era uma cultura difícil de produzir, e quando se conseguia produzir não tinha preço.

IC17: Eu plantava dez sacos de feijão e só conseguia colher um, devido à seca e ataque de lagartas. Hoje uma saca de semente de feijão custa em torno de R\$ 300,00, mas quando você for colher vai estar em torno de R\$ 70,00. Se vier a produzir!

Nessas condições, os pequenos produtores eram os que mais sofriam, por não disporem de renda suficiente para se manterem ao longo do ano (Tarrão, 1996).

E foi nesse contexto de crise, que aquele grupo original de 13 técnicos se reuniu pela primeira vez no município de Jussara com o objetivo de discutir a situação em que viviam e desenhar um projeto de desenvolvimento alternativo denominado Novo Mundo, o qual veio dar origem à Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Jussara. Muito embora, deva-

³⁵ O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) foi estabelecido pela lei número 5963, de 11 de dezembro de 1973, e entrou em operação a partir de 1975. Tinha como objetivo garantir a atividade dos produtores rurais, cobrindo os custos investidos em seus empreendimentos quando estes fossem prejudicados por fenômenos naturais adversos. Inicialmente se cobria apenas recursos creditícios, mas a partir de 1979, com a lei nº. 6685, também os recursos próprios. Procurava-se isentar o produtor de qualquer risco, o que foi possível somente até o final dos anos 1980, em decorrência da carência de recursos públicos associada ao crescimento de coberturas duvidosas (como seca em lavouras irrigadas), entre outros fatores (Cunha e Assad, 2001).

se chamar a atenção para o fato de que todo esse processo tenha se deflagrado a partir de uma articulação com fins políticos. No entanto, isso não impediu que se desenhasse um projeto sério e com objetivos concretos. Afinal, conforme ressaltado pelos informantes-chave que participaram desse processo, era preciso buscar uma forma de superar a monocultura do feijão que, além de sofrer com as irregularidades da produção, a redução da produtividade e as incertezas do mercado, agonizava com a retirada do custeio e do seguro agrícola.

De acordo com Portes (1998), em situações como essa, em que os indivíduos de um determinado grupo social (no caso de Jussara, os pequenos produtores) passam a compartilhar de uma mesma condição de dificuldades, costuma-se ascender uma espécie de solidariedade onde os indivíduos aprendem a se identificar uns com os outros e a apoiar as iniciativas uns dos outros. De fato, conforme verificado nos documentos pesquisados, foi nessa fase de crise que começaram a despontar inúmeras organizações sociais na região de Irecê, entre elas a própria ACCOJUS.

Essa condição vem confirmar os achados de Silva (2006) acerca das mudanças em curso no Semi-árido, no que se refere às políticas públicas e práticas sociais. De acordo com o autor, essas mudanças não estão relacionadas a uma evolução natural das idéias e pensamentos sobre a realidade do Semi-árido, tampouco, sobre as estratégias para o seu desenvolvimento. Ao contrário, essas mudanças se originam, justamente, a partir de situações de “crises ou esgotamentos de concepções e de modelos de intervenção que haviam sido formuladas e defendidas com base em interesses sociais e econômicos” (p.268).

No caso da ACCOJUS, o seu grupo idealizador acabou se valendo dessa solidariedade como uma fonte de capital social para arregimentar outros produtores do município viabilizando a criação e desenvolvimento da Associação. O trecho transcrito abaixo de uma das entrevistas deixa transparecer essa interpretação.

IC1: Um outro aspecto contava a nosso favor. Como os Bancos haviam suspenso o custeio agrícola, isso fez com que a maior parte dos produtores sentissem a necessidade de buscar uma alternativa produtiva para sobreviver.

Uma outra fonte importante de capital social utilizado para criação da ACCOJUS, se refere aos próprios valores individuais presentes naquele grupo original. O que pode ser evidenciado pelo número de inovações produtivas desenvolvidas, pela criatividade na elaboração dos diversos projetos, e por suas habilidades de argumentação e articulação.

Essa capacidade de articulação pôde ser notada logo no início do funcionamento da Associação, em função do papel desempenhado por alguns de seus integrantes no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural no direcionamento dos recursos do PRONAF Infra-estrutura. Trata-se de um valor individual, do qual eles próprios reconhecem, como se pode inferir nas declarações de um dos informantes-chave sobre a participação da Associação em fóruns, conselhos e colegiados.

IC8: Costumam ter força nas reuniões, os grupos que tiverem um maior número de pessoas com habilidade de argumentação e articulação, e nisso Jussara está bem servida. Somos em torno de 10 pessoas, que fazem a diferença. E em qualquer lugar que um destes estiver presente, eles sabem se defender e brigar por suas questões.

Como a maior parte desse grupo original era constituído por técnicos agrícolas formados na Escola de Agricultura da Região de Irecê - ESAGRI, fundada em 1976, buscou-se averiguar até que ponto esta instituição influenciou na formação desse capital humano e social. Assim, ao serem questionados sobre o assunto, revelaram que a ESAGRI funcionou mais como um espaço onde os técnicos se encontravam, trocavam suas experiências e discutiam sobre a agropecuária da região, contribuindo também para fortalecer os laços de amizade entre eles.

Por outro lado, a escola não teria preparado o profissional para viver de sua própria terra, direcionando o ensino para a formação de mão-de-obra para ser empregada, e ainda com um foco em atividades que não eram desenvolvidas na região. Ao invés de se aterem à caprino-ovinocultura, os alunos passavam uma extensa parte de sua carga horária em aulas teóricas e práticas de suinocultura e avicultura industrial. Duas atividades ausentes na região.

A presença do capital social começa a ser explicitada, de forma significativa, no momento em que o grupo entende a necessidade de se desvincular dos assuntos político-partidários, mas de uma maneira que se preservasse uma boa relação com a administração municipal, independentemente de qual facção política estivesse no poder.

IC15: Buscávamos um projeto para Jussara, e aproveitamos o momento político para tentar mostrar para a sociedade algo diferente. Apesar do interesse político do candidato à prefeitura, a maior parte do grupo, realmente queria ver as coisas acontecerem, e de uma forma mais coletiva, de modo que todos pudessem ter acesso a esse projeto. Alguns não tiveram a coragem de continuar, mas teve um grupo que acreditou e deu continuidade.

A partir de então, a presença do capital social passa a ser percebida no dia a dia da Associação, como pode ser evidenciado pela prática das trocas ou empréstimos de reprodutores entre os associados, no desenvolvimento de estratégias coletivas de produção e no estabelecimento de relações de parceria com agentes externos.

Assim, com base em sua capacidade de articulação, o grupo conseguiu assegurar uma série de recursos em benefício de sua estrutura social tais como o acesso ao conhecimento; a obtenção de recursos não-reembolsáveis utilizados na implantação de seus empreendimentos; a disponibilização de crédito para a caprino-ovinocultura na região; e a formação de uma rede de apoio composta por diversos agentes e instituições. Obtiveram também o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, especialmente no âmbito externo, o que pôde ser constatado pelo grande contingente de visitantes interessados em conhecer os seus projetos, ou ainda pela freqüente requisição para que seus representantes apresentem seus trabalhos em reuniões, seminários, entre outros eventos, até mesmo fora do Estado da Bahia.

Por outro lado, esses benefícios não podem ser atribuídos unicamente ao capital social da ACCOJUS / COPERJ, afinal cada agente ou instituição fornecedora desses recursos também possuíam as suas próprias motivações, as quais poderiam estar baseadas, simplesmente, no reconhecimento naquela organização de objetivos comuns aos seus, o caso SECOMP. Ou ainda, dentro de uma ótica de troca de reciprocidades como no acordo que foi estabelecido com a Prefeitura Municipal no âmbito do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Um outro aspecto que merece ser observado consiste no fato de que enquanto um grupo de pessoas, motivado por um sentimento de solidariedade vinculada, procurava mobilizar a sociedade em torno de um projeto alternativo de vida, uma outra parte da sociedade se mantinha resistente às mudanças, chegando até mesmo a tentar enfraquecer os novos projetos que eram implantados, como se pode inferir nas transcrições abaixo.

IC15: A maioria das pessoas daqui do município não acreditavam em nosso projeto e geralmente vinham com palavras negativas de que não ia dar certo. Outros só queriam entrar quando começassem a surgir os resultados.

IC4: Havia um produtor na vila do Recife, que foi um dos primeiros a trazer leite de cabra aqui para o laticínio. E a casa dele era uma das últimas da vila. Então, para entregar o leite na Associação ele tinha que atravessar toda a vila, até pegar a estrada em direção à Jussara. E nesse percurso, as pessoas iam perguntando para onde ele ia com aquele vaso de leite na mão. E quando ele

respondia que ia para Jussara entregar o leite dele, essas pessoas tratavam de desencorajá-lo, dizendo que ele estava perdendo tempo, pois o pessoal da Associação não pagava.

Além disso, as pessoas não queriam dedicar o seu tempo a esse tipo de trabalho voluntário que o grupo estava se propondo a desenvolver. Motivo pelo qual, se acredita que o grupo inicial da ACCOJUS não foi maior.

Segundo todos os entrevistados essa resistência vem reduzindo, mas ainda continua presente nos dias de hoje, o que o Sr. Osmar Tarrão atribui a uma “característica cultural do sertanejo, modelado pelas dificuldades do semi-árido e vítima de vários programas que prometeram resolver o seu problema e nunca aconteceram”. Ou seja, a mesma condição que motivou a criação da ACCOJUS, também era apropriada por uma outra parte da sociedade local, só que os efeitos advindos dessa apropriação se mostravam como indesejáveis para o desenvolvimento local, o que vem corroborar a afirmação de Portes (1998) de que o capital social também pode acarretar efeitos negativos, os quais na maioria das vezes são negligenciados pelos autores.

Portes (1998) ressalta ainda um outro tipo de efeito negativo advindo do capital social, quando grupos fortes se fecham contra a entrada ou participação de agentes externos em seu ambiente ou empreendimento. No caso da COPERJ, alguns informantes-chave externos alegaram a existência desse tipo de comportamento dentro do grupo e que isso acabava dificultando o relacionamento ou a implementação de algumas ações oferecidas pelos agentes externos.

Com base nas observações realizadas nos diversos eventos acompanhados ao longo da pesquisa³⁶, entretanto, esse comportamento verificado em alguns dos representantes da Cooperativa foi visto como um fator importante ao equilíbrio do grupo. Na verdade, trata-se de uma espécie de mecanismo de defesa posto em prática quando algum agente externo tenta lhes impor ou ofertar algum tipo de recurso ou produto do qual eles julgam inapropriados para sua realidade ou simplesmente por não considerarem uma prioridade para o empreendimento.

Por fim, pôde-se aferir nesta análise que o capital social representou um componente importante no processo de criação e evolução da Cooperativa dos Empreendedores Rurais de

³⁶ Reuniões, seminários, cursos ou palestras promovidos pela COPERJ ou que contavam com a participação de algum de seus integrantes.

Jussara, seja favorecendo esse processo ou retardando-o. Mas, como ficou subentendido, ele não foi o único, tampouco pode ser classificado como o mais importante.

5.2 Aspectos políticos

Como pôde ser observado anteriormente, a questão política está presente desde a origem da ACCOJUS, afinal foi a partir de uma articulação política que aquele grupo de técnicos se reuniu pela primeira vez, com o objetivo de formular uma proposta consistente visando substituir o grupo político que governava o município naquela época. Logo no início de suas operações, entretanto, ao perceberem que os interesses do Prefeito Municipal recém eleito eram basicamente políticos, a Associação procurou manter uma posição independente, porém preservando as relações políticas locais no intuito de conseguir benefícios para o empreendimento.

E assim conseguiram estabelecer um acordo com o Prefeito, para que este desse autonomia ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR³⁷, formado em sua maioria por pessoas ligadas à ACCOJUS, para gerir os recursos do PRONAF Infra-estrutura. Como aquele Prefeito havia sido eleito com a ajuda do grupo de técnicos que formularam o Projeto Novo Mundo e criaram a ACCOJUS, nada mais justo do que retribuir a ajuda cedendo esse espaço para a Associação, dentro do que Portes (1998) classifica como um processo de troca de reciprocidades. E a despeito do conselho ser presidido por um representante da Prefeitura, este tinha um compromisso ainda maior com as estratégias de desenvolvimento estabelecidas pelo Projeto Novo Mundo.

Por outro lado, alguns dos entrevistados alegaram que na verdade, o gestor municipal não teria dado importância ao Pronaf Infra-estrutura, pois não acreditava que esse recurso viria a sair. Essa afirmação coincide com os dados levantados por Rocha *et al.* (2004) em seu estudo sobre três Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável da região de Irecê. Nessa pesquisa os autores identificaram a falta de interesse dos gestores municipais pelos recursos do Pronaf, o que explicaria em parte a pouca articulação entre alguns desses Conselhos com as Prefeituras de seus respectivos municípios. Isso não aconteceu em Jussara graças aos acordos descritos acima.

³⁷ Mecanismo de descentralização participativa da gestão dos recursos para Infra-estrutura do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (Rocha *et al.*, 2004).

No entanto, em seu segundo mandato, o Prefeito Municipal de Jussara não providenciou os documentos necessários para a liberação dos recursos do Pronaf e ainda deixou de adquirir o iogurte da COPERJ para merenda escolar do município, concorrendo, assim, para que a Cooperativa enfrentasse um longo período de dificuldades. Para alguns dos entrevistados, essa atitude seria uma resposta ao crescimento da organização dos produtores com a criação da Cooperativa, a qual poderia vir a fazer frente ao poder do governo municipal.

Esse mesmo sentimento foi levantado por Abramovay (2000) em um trabalho realizado junto a grupos de extensionistas rurais ligados a CMDR's do Sul do País. Segundo o autor, ao serem questionados sobre as limitações que precisavam ser superadas “para que a ação extensionista se convertesse em parte de um processo de desenvolvimento” (p.9), os grupos trabalhados apontaram oito obstáculos principais, dos quais três estavam relacionados com a questão política: dependência dos membros dos CMDR's com relação aos prefeitos; ingerência político-partidária na vida dos Conselhos; e finalmente, o sentimento do prefeito de que o Conselho é um adversário político ao seu poder. Para outros entrevistados, o maior rigor estabelecido pela Caixa Econômica Federal, no processo de descentralização dos recursos do PRONAF-IES, teria inibido o interesse da Prefeitura em participar do Programa.

Chama a atenção o fato de que ao longo de todo esse processo estavam presentes na Associação e conseqüentemente na Cooperativa, pessoas ligadas politicamente tanto ao grupo do gestor municipal quanto ao da oposição. E mesmo assim eles continuavam unidos em torno do empreendimento construído, dividindo despesas, trabalhando de forma coletiva, buscando alternativas para se reerguerem, e respeitando a opção política de cada um. Apesar de existirem as divergências políticas, elas não são discutidas dentro da Cooperativa. Isto porque, eles partiram da convicção de que se trata de um bem de todos e, dessa forma, todos devem zelar por sua integridade conservando essa neutralidade política em torno de um projeto comum.

Isso pôde ser comprovado pelos técnicos da SECOMP durante algumas reuniões realizadas com a COPERJ no município de Jussara, na época que antecedia a eleição municipal de 2004, com o objetivo de tratar dos projetos que estavam sendo apoiados pela Secretaria. Apesar do município se encontrar em plena fase de campanha eleitoral, os dois grupos adversários políticos deixavam suas bandeiras do lado de fora, e participavam da reunião de forma coesa em torno dos projetos da Cooperativa, sem envolver qualquer tipo de

disputa política. Ao saírem das reuniões, ambos os grupos estavam livres para voltar às suas campanhas.

A eleição acabou sendo vencida pelo candidato do grupo que fazia oposição ao prefeito anterior, e que por acaso também era cooperado da Coperj. Isso facilitou a retomada do apoio da administração municipal aos projetos da Cooperativa, como a compra do iogurte para merenda escolar, o apoio logístico e a interlocução com o Governo do Estado.

Para tentar consolidar o apoio da administração municipal e ao mesmo tempo preservar a isonomia política da Cooperativa o grupo de referência tem lançado mão de alguns artifícios bem interessantes. Entre esses artifícios, com o objetivo de facilitar a interlocução com a Prefeitura, a Cooperativa elege uma diretoria ligada ao mesmo grupo político que se encontra na administração do Município. Assim ela abre um canal direto de comunicação com o Governo Municipal, o que tem sido muito importante nos últimos anos para garantir o atendimento de algumas demandas da Cooperativa.

Nesse mesmo sentido, a maioria das administrações municipais tem concordado em colocar como Secretário Municipal de Agricultura uma pessoa associada à Cooperativa, o que também tem ocorrido com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e com o conselho do Fundo Municipal de Apoio às Comunidades - FUMAC.

Os integrantes ligados ao grupo político da oposição, por sua vez, têm exercido uma função de regulação dessa relação com o Governo Municipal. Assim, quando a atuação da Prefeitura fica aquém das necessidades da COPERJ é esse grupo quem assume a responsabilidade de fazer as críticas e as cobranças necessárias. Com isso, a direção da Cooperativa não precisa se indispor com a Administração Municipal, preservando a boa relação estabelecida, e a Cooperativa tem assegurada a sua independência política.

De acordo com as informações obtidas nas entrevistas com informantes-chaves do município, muitas pessoas da cidade ligadas ao atual gestor do município, não aceitavam essa postura de imparcialidade adotada pela gestão municipal. Elas cobravam que era chegado o momento da Prefeitura intervir na Cooperativa até para retirar da direção aquelas pessoas originárias do governo anterior e que ainda criticavam a gestão atual. Mas em momento nenhum o gestor do município e sua equipe teriam cedido à pressão, seja por reconhecerem a

importância da neutralidade política dentro da cooperativa, ou pelo valor e o papel que os demais membros tiveram na criação e evolução daquele empreendimento.

IC4: Os grupos políticos reconhecem o valor da ACCOJUS e da COPERJ para o município e respeitam a sua gestão de forma independente. Não se briga com a Prefeitura, mas também não se dá o comando.

Ao longo da pesquisa, pôde-se observar inclusive, que em muitos casos a Administração Municipal reconheceu as críticas recebidas e tem procurado ajustar a sua atuação. De acordo com o informante chave IC15, apesar de um grupo externo não concordar com essa postura da Prefeitura, ela tem se esforçado em contribuir com a Cooperativa, tendo até mesmo a humildade de pedir a opinião das pessoas ligadas à oposição.

IC15: Não é por que se trata de um adversário político que se vai deixar de ouvi-lo. E isso é uma grande evolução.

Verificou-se, também, no discurso de alguns dos entrevistados uma certa motivação pela troca de reciprocidades, no momento em que a participação política no projeto da Cooperativa, significa uma aprovação perante a sociedade de que cada um dos grupos políticos está contribuindo com a construção daquele empreendimento para o município. E a presença de ambos os grupos evitaria também, que um deles se sobressaísse sobre o outro, motivando ainda mais a participação de todos.

Além desses aspectos políticos internos, a COPERJ soube construir uma boa relação tanto com o Governo Federal quanto com o Estadual, os quais por meio de suas instituições, disponibilizaram recursos humanos e financeiros para implantação do projeto do Complexo Agroindustrial de Jussara.

Mas, depois da parceria com a SECOMP a aproximação com o Governo Estadual foi ainda mais intensificada, o que gerou um certo receio por parte dos grupos políticos de esquerda da região, de que a Cooperativa ficasse subjugada ao grupo que governava o Estado naquela época. Até porque as organizações ligadas a esses grupos continuavam sendo desprezadas pelo Governo Estadual.

Isso não impediu, todavia, que na mudança política ocorrida no Estado da Bahia a partir de janeiro de 2007, a COPERJ mantivesse uma boa relação com o Governo Estadual. Pelo contrário, novos convênios começaram a ser elaborados, envolvendo inclusive outras Secretarias de Estado como a SEAGRI, e as próprias forças políticas da região foram

percebendo o caráter independente da Cooperativa. Em parte, isso foi possível graças à capacidade de articulação de sua diretoria, à seriedade e alcance social de seus projetos e à interveniência de alguns agentes externos.

Ao analisar todo esse contexto político no qual a COPERJ está inserida, especialmente no âmbito local, percebe-se uma acentuada diferenciação da cultura clientelista que ainda predomina em inúmeros municípios do país (Abramovay, 2002b). Tal cultura, segundo Bursztyn (1991), acaba restringindo a legitimidade do poder público a uma expectativa de troca de favores e proteção política, onde, de acordo com Jara (1998), impera uma preocupação mais pela colocação de amigos, parentes e cabos eleitorais em cargos públicos ou serviços terceirizados do que pela resolução dos reais problemas da sociedade local. E essa situação é ainda mais grave no Nordeste Semi-árido, onde, conforme descrevem Baiardi e Mendes (2007):

... grande parte da população encontra-se em um estágio pré-político sem ter consciência da possibilidade de mudar por meio de ações individuais e coletivas a situação em que vive, e onde os exemplos mais impactantes de ação coletiva ainda estão no messianismo e no cangaço – é longa a trajetória de mudança e grande a responsabilidade da sociedade política e da sociedade civil (Baiardi e Mendes, 2007, p.31).

Ao contrário de outros municípios da região onde Rocha *et al.* (2004) constataram uma participação e organização dos agricultores nos Conselhos de Desenvolvimento Rural fragilizadas em decorrência da centralização do poder na esfera da prefeitura, o município de Jussara caminha para uma gestão pública com maior participação dos agentes sociais em vistas de um projeto de desenvolvimento comum.

Esse fenômeno encontrado em Jussara vai ao encontro das afirmações de Jara (1998), de que “a modernização do município precisa ser colocada como demanda dos movimentos sociais locais” (p.57). Para o autor, se os agentes sociais do município não se envolverem com esse processo, essa modernização acabará reproduzindo um novo tipo de clientelismo.

Com base nas discussões de Buarque (2006) acerca da descentralização³⁸ de poder decisório do Estado para a sociedade, é possível assinalar que as reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, em sua fase inicial, teriam contribuído com a formação dessa cultura política diferenciada encontrada no município. Segundo o autor, por

³⁸ De acordo com Buarque (2006), a descentralização corresponde à mudança da escala de poder para unidades menores com repasse de autonomia e poder decisório entre instâncias públicas e para instituições privadas.

mais que os grupos políticos dominantes se aproveitem da descentralização político-institucional para se fortalecer, ela acaba estimulando o envolvimento e interesse dos agentes sociais. E em consequência, promovendo uma reeducação política no município. O CMDR atende assim a proposição de Gusmão (1996), de que é necessário priorizar a criação de condições favoráveis à superação da cultura política clientelista do país.

E realmente no município de Jussara o CMDR, contou com uma participação ativa dos agentes sociais ligados às comunidades rurais, à Igreja, às escolas e principalmente à Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do município. Como o poder político local havia se isentado de interferir no Conselho, eles tiveram a oportunidade de experimentar, por um período de aproximadamente quatro anos, a condução de uma política pública de forma participativa, com poder deliberativo e livre de interferências. E essa experiência deve ter sido marcante para todos os participantes do conselho, inclusive para aqueles que possuíam vínculo com os grupos políticos do município.

Um outro aspecto que deve ter contribuído, se refere ao período de depressão econômica do município provocado pela retirada do apoio da gestão municipal ao projeto do Complexo Agroindustrial de Jussara. Aquele momento não prejudicou apenas a Cooperativa, mas o município como um todo.

O certo é que o atual ambiente político construído em torno da COPERJ, tem exercido um papel fundamental em seu processo de evolução e desenvolvimento do município, corroborando com a análise de Frey (2001) de que a superação das questões políticas representa o grande desafio rumo ao desenvolvimento sustentável. Isso se torna ainda mais relevante para os municípios mais pobres, onde, segundo Altafin (2003), estão os maiores desafios para o fortalecimento de uma gestão pública descentralizada. Segundo a autora são nestas localidades que o domínio das esferas administrativas públicas pelas elites locais, com vistas a interesses particulares, acontece com maior frequência.

As afirmações de Castells e Borja (1996) apresentadas abaixo por Buarque (2006), complementam esta análise.

As experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local (endógeno) decorrem, quase sempre, de um ambiente político e social favorável expresso por uma mobilização e, principalmente, convergência importante dos atores sociais do município ou comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento. Representa, assim, o resultado de

uma vontade conjunta e dominante da sociedade que dá sustentação e viabilidade política a iniciativas e ações capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade (Castells e Borja, 1996, *apud*. Buarque, 2006, p.30).

Apesar do ambiente político favorável, a história da Cooperativa também mostrou, quando um de seus gestores deixou de apoiar o seu empreendimento, que o risco de um retrocesso não pode ser desprezado. Portanto, é importante que tanto a COPERJ quanto a Administração Municipal continuem com seus esforços para preservar essas relações políticas construídas ao longo do tempo, assim como continue a buscar mecanismos de sustentação que independam do âmbito local.

5.3 Institucionalização das relações de grupo

Durante a fase de elaboração do Projeto Novo Mundo, ainda no ano de 1996, aquele grupo original, formado em sua maioria por técnicos, estabeleceu a necessidade de constituição da Associação e de parcerias com diversas instituições, para que pudessem atingir os seus objetivos. Nessa decisão do grupo, pode-se identificar uma orientação semelhante à de Bourdieu (1985), citado por Portes (1998), para quem as redes sociais deveriam ser constituídas a partir da institucionalização das relações de grupo, o que permitiria a obtenção de benefícios de forma mais segura e confiável aos seus integrantes.

Assim criaram a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Jussara, que ao contrário do que Campanhola e Graziano da Silva (2004) *apud* Oliveira (2006) descrevem sobre os principais estímulos à criação desse tipo de instituição, não foi constituída com objetivos de terem acesso a recursos governamentais. Pelo contrário, a ACCOJUS surgiu justamente pela retirada do apoio estatal à agricultura, no caso o crédito agrícola, e pela necessidade de encontrarem alguma forma de sobrevivência.

Dessa forma conseguiram, em uma região com pouca experiência no associativismo, arregimentar novos agentes àquele projeto em torno de uma atividade tradicional que havia sido execrada pelas políticas de modernização da agricultura ao longo das duas últimas décadas.

Além de ter resgatado a criação de cabras, a Associação acabou favorecendo o estabelecimento de uma melhor relação entre os produtores e o mercado, dominado na época

pelo comerciante intermediário. Não obstante isso tenha sido desencadeado por um abatedouro-frigorífico localizado no município de Feira de Santana, quando este começou a operar no município de Jussara estabelecendo a prática da venda de caprinos e ovinos com base no peso.

Pode-se inferir, com base em dados levantados por Holanda Júnior (2004), que essa simples pesagem dos animais não era uma prática comum entre os produtores de caprinos e ovinos de base familiar, o que já representaria uma inovação para o município de Jussara. Segundo o autor, entre os agricultores familiares pesquisados no Sertão Baiano do São Francisco, o peso dos animais vendidos “era estimado por indivíduos acostumados à prática com base no tamanho e escore corporal” (p.46).

Em um segundo momento, já no ano de 2004, a ACCOJUS passou a ser reconhecida como uma entidade de utilidade pública³⁹ pela Assembléia Legislativa da Bahia, que reconheceu nos seus projetos benefícios potenciais para a comunidade, que seriam de responsabilidade do Estado⁴⁰. Com isso, a Associação pôde firmar convênios com o Estado para conclusão do abatedouro-frigorífico, para instalação dos condomínios de produção de leite em outros municípios da região e para implementação do Programa Cabra de Corda. Este último possibilitou ainda a formação de uma equipe de assistência técnica para prestar um serviço aos pequenos produtores e agricultores familiares, que já há algum tempo vinha sendo negligenciado pelo Estado.

Assim, a ACCOJUS continuou coexistindo com a COPERJ, assumindo funções que a personalidade jurídica desta não permitia. Para facilitar a participação das duas entidades nos diversos programas, foi estabelecido que o presidente da Associação fosse o mesmo da Cooperativa. Assim, se em determinado procedimento fosse necessária a assinatura de uma ou da outra entidade, ambas estariam representadas pela mesma pessoa.

A criação da Cooperativa, por sua vez, foi decisiva para ampliar o universo de produtores envolvidos no projeto do Complexo Agroindustrial, abrigando outras associações e produtores de Jussara, de outros municípios do Território de Irecê e até mesmo do Território vizinho do Piemonte da Diamantina. Com isso, se estaria ampliando também a segurança no

³⁹ Entidade constituída como personalidade jurídica privada sem fins lucrativos, mas de fins públicos.

⁴⁰ Declaração publicada no Diário Oficial de 13 de outubro de 2004.

abastecimento do complexo, além da capacidade do empreendimento em promover o desenvolvimento na região.

Atualmente o quadro social da COPERJ é formado por 217 cooperados, dos quais 11 são associações (com direito a um voto), segundo relatório emitido pela Organização das Cooperativas do Estado da Bahia – OCEB no mês de agosto de 2007. Mas, conforme informações da Diretoria da COPERJ e da Agência do Banco do Nordeste de Irecê esse quadro já está sendo ampliado com novos agricultores familiares que estão recebendo financiamento pelo Pronaf para produção de caprinos. Cabe mencionar ainda a pouca participação de mulheres entre os cooperados, fato observado ao longo da pesquisa, e confirmado pela diretoria da Cooperativa que informou serem em torno de 10% dos cooperados. Essa mesma informação consta no relatório da OCEB.

Em contrapartida à sustentação do complexo, a Cooperativa disponibiliza as bases para o acesso desses produtores ao mercado. Seja por permitir uma produção em escala e com um melhor padrão de qualidade, seja por agregar valor a essa produção na agroindústria, ou por oferecer os mecanismos legais para a sua comercialização, características que Guimarães Filho *et al.* (1999) julgam essenciais para o agricultor se inserir no mercado de forma competitiva.

Nesse quesito, a COPERJ vem mantendo o princípio original do cooperativismo descrito por Singer (2002) *apud* Oliveira (2006) de compartilhar os benefícios e as responsabilidades com os associados, apesar das responsabilidades ainda estarem concentradas sobre poucos cooperados. Mas, a Cooperativa tem ido além, ao estender seus benefícios a pessoas que não fazem parte de seu quadro social como as cerca de 200 famílias atendidas pelo Programa Cabra de Corda ou pelos agricultores familiares não cooperados que estão podendo entregar seu leite de vaca no laticínio pelo Programa Fome Zero. Conforme salientou o um dos informantes-chave, trata-se de um público que um laticínio empresarial dificilmente atenderia (IC18).

Como pôde ser observado no capítulo anterior, entretanto, essas bases para agregação de valor à produção e para o acesso aos mercados ainda não estão plenamente funcionais. Além disso, a Cooperativa ainda enfrenta algumas limitações na questão gerencial, especialmente nos aspectos ligados ao cooperativismo, conforme debatido em reunião

realizada no dia 31 de outubro de 2007⁴¹, e averiguado no relatório emitido pela Organização das Cooperativas do Estado da Bahia – OCEB no mês de agosto do mesmo ano.

Embora os dirigentes da cooperativa tenham passado por uma série de capacitações na área de planejamento estratégico, mercado e gestão do agronegócio, contando ainda com consultorias nessa área, percebe-se ainda certa dificuldade em questões operacionais do dia a dia como controle de estoque de mercadorias e embalagens, gestão dos recursos humanos, entre outros aspectos apontados pelo relatório da OCEB.

Já durante as reuniões da Cooperativa acompanhadas pela pesquisa, pôde-se constatar que algumas questões importantes não têm sido trabalhadas a contento, como o registro dos demais produtos do laticínio no Serviço de Inspeção Estadual e a criação de uma marca para os produtos do abatedouro-frigorífico. Conforme foi bem lembrado pelo informante chave IC18, mesmo que a Cooperativa não vá produzir em escala comercial os demais produtos do laticínio, o seu registro no SIE garante-lhes o acesso a Exposições, Feiras e outros eventos aonde esses produtos poderiam ser divulgados.

No quesito cooperativismo está um outro leque de limitações apontadas pela OCEB, como o pouco diálogo entre o conselho administrativo e o fiscal, a ausência de taxa administrativa para manutenção da cooperativa e de controle das fichas de matrícula dos cooperados, entre outros aspectos.

A falta de capital de giro (Dias, 2007), aparece como um limitador dos avanços da Cooperativa, o que na verdade parece permear todas as cooperativas de pequenos produtores nessa fase inicial. Mas os principais fatores apontados pelos entrevistados se referem às dificuldades que encontraram com o mercado dos produtos lácteos e o não funcionamento do abatedouro-frigorífico.

É importante lembrar que essa dificuldade na comercialização é frequentemente apontada nos estudos sobre a agricultura familiar e sobre suas organizações, como na análise realizada por Duarte *et al.* (2002) sobre o Programa de Verticalização da Produção implementado pelo Governo do Distrito Federal, e que fomentou a criação de agroindústrias no âmbito da agricultura familiar. Dentre as famílias beneficiadas pelo programa submetidas à pesquisa, 52,5% citaram a comercialização como sendo sua maior dificuldade.

⁴¹ Reunião realizada entre a COPERJ e instituições parceiras com objetivo de traçar o plano de ação para os dois últimos meses do ano de 2007.

A não consolidação do complexo agroindustrial é apontada ainda como um dos fatores responsáveis pela pouca participação dos cooperados na condução de seu empreendimento. E também pela sua resistência em adotar certas tecnologias de produção.

IC7: Como a distribuição dos resultados será proporcional à sua participação na Cooperativa, os cooperados sentiram a necessidade de uma maior participação.

Mesmo assim, os entrevistados reconhecem suas limitações e admitem a necessidade de contar com um profissional especializado em administração, o que vem sendo viabilizado pelo SEBRAE. No entanto, a COPERJ não abre mão de que a direção do empreendimento fique a cargo dos próprios cooperados. Razão pela qual, alguns dos representantes da diretoria vêm procurando aprimorar seus conhecimentos nessa área, participando de um curso de especialização em administração de pequenas e médias empresas oferecido por uma Universidade.

IC2: Eu pensava que o mais difícil era construir toda essa estrutura. Mas hoje, percebo que construir é fácil, o mais difícil é colocar em funcionamento.

5.4 Empreendedorismo

Um quarto fator determinante ao surgimento e desenvolvimento da Cooperativa se refere ao caráter empreendedor presente em seu grupo original, não apenas pelo fato de terem criado um empreendimento coletivo, mas também por assumirem eles mesmos a gestão da Cooperativa.

Essa colocação encontra respaldo, em Veiga (2001a) na medida em que este defende a tese de que os empreendedores são os principais responsáveis pelas mudanças econômicas, “pois são eles que geram, disseminam e aplicam as inovações” (p.107).

Ao procurarem identificar as potenciais oportunidades de negócios e assumirem os riscos de suas apostas, eles contribuem tanto para um maior uso dos recursos disponíveis, quanto para a expansão das fronteiras da atividade econômica (Veiga, 2001a, p.107).

Qualquer semelhança entre estes atributos com os da COPERJ não é mera coincidência, afinal como o próprio nome da Cooperativa descreve, trata-se de uma cooperativa de empreendedores rurais, como os seus cooperados fazem questão de lembrar.

Nesse sentido, a COPERJ deixa transparecer uma visão sistêmica sobre o mercado, a qual autores como Guimarães Filho e Holanda Júnior (2003) descrevem como pouco freqüente entre os caprino-ovincultores de base familiar. Dentro desta visão, a Cooperativa procura manter-se aberta ao que acontece no ambiente externo, o que Buarque (2006) afirma ser um importante fator de propagação e estímulo à inovação local.

A COPERJ, por exemplo, procurou direcionar suas atenções para o caprino por considerar essa espécie mais adaptada às suas condições de produção, pela questão do leite, mas também por vislumbrar uma vantagem competitiva em relação ao ovino. Como a produção de carne caprina está restrita à região Nordeste do Brasil, ela não enfrentaria a concorrência de empresas de outras regiões do país e nem do mercado externo. Já a produção de ovinos, além do Nordeste, é tradicional no Sul do país, vem crescendo a cada ano nas regiões Sudeste e Centro-oeste, e ainda precisa enfrentar as importações de carne provenientes do Uruguai, que consegue chegar até mesmo no mercado de Salvador.

Com relação ao leite, os condomínios surgiram como uma das principais inovações produzidas pela Cooperativa, fruto da necessidade de viabilizar o funcionamento do laticínio. Por demandar uma divisão de tarefas, custos e demais cuidados com os animais, sem falar do uso de uma área particular para fins coletivos, essa iniciativa vem servindo como um excelente exercício prático para se trabalhar a coletividade, conforme realçou o Sr. Hailton Dias. Com isso “...nós começamos a pensar mais de forma coletiva, fortalecendo os vínculos de amizade, e ficando assim mais irmanados”.

São iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade como esta que, de acordo com Buarque (2006), estão associadas à maioria das experiências bem sucedidas de desenvolvimento local.

A formação desse caráter empreendedor, todavia, perpassa pela superação de alguns valores elementares presentes na cultura educacional do meio rural, que definem como regra que aqueles filhos com perfil mais dinâmico devam estudar visando a conquista de espaços fora daquele lugar. Ou seja, o caminho da migração é apontado como o mais promissor. Apenas os filhos com menor vocação para os estudos permanecem na propriedade paterna. Dessa forma acaba se constituindo um perfeito círculo vicioso aonde à escassez de oportunidades, se junta a precariedade dos talentos para explorá-las (Abramovay, 2000).

Trata-se da mesma percepção apresentada pelo Sr. Osmar Tarrão (COPERJ) em uma palestra proferida no dia 07 de dezembro de 2007, durante a III Feira do Empreendedor organizada pelo Curso de Administração de Empresas da Faculdade do Sertão na cidade de Irecê, a qual foi acompanhada pela presente pesquisa:

Os filhos dos agricultores não estão ficando mais na agricultura. Os filhos do campo não estão ficando mais no campo. Estão indo para as grandes e médias cidades, enquanto o campo está ficando órfão, sem herdeiros (Osmar Tarrão).

E se o meio rural for visto pelos seus habitantes, especialmente os mais jovens, como um espaço de estagnação, conservadorismo e atraso, as chances de surgirem iniciativas inovadoras serão bastante reduzidas (Abramovay, 2000).

Foi justamente a partir de uma mudança nesse paradigma, implementada por aquele grupo de técnicos em agropecuária original que optaram por viver de suas próprias terras e construir o seu próprio negócio, que surgiu a ACCOJUS, seguida pela COPERJ, que juntas conseguiram levantar um complexo agroindustrial em um município até então tido como um dos mais atrasados da região.

Dessa forma, a experiência da COPERJ vem reforçar as afirmações de Abramovay (2000), de que não adianta apenas recuperar as escolas rurais ou criar cursos profissionalizantes. É preciso antes de tudo, “modificar o conjunto do ambiente que se refere à aquisição e ao uso do conhecimento no meio rural” (Abramovay, 2000, p.10). E nesse sentido, soma-se à experiência da COPERJ o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo CEBATSA, focado no aproveitamento das oportunidades locais para o desenvolvimento.

Isso não quer dizer, entretanto, que os segmentos mais avançados da economia devam ser excluídos das políticas de desenvolvimento territorial, muito pelo contrário. Beduschi Filho & Abramovay (2004) não conseguem vislumbrar um processo de desenvolvimento, sem que os segmentos mais avançados e as empresas presentes no território também estejam envolvidas, sejam elas nano, micro, pequenas, médias ou grandes. E até mesmo nesse quesito, a COPERJ demonstra uma postura diferenciada ao se manter aberta a relações com os empresários do território de Irecê, como se pode constatar na parceria firmada com os produtores de avestruz e, na oferta aos açougueiros da região para que estes possam usar o serviço de abate do frigorífico da Cooperativa arcando apenas com os custos dessa operação.

5.5 A presença de políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento rural

Até o momento foram analisados importantes fatores endógenos relacionados à criação e evolução da Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara e seus projetos. Contudo, é preciso atentar também, para o papel que algumas políticas públicas exerceram nesse processo, assim como as respectivas conseqüências.

5.5.1 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Dentre estas cabe destacar inicialmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, criado pelo Governo Federal no ano de 1996⁴², e que pela primeira vez disponibilizava recursos financeiros específicos para o financiamento da agricultura familiar no Brasil. Coincidentemente esse foi o mesmo ano em que foi fundada a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Jussara – ACCOJUS que, por sua vez, soube se valer da implantação do PRONAF para fomentar e consolidar o desenvolvimento da caprinocultura no município, sobretudo a criação de cabras leiteiras conforme descrito no capítulo anterior.

Apesar de autores como Altafin (2003) e Tonneau *et al.* (2005), alertarem sobre a concentração dos recursos aplicados pelo PRONAF-crédito nas regiões Sul e Sudeste do País em sua fase inicial⁴³, o município de Jussara contou com cerca de 800 projetos específicos para caprino-ovinocultura, entre os anos de 1997 e 2000, segundo os dados levantados junto aos informantes-chave da cooperativa.

Os entrevistados também informaram que até aquele momento, os financiamentos estavam suspensos na região de Irecê. Mas na época do crédito farto, nas décadas de 1970 e 1980, a caprino-ovinocultura não fazia parte dos pacotes disponibilizados pelos bancos, restritos às culturas de sequeiro do feijão, milho e mamona. Segundo informações cedidas pelo Agente de Desenvolvimento da Agência de Irecê do Banco do Nordeste, entre os anos de 1952 a 1996 foram financiados apenas 180 projetos voltados à caprino-ovinocultura na

⁴² Segundo Tonneau *et al.* (2005), o Pronaf foi lançado no ano de 1995 como uma linha de crédito de custeio diferenciada para financiar a agricultura familiar, em decorrência das pressões exercidas por entidades representativas dos trabalhadores rurais. Mas só no ano seguinte adquiriu o status de programa governamental, por meio do Decreto Presidencial nº 1.946, de 28 de junho de 1996.

⁴³ De acordo com dados levantados por Tonneau *et al.* (2005), as regiões Sul e Sudeste receberam nesse período 78% do total de recursos aplicados pelo Programa, enquanto o Nordeste ficou com apenas 13,7%, apesar de contar com cerca de 52% dos produtores potencialmente beneficiários.

região. Enquanto isso, de 1997 até o mês de agosto de 2007, esse número chegou a 7.004 contratos firmados, em sua maioria no âmbito da agricultura familiar.

Com isso, pode-se inferir que o advento do PRONAF representou uma mudança significativa na política de crédito agrícola aplicada na região, uma vez que permitiu a abertura dos financiamentos para outras atividades agropecuárias que não aquelas relacionadas ao modelo agrícola desenvolvido na região durante as décadas de 1970 e 1980. E também por disponibilizar o crédito para investimento, em uma região que há algum tempo só tinham acesso ao custeio agrícola, conforme relataram os informantes-chave entrevistados. Apesar de que, segundo Altafin (2003) até o ano de 2002, apenas cerca de 20% dos contratos aprovados pelo PRONAF tenham sido voltados para investimentos, o restante continuava centrado no custeio.

“Essa é uma concentração indesejável na perspectiva do desenvolvimento sustentável, uma vez que os recursos de custeio, via de regra, presta-se à manutenção de processos produtivos e não à transformação dos mesmos” (p.161). Por outro lado, é no crédito para investimentos que estão as maiores chances de se promover um melhoria na qualidade das atividades já desenvolvidas ou então na alavancagem de novas atividades (Altafin, 2003). A prova disso é que, mesmo limitados, os recursos para investimento contribuíram para a consolidação da caprinocultura como uma atividade econômica alternativa para o município de Jussara, e em seguida para o próprio Território de Irecê.

Outra importante contribuição do PRONAF, ressaltada por Altafin (2003) diz respeito à desvinculação do acesso ao crédito à exigência do agricultor apresentar o título de propriedade da terra, como acontecia no período do governo militar com o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR. Ao contrário disso, o Programa “permitiu a inclusão de proprietários, assentados, posseiros, arrendatários e parceiros” (p.119). Essa medida teve um reflexo positivo para os produtores ligados à ACCOJUS e à COPERJ, uma vez que a grande maioria deles não possui o título de suas propriedades, segundo informações da diretoria da Cooperativa.

Apesar dessas facilidades, os financiamentos relacionados à ACCOJUS ou COPERJ diminuíram no início da década de 2000, em decorrência dos momentos difíceis vividos pela Cooperativa, uma vez que o produtor estava tendo dificuldades de comercializar sua produção. Somente com o reaquecimento do mercado do leite de cabra, provocado pela

inclusão da Cooperativa no Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Fome Zero é que os produtores voltaram a buscar os contratos voltados à caprinocultura, o que pode ser confirmado pelos projetos enviados ao Banco do Nordeste, no segundo semestre do ano de 2007.

Tal contribuição do PRONAF ao fomento da caprinocultura no município de Jussara e seu entorno se deve em parte à organização dos produtores do município de Jussara por meio da ACCOJUS e à articulação desta associação com os agentes financeiros. Basta atentar, por exemplo, que os projetos iniciais para financiamento eram elaborados pelos próprios técnicos da Associação. Os técnicos do serviço de assistência técnica e extensão rural do Estado apenas avaliavam os projetos. Só mais tarde técnicos terceirizados começaram a atuar também nesse processo⁴⁴.

Essa constatação vem corroborar com a análise de Altafin (2003) de que as regiões que reúnem melhores condições organizativas e de gestão possuem maior capacidade para elaborar os melhores projetos e assim assegurar o fluxo de entrada de recursos. Mas a autora faz um alerta de que o PRONAF não pode deixar de dispensar uma atenção especial para aquelas localidades periféricas que não apresentam esses atributos de capital social e humano. Essa questão é colocada inclusive tanto por Altafin (2003) quanto Tonneau *et al.* (2005), como uma das explicações para a maior concentração da aplicação dos recursos do PRONAF na região Sul.

Um outro aspecto que deve ter contribuído com o aporte de recursos alocados pelo PRONAF para a caprinocultura do município de Jussara se refere à adequação dos projetos apresentados pela ACCOJUS⁴⁵, à tendência do Programa de privilegiar os agricultores com “nível tecnológico mais alto e mais integrados às agroindústrias”, assinalada por Altafin (2003, p.171).

Isso conduziu ao estabelecimento de proposições de modernização tecnológica e de acesso às formas modernas de produção, orientadas para um único tipo de produtor: aquele que se mantivesse exclusivamente da atividade econômica agrícola (Tonneau *et al.* 2005, p.72).

Só que o uso dos recursos do PRONAF no município de Jussara não se limitaram ao crédito para custeio e investimento na produção de caprinos. Logo no início do Programa, o

⁴⁴ Informação levantada junto aos informantes-chave da cooperativa entrevistados.

⁴⁵ Pautados em sistemas de produção mais tecnificados, com produção intensiva de forragem, uso de raças especializadas na produção de leite e integração à uma unidade de beneficiamento de leite.

município foi selecionado para ser beneficiado pelo PRONAF Infra-estrutura e Serviços (PRONAF-IES)⁴⁶.

Assim, da mesma forma que aconteceu com o crédito, a ACCOJUS conseguiu canalizar os recursos disponíveis pelo PRONAF-IES para o seu projeto de desenvolvimento local iniciando a implantação do complexo agroindustrial, que mais tarde veio a ser assumido pela COPERJ.

Para isso, o papel desempenhado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Rural – CMDR foi essencial, pois conduziu a gestão dos recursos disponibilizados pelo programa de acordo com as demandas levantadas pelos agentes sociais do próprio município. Dessa forma, os recursos acabaram sendo direcionados para uma atividade produtiva e dentro de um projeto de desenvolvimento. E o uso dos recursos do Pronaf Infra-estrutura ganhou uma conotação diferente da maioria dos municípios da região, que buscaram investir em estruturas isoladas, calçamentos, praças ou algo parecido. Isso confirma os achados de Altafin (2003), de que a maioria dos “Conselhos têm atuado em torno da solução de problemas pontuais, sendo poucos os que conseguiram iniciar um trabalho propulsor de transformações locais” (p.207).

De fato, Rocha *et al.* (2004), em suas análises sobre a experiência dos CMDR na região de Irecê, constataram a aplicação de recursos do Pronaf Infra-estrutura em áreas não prioritárias para os municípios. Em alguns casos, os autores atribuem esse fato à centralização da condução do programa pelas Prefeituras, o que termina fazendo com que as demandas não sejam discutidas com a sociedade. Segundo Altafin (2003), apesar do potencial para alterar essa prática centralizadora da gestão local, as diversas análises pesquisadas sobre os CMDR’s apontam para uma baixa qualidade em sua atuação, associada ao “interesse imediato de acesso a recursos públicos” (p.134).

... não basta formar conselhos e transferir recursos para transformar as ações viciadas de gestão de programas públicos. Um dos mais freqüentes problemas observados nos CMDR começa exatamente aí, ou seja, na criação do colegiado com a função específica de viabilizar o acesso a verbas governamentais (Altafin, 2003).

⁴⁶ O PRONAF-IES corresponde a uma das linhas estratégicas do programa, tendo como objetivo prestar o apoio financeiro á implantação de infra-estrutura e serviços necessários ao fortalecimento da agricultura familiar, no nível municipal. Além desta, o Programa possui ainda a linha de financiamento da produção (PRONAF Crédito); a de negociação de políticas públicas com órgãos setoriais; e a de capacitação e profissionalização de agricultores familiares, suas lideranças e técnicos (Couto Filho e Cerqueira, 2002).

Rocha *et al.* (2004) chegaram a essa mesma conclusão, alegando que essa restrição de atuação dos CMDR's termina por deixar de lado outras questões inerentes ao desenvolvimento rural. Com isso, os CMDR's acabam ignorando a contribuição das atividades rurais não-agrícolas para o desenvolvimento local. E por fim, considera um equívoco a visão de que o desenvolvimento rural se restringe apenas aos limites do município, de modo que não se atenta para a necessidade de articulação com os municípios vizinhos.

Altafin (2003) acrescenta ainda a ausência de outros mecanismos de políticas que contribuem com essa caracterização da atuação dos CMDR, em especial a educação rural adequada e a extensão rural permanente, duas ferramentas importantes para o desenvolvimento sustentável as quais de acordo com os entrevistados também estão bastante deficientes na região de Irecê.

Como o CMDR de Jussara estava atrelado ao projeto do complexo agroindustrial, ele parece ter superado essas limitações. E para que isso viesse a acontecer, o ambiente político, o capital social e a organização dos produtores em torno de uma Associação foram decisivos para essa atuação diferenciada. Tanto que, o PRONAF-IES só veio a sofrer solução de continuidade no município de Jussara depois que a Prefeitura deixou de apoiá-lo, a partir do final do ano 2000.

Isso demonstra que Favareto e Demarco (2002) *apud*. Altafin (2003) estavam corretos em sua análise, quando relacionaram os casos de Conselhos bem-sucedidos à existência prévia de uma dinâmica de organização social, e ao não isolamento do município. Jussara possuía uma Associação consolidada e com um projeto de desenvolvimento, e mantinha um bom relacionamento com o ambiente externo, por meio de missões técnicas, realização de seminários, dias de campo e participação em eventos.

Mas, existe ainda um outro aspecto limitante à atuação do PRONAF-IES independente de todas essas questões discutidas. Trata-se de sua pequena disponibilidade de recursos, justificada pela restrição orçamentária imposta pela política macro-econômica adotada no país (Mesquita, 2000), o que levou o Programa a estabelecer um valor padrão por município (Altafin, 2003). Segundo a autora, estes tinham que adequar os seus projetos dentro dos limites estabelecidos.

Esse fato teve um reflexo direto para a ACCOJUS, que mesmo com a contrapartida do município não conseguiu os recursos necessários para a instalação de todo o complexo agroindustrial de Jussara. A cada ano os projetos eram elaborados conforme a quantidade de recursos disponíveis, permitindo à Associação construir a unidade de embutidos e defumados, o laticínio, cerca de 60% de unidade de polpa de frutas, e a aquisição dos equipamentos do abatedouro-frigorífico.

A diretoria da COPERJ alega que se tivessem tido a possibilidade de enquadrar um projeto completo do complexo agroindustrial, não teriam levado tanto tempo para atingir a atual estrutura do empreendimento.

Mesmo assim, o PRONAF foi decisivo para o desenvolvimento da ACCOJUS/COPERJ. O fato do município de Jussara ter sido incluído nesta linha do Programa e de ter implementado projetos dentro de uma estratégia de desenvolvimento, confirmam a análise de Altafin (2003). Para a autora, esta linha de atuação do Programa foi a que mais se adequou ao objetivo de reduzir as desigualdades regionais, na medida em que priorizou as localidades mais periféricas e também mais pobres. Ao contrário do que aconteceu com o PRONAF Crédito, a maior parte dos municípios beneficiados com recursos para Infra-estrutura até o ano de 2002, estavam situados no Nordeste.

Além disso, Altafin (2003) alega também que ao formatar o programa apoiado na articulação entre conselhos municipais, estaduais e nacional, objetivando promover a descentralização das ações até o nível local, o Programa assumiu uma postura de indutor do fortalecimento das organizações locais e de uma maior participação dos agentes sociais na gestão de políticas públicas. Assim, Mesquita (2000) considera a dimensão política como uma das principais conquistas proporcionadas pelo PRONAF. E realmente esses aspectos foram notados durante a análise anterior sobre os aspectos políticos relacionados à ACCOJUS e COPERJ.

5.5.2 O Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

Com o advento do PRONAT no ano de 2003, o qual passou a ser chamado em seguida de Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, implantado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, os recursos do PRONAF-IES passaram a ser geridos pela também recém criada Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, dentro

de sua estratégia de apoio à infra-estrutura dos territórios rurais – PROINF. A gestão desses recursos, por sua vez, foi mantida de forma descentralizada, só que não mais no nível municipal, mas sim no territorial (Schneider *et al.*, 2004; Dias, *et al.*, 2006).

Para isso os CMDR's deixaram de ser a instituição de referência, dando lugar a fóruns ou colegiados territoriais, que tem como atribuições planejar e integrar as diversas temáticas e políticas públicas inerentes ao desenvolvimento de cada território (Oliveira Filho, 2007)⁴⁷.

De acordo com Dias *et al.* (2006), essas instituições territoriais foram definidas dentro de uma visão da necessidade de:

... dotar os territórios de espaços de gestão participativa, de capacidade de negociação, poder de regulação e ações articuladas e complementares entre o Estado, os municípios e as iniciativas das comunidades, garantindo o efetivo protagonismo da sociedade (Dias *et al.*, 2006, p.17).

A meta é fazer com que as políticas públicas sejam orientadas a partir das demandas proclamadas pelas comunidades e organizações da sociedade, de maneira que as especificidades locais sejam respeitadas e os instrumentos de desenvolvimento adequados a essa realidade sejam ofertados (Dias *et al.*, 2006).

Ao adotar a estratégia dos colegiados territoriais a SDT procura evitar a excessiva pulverização dos investimentos em infra-estrutura e serviços que tem resultado em projetos desconectados de qualquer plano de desenvolvimento (Schneider *et al.*, 2004). Além disso, o Programa vai de contra as diversas limitações atribuídas à condução das políticas de desenvolvimento com base restrita à escala local.

Apenas para lembrar alguns dessas limitações, Abramovay (2000) cita a reprodução das relações clientelistas ainda presentes em inúmeros municípios brasileiros. Segundo o autor, “a manutenção dos esquemas convencionais de clientela, favorecimento e retribuição por meio de votos é um dos principais obstáculos à elaboração e execução de qualquer tipo de projeto de desenvolvimento” (p.12). Contudo, o autor alega que este é um obstáculo difícil de ser superado, uma vez que “a sobrevivência de muitos prefeitos e líderes locais está baseado justamente na força deste tipo de relação” (p.12).

⁴⁷ No caso dos recursos do PROINF, o planejamento, execução e acompanhamento dos projetos apoiados é de inteira responsabilidade dos colegiados territoriais. À SDT coube apenas a função de analisar a conformidade dos projetos apresentados e conveniar com as instituições públicas ou privadas indicadas a receberem esses recursos para execução dos projetos (Dias *et al.*, 2006).

Dessa maneira, Abramovay (2000) coloca as relações extra-municipais como uma alternativa para que as organizações e técnicos locais consigam romper com o bloqueio sobre suas ações, estabelecido “por uma liderança política convencional e que não tem interesse em ampliar o raio de relações sociais de sua clientela” (p.12). Uma inter-relação entre os diversos CMDR de uma mesma região, poderia exercer essa função. Contudo, de acordo com Rocha *et al.* (2004), essa é uma prática incomum entre os Conselhos por eles avaliados. Além do que, em alguns desses Conselhos se constatou a presença de um controle centralizador por parte do gestor municipal.

E realmente, conforme levantado anteriormente, a Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara – COPERJ, sofreu bastante para levar adiante seu projeto de desenvolvimento fundamentado inicialmente em relações comerciais circunscritas ao município de Jussara. Apesar de que, esse caso não decorreu de uma ação centralizadora do gestor público, mas de seu desinteresse em continuar apoiando o projeto da Cooperativa.

Veiga (2001b), por sua vez, alega que conselhos de municípios pequenos geralmente não possuem a capacidade para diagnosticar e planejar o desenvolvimento rural como pretendia a linha de infra-estrutura do PRONAF. A experiência de Jussara, contudo, demonstra que nem sempre esta regra prevalece. Parte dos agentes que integraram o seu CMDR foram os mesmos que diagnosticaram as causas da crise por que passava o município, propuseram um projeto de desenvolvimento audacioso, fundamentado no resgate de uma atividade tradicional da região e ainda captaram os recursos parciais para sua execução. Isso mostra que os esforços despendidos anteriormente no intuito de fortalecer e melhorar as qualidades dos CMDR's não deveriam ser desprezados.

Outro aspecto para o qual se deve atentar, é que apesar do Programa de Desenvolvimento Territorial sinalizar para uma mudança na postura de se criar conselhos com objetivos estritos ao acesso e gestão de recursos públicos, assim como aconteceu com os CMDR, ele ainda não conseguiu se desvencilhar dessa imagem. É o que pode ser constatado em algumas das entrevistas realizadas durante a pesquisa, onde se verificou uma associação do colegiado territorial principalmente à gestão do Programa de Apoio à Infra-estrutura. Tanto que chegou a ser dito que a principal limitação do Território é que ele trabalhava com um orçamento muito pequeno para ser distribuído nos municípios da região.

Além disso, apesar de sua maior resistência, os colegiados territoriais aparentemente não estão imunes à influência daqueles municípios com maior força política, que cultivam a pretensão de assegurar para si a maior parte dos investimentos, dificultando a missão do Programa em reduzir a desigualdade espacial que impera no país. É por esta razão, inclusive, que Altafin (2003) temia que ao deixar de direcionar os recursos de infra-estrutura para os municípios mais periféricos e com dificuldades de organização e representação, estes estariam correndo um sério risco de ficarem marginalizados nesse novo processo de articulação.

Os dados pesquisados não permitem fazer tal afirmação, porém sinalizam para uma maior participação do município de Irecê na implantação de projetos com recursos do PROINF. Segundo consta no Informativo Trimestral do Território de Irecê de Novembro de 2007, o município assegurou a locação de uma central de abastecimento, uma unidade de produção de biodiesel, equipamentos para processamento e transporte de mamona. E mais recentemente, segundo consta nas entrevistas realizadas, foi aprovado a construção de um abatedouro-frigorífico para bovinos para o município de Irecê, embora a maior parte do rebanho da região esteja concentrado no município de Xique-xique, conforme a tabela abaixo:

Tabela 9. População bovina do Território de Irecê, distribuída por município.

Município	População bovina	
	Número	Percentual
América Dourada	6.498	2,4%
Barra do Mendes	11.370	4,2%
Barro Alto	5.428	2,0%
Cafarnaum	7.789	2,8%
Canarana	10.239	3,7%
Central	13.718	5,0%
Gentio do Ouro	31.206	11,4%
Ibipeba	9.846	3,6%
Ibititá	8.010	2,9%
Irecê	22.674	8,3%
Itaguaçu da Bahia	25.842	9,5%
João Dourado	13.200	4,8%
Jussara	7.200	2,6%
Lapão	7.100	2,6%
Mulungu do Morro	3.855	1,4%
Presidente Dutra	3.870	1,4%
São Gabriel	5.000	1,8%
Uibaí	2.600	1,0%
Xique-Xique	77.939	28,5%
Total	273.384	100,0%

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal 2006/IBGE. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acessado em 05/03/2008.

Um aspecto que talvez dificulte o avanço do Território de Irecê, sobre o desafio da redução das desigualdades espaciais, reside em sua própria dimensão e na diferenciação histórica, cultural, econômica das localidades mais periféricas.

Por outro lado o Território viabilizou importantes investimentos para construção de uma esmagadora de mamona no município de Lapão. E ao final do ano de 2007, foi aprovada a liberação de recursos do PROINF para aquisição de dois caminhões para o empreendimento da COPERJ no município de Jussara, a qual foi viabilizada depois de uma intensa argumentação exposta pelos representantes da Cooperativa. Assim, hoje, de acordo com a coordenação do colegiado territorial, a conclusão do Complexo Agroindustrial de Jussara é considerada uma ação prioritária para o desenvolvimento do território de Irecê. De acordo com Veiga (2001b) essa sensibilidade para o reconhecimento de tendências e prioridades, é uma característica essencial para que se possa firmar um contrato territorial para o desenvolvimento.

Com isso o Fórum territorial cumpriu também com as orientações da SDT para aprovação dos projetos, descritas por Dias *et al.* (2006), na medida em que preconizou uma relação de complementariedade com outras ações já em curso no Território, dentro de uma visão de longo prazo; e também por ter proporcionado antes um intenso processo de discussão no âmbito do Território, que acabou por definir o caráter prioritário do Complexo Agroindustrial de Jussara.

Mas, conforme descrevem Beduschi Filho e Abramovay (2004), “a política territorial não consiste mais em redistribuir recursos e riquezas já criadas e existentes, mas ao contrário, em despertar os potenciais para criação de riquezas, iniciativas e coordenações novas” (p.7). Os autores complementam ressaltando que o destino dos territórios não pode ficar na dependência de uma autoridade ou agência central encarregada de distribuir os recursos, mas sim da interação entre os agentes locais e à capacidade de criação de riquezas daí originada. É preciso quebrar a lógica da relação entre as instituições locais e o poder federal no Brasil fundamentada na satisfação das carências, e priorizar “as iniciativas inovadoras capazes de alterar o ambiente em que estas carências se exprimem” (p.18). Nesse sentido, o apoio dispensado pelo Território e pelo Estado ao Complexo Agroindustrial de Jussara foi muito bem acertado.

O grande desafio para as políticas territoriais, entretanto, está em fazer com que tanto o Estado quanto a sociedade compreendam a mudança de paradigma contida na visão de uma nova ruralidade (Favareto, 2007). Ademais da força dos argumentos produzidos por Veiga (2001a; 2001b) e Couto Filho (2007a; 2007b), é notório afirmar que o meio rural não pode ser tido mais como sinônimo de atividade primária ou de pobreza. Porém, essa é uma questão difícil de ser compreendida seja pelas instituições públicas, privadas e até mesmo pelas associativas.

Enquanto prevalecer essa dupla trapalhada, que combina o mito de um Brasil hiperurbanizado com a ignorância sobre o peso dos serviços e da indústria na economia rural, continuarão muito precárias todas as tentativas de formular uma nova agenda de desenvolvimento para o país (Veiga, 2001a).

Até mesmo o PRONAF mantinha até bem pouco tempo um caráter estritamente setorial. Ao estabelecer que o público beneficiário do Programa deva ter pelo menos 80% de sua renda familiar proveniente de atividades agrícolas, o programa acabou desprezando a multifuncionalidade e pluriatividade que caracterizam a agricultura familiar, sobretudo no Nordeste brasileiro. Com isso, o Programa deixou de reconhecer o valor que as atividades não-agrícolas representam para um grande contingente de agricultores familiares e para o desenvolvimento, adotando uma postura setorial (Tonneau *et al.*, 2005).

Também em decorrência dessa visão, acabou-se priorizando durante muito tempo os agricultores familiares mais especializados, capitalizados e organizados em detrimento daquelas famílias mais pobres, com menor acesso a informação e cuja agricultura nem mesmo representa o principal componente de sua renda. De acordo com Altafin (2003), o PRONAF não havia conseguido romper a tendência histórica de exclusão dos agricultores periféricos, repetindo o favorecimento dos agricultores mais inseridos no mercado, assim como no processo de modernização da agricultura iniciado no Brasil a partir do final da década de 1960.

Isso pode ser evidenciado claramente, pelos achados de Silveira e Garcia (2001) *apud* Tonneau *et al.* (2005), segundo quem, nos 104 municípios com o menor IDH do país, apenas 5,5% dos estabelecimentos de agricultura familiar tiveram acesso ao PRONAF Crédito, enquanto nos 40 municípios com maior IDH esse número chegou a 43,4%. Ou ainda pela concentração da aplicação dos recursos para crédito nas regiões Sul e Sudeste do País, onde estão localizados a maior parte dos agricultores familiares mais profissionalizados. De acordo com dados levantados por Tonneau *et al.* (2005), as regiões Sul e Sudeste receberam no

período de 1995 a 2001, 78% do total de recursos aplicados pelo Programa, enquanto o Nordeste ficou com apenas 13,7%, apesar de contar com cerca de 52% dos produtores potencialmente beneficiários.

Favareto (2007) incrementa essa discussão, lembrando do distanciamento existente entre a linha do PRONAF para o Crédito e a linha para Infra-estrutura, o que realmente já havia sido levantado por diversos atores. Porém, com o desmembramento da linha Infra-estrutura do PRONAF para a criação do Programa de Desenvolvimento Territorial o autor alega que essa distância entre a aplicação do crédito e os investimentos em infra-estrutura para o desenvolvimento só teria aumentado.

Por outro lado, Favareto (2007) identifica uma tentativa de integração entre as políticas públicas no âmbito territorial, com a criação dos Planos Safra Territoriais. De acordo com Dias *et al.* (2006), essa estratégia foi definida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário com a finalidade de ordenar, qualificar e adequar o crédito disponibilizado pelo PRONAF, de acordo com as especificidades de cada Território.

Ou seja, o Plano Safra Territorial visa organizar “a demanda por crédito rural, estabelecendo uma relação com as atividades econômicas prioritárias e a execução de projetos e programas de desenvolvimento” (p.56), de maneira que sejam viabilizados as bases produtivas para empreendimentos econômicos estratégicos. Com isso cria-se um mecanismo de orientação para o planejamento dos agentes financeiros e para o Governo quanto à necessidade de recursos e seu direcionamento (Dias *et al.*, 2006). Conforme ressaltam os autores, com esse Plano em mãos, “as institucionalidades territoriais têm um importante instrumento de negociação, monitoramento e avaliação da aplicação do crédito, com efetivo controle social” (p.57). Cabe mencionar que antes isso só acontecia com a linha Infra-estrutura do PRONAF.

Curiosamente, as demandas do município de Jussara encaminhadas para a elaboração do primeiro Plano Safra do Território de Irecê, foram levantadas pelo seu Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, conforme consta em documento cedido pelo atual presidente do CMDR de Jussara, o Sr. Francisco Nunes Neto. O que realça a importância de se preservar as instâncias locais de gestão social das políticas públicas.

5.5.3 O Programa de Aquisição de Alimentos / Projeto Fome Zero

Para Tonneau *et al.* (2005) uma alternativa estaria na formulação de políticas que integrassem a dimensão produtiva às dimensões social e ambiental. Segundo os autores, não se pode mais pensar em políticas específicas para o setor produtivo e muito menos em políticas sociais meramente assistencialistas. É preciso valorizar a multifuncionalidade que caracteriza a agricultura familiar e conseqüentemente favorecer aqueles agricultores em situação de dificuldade produtiva. Dentro desta ótica, os autores identificaram no Projeto Fome Zero uma relevante possibilidade de promoção de um desenvolvimento incluyente, na medida em que ele distingue suas ações em urgentes (assistencialismo) e estruturantes.

Criado pelo Governo Federal no ano de 2003, o Fome Zero comporta hoje “um conjunto de mais de 30 programas complementares direcionados a combater as causas imediatas e subjacentes da fome e da insegurança alimentar” que imperam no país (FAO, 2006, p.4). E dentre estes merece destaque o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA por conciliar de forma simultânea um mecanismo de promoção ao desenvolvimento sócio-econômico através da compra de gêneros alimentícios exclusivamente da agricultura familiar, e uma estratégia de proteção social ao distribuir os alimentos adquiridos a pessoas em situação de insegurança alimentar, na maioria das vezes no mesmo município de origem da produção. Ou seja, ele consegue integrar elementos relacionados tanto às políticas agrícolas como às de segurança alimentar (Cerqueira *et al.*, 2006).

E é justamente uma das linhas do Programa de Aquisição de Alimentos, denominada de PAA-Leite que, em conjunto com a COPERJ, está fazendo uma grande diferença no município de Jussara. Trata-se de uma linha especial do PAA que se destina à aquisição de leite de agricultores familiares, através de pequenos laticínios de escala local ou regional, e que serão distribuídos também no nível local e regional (Ortega *et al.*, 2007).

Conforme descrito no terceiro capítulo desta dissertação, a Cooperativa começou a operar no Programa em meados de 2007, processando inicialmente o leite de vaca e posteriormente o leite de cabra de agricultores familiares cooperados e não-cooperados cadastrados no Programa. Em seguida o leite pasteurizado ou iogurte são entregues à Prefeitura Municipal que o distribui na rede de escolas públicas do município⁴⁸. É importante

⁴⁸ Desde o início do programa no Estado, a SEDES (na época SECOMP) definiu a escola como base de cadastramento das famílias beneficiadas e de distribuição do leite (Ortega *et al.*, 2007).

lembrar, contudo, que este mesmo procedimento já havia sido realizado em alguns momentos ao longo da história da Cooperativa, diretamente pela Prefeitura Municipal.

Conforme aferido nos trabalhos de campo, os efeitos desta integração têm se apresentado de forma multifacetada. Seja por viabilizar o laticínio e recuperar a credibilidade da Cooperativa, seja por valorizar o produto entregue pelos cooperados e assegurar o seu pagamento, seja por agregar outros agricultores familiares e produtores não só de Jussara, mas também dos municípios vizinhos, seja por fornecer um alimento de alta qualidade nutricional aos estudantes da rede pública de ensino e a famílias necessitadas.

Alguns dos entrevistados consideram, inclusive, que o mercado institucional é um importante aliado para vencer a resistência cultural da sociedade contra os produtos de origem caprina. Afinal, como o leite e o iogurte entram na merenda escolar dos municípios atendidos, as crianças desde cedo vão tendo contato com os produtos, reconhecendo neles um alimento bastante saboroso. Assim, elas poderiam influenciar as suas famílias ao consumo desses produtos. Depois quando essas crianças chegarem à idade adulta, serão potenciais consumidores dos produtos da Cooperativa.

Mas, não restam dúvidas, de que o principal impacto do programa para o município e, sobretudo, para a Cooperativa, está na garantia da compra da produção. É esta segurança que está dinamizando a economia local e agora também de outros municípios que estão sendo incluídos no programa via COPERJ. Com isso o agricultor familiar começou a investir na produção com seus próprios recursos, inclusive na aquisição de matrizes. Em sua avaliação sobre o PAA Leite nos Estados da Bahia e Minas Gerais, Ortega *et al.* (2007) se depararam com efeitos semelhantes.

Isso demonstra que conforme argumenta Abramovay (2003), a mitigação da pobreza só será eficaz se associada à criação de ambientes locais que venham a favorecer o aumento dos investimentos produtivos pelas próprias famílias que vivem em situação de pobreza.

Ortega *et al.* (2007), entretanto, alegam que em função do estímulo ao investimento na produção provocado pelo Programa, muitos produtores acabam elevando a sua capacidade de produção. Como o Ministério do Desenvolvimento Social estipulou um limite de produção diária, alguns desses produtores acabam tendo que ser excluídos do programa ao ultrapassarem este nível de produção. Apesar dos autores colocarem esse fato como um

problema, talvez ele exerça uma função de evitar que se estabeleça uma dependência prolongada dos produtores ao Estado.

Como o Programa fomenta indiretamente a melhoria dos sistemas de produção, aqueles produtores com maior capacidade de resposta, acabam atingindo um nível tecnológico e profissional mais elevado. Dessa maneira, sua absorção pelo mercado convencional, passa a ser interessante, muitas vezes pelo próprio laticínio no qual ele já estava integrado. Com a saída deste produtor do Programa, o Estado ampliaria sua capacidade de atendimento a outros produtores com maiores dificuldades produtivas.

Tanto Cerqueira *et al.* (2006) quanto Ortega *et al.* (2007) ressaltam ainda, a contribuição do PAA para a conquista de uma maior autonomia da agricultura familiar frente ao domínio dos comerciantes intermediários. Isso tem sido possível graças à possibilidade de venda direta da produção ou pela influência que as compras governamentais exercem na formação dos preços no nível local e regional, mantendo-os num patamar mais justo e reduzindo o poder especulativo do atravessador. A comercialização configura-se assim, como um dos pontos centrais do PAA. Justamente aquele em que a grande maioria dos agricultores familiares do país tem dificuldade em lidar (Cerqueira *et al.*, 2006). E no caso da COPERJ isso não tem sido diferente.

No presente estudo, pode-se acrescentar mais uma contribuição relacionada a essa questão. Trata-se dos produtores de leite que já vendiam sua produção diretamente ao mercado local, só que de maneira informal, sem os cuidados de segurança sanitária exigidos pela legislação em vigor, mais conhecido como “leite na porta”! Com os preços praticados pelo Programa e a garantia de pagamento a cada 15 dias, alguns dos agricultores que praticam essa modalidade de comércio, estão passando gradativamente a entregar sua produção no laticínio da Cooperativa. Com isso, tem-se uma redução no mercado informal que coloca em risco a saúde da população, pelo não atendimento a padrões de qualidade sanitária, além de prejudicar a arrecadação dos municípios.

Uma outra importante lição transmitida pelo Programa no município de Jussara se refere à possibilidade de acesso ao mercado oferecido àqueles agricultores familiares menos capitalizados e com menor capacidade produtiva, o que foi salientado por informantes-chave externos à Cooperativa. Isso pode ser observado pela média diária de produção de leite de vaca, em torno de 5 litros, de parte dos fornecedores da COPERJ dentro do PAA Leite. São

justamente aqueles produtores enquadrados no Grupo B do PRONAF e que durante um bom tempo foram preteridos das linhas de crédito do Programa.

Esses mesmos informantes alertaram, contudo, que o atendimento a esses produtores se deve muito ao mérito da Cooperativa, pois outros laticínios empresariais que participam do programa não costumam absorver esse tipo de produtor. Até porque, segundo Ortega *et al.* (2007), o Programa permite que cada agricultor familiar tenha uma produção diária de até 100 litros de leite de vaca.

Cabe ressaltar aqui, que são os laticínios que têm a responsabilidade de encaminharem os produtores candidatos a participarem do programa aos escritórios da EBAL⁴⁹ para serem cadastrados e manterem o seu cadastro atualizados (Ortega *et al.*, 2007). Portanto, essas unidades agroindustriais mantêm certa autonomia na seleção de seus fornecedores, desde que estes estejam dentro dos pré-requisitos do Programa, o que atesta a visão diferenciada da COPERJ.

Um outro exemplo que comprova essa afirmação se deu quando ocorreu um aumento geral no preço do leite, sendo que o mesmo não foi acompanhado pelo PAA Leite, que continuou pagando R\$0,50 por litro entregue ao laticínio. Para preservar os seus fornecedores e garantir a viabilidade de suas propriedades, a COPERJ abriu mão de uma parte de sua margem de lucro e passou a pagar R\$ 0,70 por litro de leite entregue. Conforme destaca um dos informantes-chave, trata-se de uma atitude que dificilmente seria adotada por um empresário. Tanto que diversos laticínios inscritos no Programa no Estado estavam com problema de entrega, porque os produtores não queriam entregar o leite abaixo do preço de mercado.

Além disso, como a COPERJ dispõe de seu próprio serviço de assistência técnica, ela acaba cobrindo uma das principais limitações do programa levantada por Cerqueira *et al.* (2006) em três municípios do Estado da Bahia, onde o PAA foi avaliado. De acordo com as autoras, a participação do órgão estadual de assistência técnica e extensão rural, tem se limitado apenas nas emissões das Declarações de Aptidão - DAP, e classificação dos produtos quando demandada pela CONAB. A falta de apoio técnico, inclusive, foi associada à dificuldade de parte dos agricultores familiares em atender aos padrões de qualidade dos

⁴⁹ Empresa Baiana de Alimentos

produtos exigidos pelo Programa. Essa condição tem se configurado como um fator de exclusão ainda na fase inicial de cadastramento dos produtores.

Voltando à discussão sobre a atuação dos laticínios na execução do PAA Leite, o Programa tem prestado uma significativa contribuição à desconcentração da cadeia de transformação, ao estabelecer que apenas as micro e pequenas unidades de beneficiamento de leite possam participar (Ortega *et al.*, 2007). Dessa forma, o Programa segue na contramão da tendência de fusão de empresas estimulada pelo fenômeno da globalização, concentrando cada vez mais a riqueza na mão de poucos. A prova disso, é que até meados de 2007 apenas um laticínio operava no Território de Irecê pelo PAA Leite.

Trata-se, portanto, de um programa de cunho social, mas que contempla entre suas estratégias de ação medidas voltadas à geração de trabalho, emprego e renda. Uma postura inovadora, na medida em que existe um histórico no país, descrito por Siliprandi (2002), de que “quando as questões sociais invadem os espaços das políticas públicas, isto se dá normalmente pela via do assistencialismo e do amparo aos grupos empobrecidos da população”. Especialmente no Nordeste com as tradicionais medidas de combate às secas e socorro aos flagelados (Duarte, 1999). Para Ortega *et al.* (2007) ao instituir o PAA, o Estado deu um importante passo para superação dessas tradicionais e exclusivas ações assistencialistas.

De acordo com Tonneau *et al.* (2005), uma ação como esta só seria possível quando essas ações sociais são integradas a medidas econômicas dentro de um mesmo programa, o que para o autor, o PRONAF se mostrou limitado em empreender.

Apesar de toda a relevância do PAA Leite para a Cooperativa, a própria diretoria reconhece que eles não podem ficar na dependência de um mercado institucional e que é importante se buscar outras alternativas. Afinal de contas, foi justamente por estarem restritos a um mercado como este, que a COPERJ passou pela pior fase de sua vida, quando a Prefeitura Municipal deixou de adquirir os seus produtos. É como diz um dos entrevistados: “É importante, porém, perigoso. Ninguém sabe os governos que virão” (IC1).

Essa discussão remete à análise de Beduschi Filho & Abramovay (2004) acerca do potencial das políticas sociais, conforme pode ser verificado na seguinte transcrição:

Por mais importantes que tenham sido, entretanto, os progressos nas políticas sociais, elas, por si só, não podem conter o desafio de planejar o processo de desenvolvimento e de emancipação das próprias condições sociais que as tornam necessárias. O clientelismo característico das políticas sociais brasileiras foi seriamente atenuado com a universalização da previdência, a obtenção de recursos por cartão magnético e pela impressionante profusão de conselhos gestores nas mais diversas áreas. Este avanço é uma condição necessária, mas nem de longe suficiente para que o desafio do desenvolvimento possa ser enfrentado (Beduschi Filho & Abramovay, 2004, p.8).

De acordo com Abramovay (2003), não basta apenas integrar as políticas compensatórias com as estruturantes, mas criar um ambiente onde a aprendizagem e a inteligência sejam aplicadas também àqueles grupos com maior dificuldade de acesso aos mercados mais dinâmicos. Em outras palavras, é preciso promover as mudanças sociais, técnicas e organizacionais que possibilitem a uma quantidade expressiva de agricultores familiares e trabalhadores rurais ou urbanos a se transformarem em empreendedores de pequeno porte. Ou ainda, se organizados de forma coletiva, possam construir grandes empreendimentos, assim como o fizeram os produtores que constituíram a COPERJ.

5.6 Instrumentos de políticas agrícolas e suas instituições

De acordo com Cordeiro Neto e Alves (2007), essa nova abordagem sobre o desenvolvimento rural, requer que as instituições interajam intimamente entre si, “criando redes e, sobretudo, incorporando o papel inovador, facilitando o fluxo de conhecimento, idéias e aprendizagem, além da capacidade de governança local, entendida como o poder coletivo para realizar ações de interesse social” (p.11).

Beduschi Filho & Abramovay (2004), contudo, chamam a atenção para a carência dessa institucionalidade voltada à articulação localizada dos diversos agentes com potencial de contribuir com o processo de desenvolvimento. O problema, segundo Favareto (2007), é que essa nova visão sobre o desenvolvimento rural não foi capaz de criar ou moldar as instituições de forma suficiente para que estas viessem a sustentar esse processo de mudança. Dias *et al.* (2006) reconhecem essas dificuldades, e alegam tratar-se do grande desafio lançado aos colegiados territoriais e às suas organizações de apoio.

De certo modo, percebe-se que o colegiado do território de Irecê, com seus 64 membros distribuídos de forma paritária entre a sociedade civil e o poder público, segue na direção de cobrir essa deficiência institucional. A própria participação da COPERJ teria trazido

importantes contribuições ao Território, no sentido de formar essa institucionalidade tão debatida pelos principais autores que tratam do assunto.

Basta atentar para as características que marcam o tecido social da COPERJ, com um capital humano de qualidade, com visão empreendedora, sensibilidade social, capacidade de articulação, cultura política inovadora e uma vasta experiência na utilização das peculiaridades naturais e culturais da região para o desenvolvimento de atividades produtivas⁵⁰. Ou seja, a participação da COPERJ acabou contribuindo para o fortalecimento do capital social da nova instituição que se formara, o que para Abramovay (2002b) é uma condição indispensável para o desenvolvimento territorial.

Por outro lado, analisando a história recente da COPERJ pôde-se constatar diversos casos em que atestam as afirmações de Beduschi Filho & Abramovay (2004) e Favareto (2007) sobre o despreparo de algumas políticas e instituições à luz do desenvolvimento territorial, especialmente aquelas ligadas diretamente ao setor agropecuário. Isso demonstra o grande desafio que as políticas territoriais têm pela frente.

5.6.1 A participação da Secretaria de Agricultura

O caso mais emblemático é o da própria Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado - SEAGRI, que afora uma participação pontual quando da implementação do Programa Minha Roça através da Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA, sempre se manteve distante dos projetos desenvolvidos pela ACCOJUS e COPERJ. Trata-se até mesmo de um contra-senso, pois teoricamente deveria ser o órgão mais interessado em um projeto de desenvolvimento da caprino-ovinocultura no Semi-árido baiano.

Uma explicação apresentada pelos próprios Cooperados, é que eles já vinham sendo apoiados por outra Secretaria de Estado, a SECOMP. Todavia, quando a Cooperativa passou a contar com esse apoio ela já estava com seis anos de atividade (contando desde a criação da ACCOJUS). Nesse período a presença da SEAGRI se fez notar basicamente pelos serviços essenciais prestados pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA e pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB, ambas as instituições vinculadas à SEAGRI. A primeira no tocante a emissão da Declaração de Aptidão - DAP para

⁵⁰ É o que Veiga (2002) chama de “amenidades”, o fato de tornar rentável a conservação das peculiaridades naturais e culturais de determinada região. Mais importante até, do que as tradicionais vantagens econômicas como a de localização industrial.

os proponentes ao crédito pelo PRONAF, e a segunda com relação ao Serviço de Inspeção Estadual.

Quando a SEAGRI decidiu investir em um projeto voltado à Agricultura Familiar da região de Irecê, ela o fez com o Programa Terra Fértil, o qual fora elaborado a partir de uma consultoria externa contratada, tendo a EBDA como órgão executor, conforme declaração de informantes-chave. Lançado no mês de julho de 2003, o Programa tinha como objetivo revitalizar a agricultura familiar da região por meio da diversificação das atividades agropecuária e agroindustrial, do aporte da infra-estrutura necessária e da organização dos produtores em um sistema de Associações de Produtores Verticalizados (Aproverts) e cooperativas municipais (Negócios Agrícolas, 2003).

Dentre as atividades identificadas pela equipe de elaboração como principais alternativas para região, estavam a pecuária bovina de leite, a suinocultura e a criação de galinhas de postura, as quais teriam recebido a maior parte das atenções e direcionamento dos investimentos por parte do Programa. Estas opções, entretanto, à primeira vista apresentaram certa dificuldade em se efetivarem. No caso da suinocultura teria pesado a falta de tradição da região para produção intensiva desses animais e as dificuldades de mercado, que também teriam afetado os agricultores que optaram pelas galinhas de postura.

Já com relação à pecuária leiteira, esta teria sido fomentada de maneira uniforme na região, mesmo em comunidades sem nenhuma tradição na pecuária. Esse foi o caso de um distrito do município de Jussara, onde, antes não existia uma vaca sequer e com o Terra Fértil foi implantada toda uma estrutura de captação e resfriamento de leite e uma fábrica de ração, que jamais chegaram a funcionar. Enquanto isso, o rebanho adquirido com financiamento do PRONAF foi praticamente vendido.

A venda de animais adquiridos através do programa foi constatada também em outros municípios visitados durante os trabalhos de campo da presente pesquisa. De acordo com um dos produtores visitados, muitas pessoas estão se desfazendo das vacas, galinhas e porcos, para investir na formação de um plantel de caprinos e ovinos com vistas ao abatedouro-frigorífico de Jussara prestes a entrar em funcionamento.

Na opinião dos informantes-chave, se os investimentos realizados pelo Programa Terra Fértil no município de Jussara tivessem sido direcionados para o Complexo Agroindustrial da

COPERJ seus resultados teriam sido bem mais efetivos e a um custo bem menor. Além do que, estar-se-ia contribuindo para acelerar o processo de conclusão do Complexo. A COPERJ chegou a oferecer um terreno próximo ao frigorífico, com energia e água encanada e serviço de segurança para a instalação da fábrica de ração, o que acabou não acontecendo.

Apesar de prever a organização dos produtores em torno de associações e cooperativas, segundo alguns dos representantes da Cooperativa, o Programa não teria considerado as organizações locais e as estruturas já existentes, as quais poderiam ter sido fortalecidas e ampliadas, além de contribuir com a fase de diagnóstico e planejamento das ações.

Isso demonstra certa falta de integração e de complementariedade entre as instituições e as ações desenvolvidas pelo Estado, uma vez que este já havia realizado importantes investimentos no Complexo Agroindustrial de Jussara, conforme realça os próprios informantes-chefe (IC-11). Mas também remete a uma característica histórica das instituições públicas do Brasil voltadas ao desenvolvimento regional, as quais, segundo Beduschi Filho e Abramovay (2004), são marcadas “pela centralização das iniciativas e pela falta de articulação real com as experiências vividas pelos atores locais” (p.8).

A própria configuração do Programa já demonstrava um viés setorial e excludente. Primeiro por só ter contemplado os municípios localizados na sub-unidade geoambiental do platô calcário de Irecê, segundo consta em reportagem publicada no Correio da Bahia (2003). Só depois outros municípios da região vieram a serem envolvidos no Programa (Bahiainvest, 2004; Desenhahia, 2006). Segundo, por ter assegurado junto ao Governo Federal recursos creditícios apenas do PRONAF D e do PRONAF Agregar⁵¹ para implementar as ações propostas, justamente, duas linhas de financiamento voltadas àqueles agricultores familiares mais capitalizados, com maior facilidade de se integrarem ao mercado. Além disso, segundo consta nas entrevistas, a atuação da EBDA nos últimos anos acabou se concentrando ao público atendido pelo Programa Terra Fértil, deixando os demais produtores da região ainda mais desassistidos.

⁵¹ Linha de crédito do Pronaf para agregação de renda à atividade rural. Se destina a financiar atividades agropecuárias ou não de agricultores familiares dos Grupos C e D (individualmente ou em grupo), que visem o beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária ou artesanal, a exploração de turismo rural ou de lazer e a implantação de agroindústrias (FNE, 2003).

5.6.2 A extensão rural e a pesquisa agropecuária

Contudo, mesmo que a EBDA pretendesse atender à região como um todo, ela não teria essa capacidade em decorrência de suas restrições estruturais, humanas e operacionais. Essa participação limitada do serviço de assistência técnica e extensão rural nos projetos e políticas voltadas ao desenvolvimento rural, todavia, não é um privilégio apenas do Estado da Bahia.

De uma maneira geral, ao analisar a situação da Extensão Rural junto ao semi-árido nordestino Navarro (2001) deparou-se com um serviço desmantelado e com seu poder de ação bastante debilitado, o que segundo Denardi (2001) se trata de uma herança da onda desestatizante que se abateu sobre o País no início da década de 1990. E que teve como marco inicial a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER e do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER, quando o fluxo de recursos federais para os órgãos estaduais de ATER foi cortado.

De acordo com Altafin (2003), ao longo desse período a extensão rural “foi sendo eliminada enquanto responsabilidade do governo federal”, uma vez que “os pacotes tecnológicos dos grandes grupos agroindustriais já incluíam assistência técnica aos agricultores”. Dessa forma, um grande universo de agricultores não alcançados pelo mercado teve seu direito de acesso a esse serviço essencial, ignorado pelas políticas públicas daquele momento (Altafin, 2003, p.178).

Ao adotar essa postura, o Governo esqueceu que os serviços privados de assistência técnica são guiados por demandas de mercado, deixando de lado questões relacionadas à preservação ambiental e à inclusão social. Desse modo, normalmente não estão dispostos a atender unidades familiares de produção que não alcancem os níveis de eficiência econômica necessários à participação no mercado de forma competitiva, “mesmo que gerem grandes benefícios para a sustentabilidade da sociedade” (Caporal, 2002, *apud*. Altafin, 2003, p.181).

Altafin (2003), todavia, salienta que essa condição de sucateamento não aconteceu de forma generalizada nos órgãos estaduais de ATER. Estados que reconheceram a importância da continuidade do serviço e que tiveram condições financeiras suficientes, mantiveram as suas instituições e até ampliaram a qualidade e abrangência do atendimento, o que aconteceu principalmente no Sul e Sudeste do país.

Na verdade, a mudança que começou a ser impulsionada pela EMBRATER no final da década de 1980, através de um grande esforço de formação dos quadros estaduais para ruptura com o modelo difusionista, para a promoção do planejamento participativo e a redução de desigualdades no campo, não apresentou continuidade em boa parte dos Estados, na década seguinte. Submetidas às diferentes realidades dos governos estaduais, as EMATER se transformaram nesses últimos 13 anos de forma desigual, mas no geral não conseguiram convencer sua clientela (Altafin, 2003, p.179).

De fato, conforme levantado nas entrevistas, predomina uma visão de que a assistência técnica e extensão rural oficial teriam, há muito tempo, deixado de prestar o serviço propriamente dito e se transformado em um serviço de fiscalização dos bancos. As visitas dos técnicos da ATER tinham como finalidade vistoriar se o produtor havia implementado os itens constantes nos projetos financiados pelo banco.

IC1: O fiscal vem para defender mais o banco do que orientar o produtor. Ele vem ver se você fez o que estava previsto com a primeira parcela, e assim sucessivamente.

Toda essa condição explica também porque a maioria dos programas voltados ao desenvolvimento rural encontra na precariedade do serviço de assistência técnica e extensão rural um ponto de estrangulamento para o melhor desempenho de suas ações, a exemplo do próprio PRONAF e do PAA Leite.

E foi em decorrência dessa carência que a COPERJ aproveitou a oportunidade da elaboração do Programa Cabra de Corda em conjunto com a SECOMP para constituir a sua própria equipe de assistência técnica, conforme visto no capítulo anterior. De acordo com os cooperados entrevistados, para chegar aos seus objetivos, a COPERJ precisava de um acompanhamento técnico sistemático, que a assistência técnica convencional não seria capaz de prestar, principalmente considerando as dificuldades pela qual o órgão estadual vinha passando. Além disso, eles precisavam de mudanças rápidas, sem depender de um cronograma de um órgão do Estado. Por esse motivo optaram por uma equipe técnica para atuar diretamente com o produtor em atividades operacionais e de monitoramento, além de atender as famílias carentes beneficiárias do programa Cabra de Corda.

A formação dessa equipe de assistência técnica foi possibilitada por dois fatores principais. A disponibilidade de técnicos do próprio município formados na ESAGRI em Irecê, e o repasse de recursos do Governo do Estado, mediante convênio com a SECOMP para implantação do Programa Cabra de Corda.

Tem-se, assim, um modelo de ATER realizado por uma instituição privada de utilidade pública mantida a partir do aporte de recursos públicos. Apesar de que, durante todo o ano de 2007 esses custos de manutenção da assistência técnica ficaram a cargo da própria Cooperativa, em decorrência do encerramento do convênio com a SEDES. Trata-se, na verdade, de uma prática que já vem sendo utilizada a algum tempo, tendo o próprio Governo Federal como um dos precursores a partir do Projeto Lumiar criado pelo Ministério Extraordinário da Política Fundiária em 1997⁵², o qual disponibilizava recursos para a contratação de equipes de assistência técnica escolhidas pelas organizações dos assentamentos de reforma agrária para onde o serviço seria direcionado (Altafin, 2003).

Esse mesmo mecanismo vem sendo utilizado também pelas Organizações Não-governamentais que prestam o serviço de assistência técnica, extensão rural e capacitação aos seus públicos alvos, mediante a captação de recursos no nível de governo estadual ou federal, e também de organismos internacionais (Santos e Dias, 2007).

Só que apesar das várias iniciativas de ATER privadas funcionando com o aporte de recursos públicos, inexistem mecanismos de regulação e controle sobre esses serviços, que impeçam, por exemplo, a realização de ações sobrepostas entre essas instituições ou entre estas e a ATER governamental (Santos e Dias, 2007). Altafin (2003) alega inclusive que muitas dessas instituições acabam vendo os órgãos oficiais de assistência técnica e extensão rural como concorrentes na obtenção de recursos públicos.

Foi no sentido de evitar essas ações sobrepostas, de conhecer o universo de agricultores atendidos pelos serviços de ATER, e de ampliar essa cobertura, que a Superintendência de Agricultura Familiar da SEAGRI lançou o Programa Uniater no final do ano de 2007. Para atingir esses objetivos, o Programa prevê a integração entre os diferentes prestadores dos serviços de ATER, incluindo aí outros órgãos governamentais, as Prefeituras Municipais, empresas privadas, cooperativas, ONG's, e toda a rede conveniada com o Governo Estadual e Federal, sob uma ação coordenada da EBDA (Santos e Dias, 2007).

Isso não quer dizer que o serviço será conduzido de forma centralizada, pelo contrário. Caberão aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e aos Colegiados Territórios discutir e elaborar os planos territoriais e municipais de ATER (Santos e Dias, 2007). De acordo com os autores, dentro desta ótica, o Programa não pretende desprezar as

⁵² Segundo a autora, o programa foi encerrado no ano 2000.

experiências de assistência técnica e extensão rural já experimentadas por outros programas e instituições.

Dessa forma o trabalho que vem sendo desenvolvido pela ACCOJUS/COPERJ pode ser muito bem aproveitado. Da mesma maneira, estas duas instituições irmãs poderão se aproveitar das discussões que estão por vir sobre a implementação do Programa, para se aperfeiçoarem. O primeiro passo nessa direção já foi dado, com a celebração de um convênio no final de dezembro de 2007 entre a ACCOJUS e a SEAGRI para manutenção e ampliação da equipe técnica da Associação.

Essa integração poderá ainda servir à rede de agentes prestadores de ATER, como uma fonte de conhecimentos e tecnologias de produção e convivência com o Semi-árido, graças às experimentações e adequações de tecnologias que vêm sendo desenvolvidas pelos técnicos ligados à ACCOJUS há mais de 12 anos, e que a partir do ano de 2002 passou a contar com o suporte do CEBATSA.

É o caso do *silo rapadura*, uma técnica de conservação de forragem que permite ao pequeno produtor ou agricultor familiar armazenar pequenas quantidades de forragens e de maneira rápida (Silva *et al.*, 2003). Segundo os autores, essa tecnologia foi desenvolvida a partir de uma modificação do *silo cincho*, com o objetivo de reduzir as perdas de forragem que este modelo acarretava durante a sua utilização.



Ilustração 17. Silo rapadura e cultivo de sorgo para ensilagem, em um dos condomínios da COPERJ em Jussara-BA.

Para alguns dos entrevistados externos à COPERJ, há muito tempo que o serviço estadual de extensão rural e pesquisa agropecuária deveria aproveitar essa experiência acumulada em Jussara, o que acabou não acontecendo.

IC9: Com isso o Estado perdeu bastante, pois deixou de lado um vasto campo de experiências práticas que poderiam ser validadas a nível de pesquisa e utilizadas pela Extensão Rural como referência para outros produtores e regiões.

Somente agora, a partir de uma articulação da SEDES e do ISA, é que essas experiências começaram a ser validadas por uma equipe inter-institucional coordenada pela EMBRAPA Caprinos e financiada pelo FINEP⁵³. É importante que as instituições de pesquisa e extensão prestem atenção a esse projeto, por se tratarem de tecnologias de produção coletiva no Semi-árido, desenvolvidas pelos próprios produtores e adequadas à pequena produção da agricultura familiar.

Isso se torna ainda mais relevante ao se considerar a deficiência acusada por Guimarães Filho *et al.* (1999), de que “a pesquisa agrícola não foi capaz de incorporar às suas ações uma visão mais abrangente da problemática da agricultura familiar” (p.1). O que deixa claro, que não basta apenas o trabalho da extensão rural, mas também uma adequação da pesquisa científica voltada à agricultura familiar e à realidade do semi-árido. E até nesse quesito, a COPERJ não esperou pela ação do Estado e tratou de desenvolver e adaptar as suas próprias tecnologias, o que felizmente começa a ser validado cientificamente.

5.6.3 A defesa agropecuária

Outro instrumento de política pública para o desenvolvimento rural que até bem pouco tempo não havia se envolvido de forma mais efetiva com o projeto da COPERJ foi o serviço de defesa agropecuária⁵⁴ que no Estado da Bahia está representado pela Superintendência Federal do Ministério da Agricultura no Estado e pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB⁵⁵, uma autarquia vinculada à SEAGRI.

Conforme descrito anteriormente, até meados do ano de 2007, a atuação da ADAB se restringiu ao cumprimento dos trâmites legais relacionados ao processo de registro e inspeção da unidade de processamento de leite da Cooperativa. Um processo que, por sua vez, se arrastou por um longo período de tempo, até porque, o mesmo foi iniciado depois que o

⁵³ Fazem parte ainda desse grupo a EMBRAPA Semi-árido, a UNEB (Campus de Juazeiro), o ISA, a SEDES e mais recentemente a ADAB começou a participar das discussões.

⁵⁴ O serviço oficial de defesa agropecuária compreende um conjunto de ações destinadas ao controle e a erradicação de afecções ou doença dos animais e vegetais, bem como de reduzir os riscos de introdução de agentes causadores de doenças exóticas, ou ainda, necessárias à promoção do desenvolvimento pecuário e à proteção e defesa da saúde pública (ADAB, 2006).

⁵⁵ Primeira agência do gênero no país, foi criada no ano de 1999.

laticínio já havia sido construído pela ACCOJUS, acarretando inúmeras mudanças e ajustes. Contribuíram ainda para a lentidão do processo de registro a pouca agilidade da Cooperativa em atender as exigências da ADAB, mas também, as questões burocráticas, estruturais e de prioridade relacionadas à Agência.

Para a maior parte dos entrevistados, por se tratar de um empreendimento coletivo e de pequenos produtores, a ADAB deveria ter acompanhado-o de uma maneira bem mais próxima e proativa, de modo que o laticínio fosse viabilizado o mais rápido possível. Principalmente pela significância social do projeto e pelo fato de já ter recebido importantes investimentos do próprio Governo do Estado. Completando essa questão, um dos informantes-chave teceu a seguinte análise:

IC18: Uma empresa privada tem como dar conta de todos os procedimentos exigidos pela legislação de forma mais rápida, pois eles têm maior acesso a informações, possuem técnicos contratados ou consultorias para acompanhar esse processo. Mas um empreendimento tocado por pequenos produtores, com suas limitações de acesso a informações, limitações financeiras, de gestão e que foram durante muitas décadas excluídos das políticas públicas de desenvolvimento deveriam ter um tratamento diferenciado.

Essa colocação vem corroborar com a afirmação de Beduschi Filho e Abramovay (2004), para quem as agências públicas não podem se limitar a oferecer um conjunto de bens e serviços se realmente, pretenderem contribuir com o processo de desenvolvimento. Para isso é fundamental que essas instituições, sobretudo as suas representações locais, assumam um papel de protagonista na elaboração dos projetos e em seu desenvolvimento junto com as demais instituições locais, e não mais o de um mero observador externo.

Por outro lado, um fator acabou prejudicando a atuação da ADAB nesse processo. Trata-se da ausência de um Médico Veterinário para a área de inspeção de produtos de origem animal na Coordenadoria Regional de Irecê. A cobertura dessa carência teria evitado, por exemplo, os desencontros de orientações dos diferentes técnicos que vinham da sede ou de outras regionais para inspecionar o empreendimento, como também facilitaria à Cooperativa o acesso a informações e normas de procedimento.

A presente análise permitiu ainda observar que os órgãos setoriais do Governo continuam atuando de forma isolada, como pôde ser verificado no desenvolvimento da construção do abatedouro-frigorífico da COPERJ. Como o objetivo da Cooperativa era obter o selo do Serviço de Inspeção Federal junto ao Ministério da Agricultura para que pudessem

ter acesso aos mercados de fora do Estado da Bahia, a ADAB não foi envolvida nas discussões do projeto, uma vez que sua responsabilidade recaia apenas sobre o Serviço de Inspeção Estadual. Segundo um dos informantes-chave da Agência, quando a mesma veio ter conhecimento sobre o abatedouro-frigorífico de Jussara o mesmo já estava com sua base física toda construída, e com recursos do Governo do Estado.

Conforme lembrou esse Informante-chave, o mesmo Governo do Estado possuía um programa de regionalização do abate de bovinos, cujo um dos objetivos é incentivar a implantação de infra-estrutura de abate e processamento da carne bovina nas diferentes regiões do Estado. E com isso gerar as condições necessárias para se coibir o abate clandestino e ofertar produtos de origem bovina com segurança sanitária à população.

Acontece que, a região de Irecê é uma das muitas do Estado da Bahia que carecem dessa infra-estrutura. Então, se o Governo estava investindo recursos próprios para construção de um frigorífico na região, seria a chance para, enfim, dotá-la de um serviço de abate de bovinos com inspeção sanitária. Porém, nenhuma das instituições envolvidas com o projeto de Jussara parecem ter atentado para essa questão e prosseguiram a construção do frigorífico de acordo com o projeto original, específico para caprinos e ovinos.

Somente depois, quando a ADAB, acionada pelo Ministério Público da Bahia, iniciou o processo de implantação na região da Portaria 304 do Ministério da Agricultura⁵⁶ que prevê o combate ao abate clandestino de bovinos é que a Cooperativa atentou para essa possibilidade. Contudo, não houve mais como adequar a planta da indústria. Fizeram então um projeto para construção de uma nova planta específica para bovinos, mas não houve tempo hábil para assegurar os recursos disponibilizados pelo Estado. Os próprios cooperados acreditam, hoje, que se a ADAB tivesse participado dessa fase inicial do projeto do frigorífico, eles teriam sido alertados sobre essa necessidade.

As relações da ADAB com a COPERJ começaram a se estreitar a partir do segundo semestre do ano de 2007, quando as duas instituições apoiadas pelo SEBRAE, deram início ao cadastramento dos estabelecimentos de criação de caprinos e ovinos no órgão oficial de defesa agropecuária em atendimento à Instrução Normativa de nº 20, de 15 de agosto de 2005 do Ministério da Agricultura.

⁵⁶ Portaria Nº 304, de 22 de abril de 1996, do Ministério da Agricultura do Abastecimento e da Reforma Agrária – MAARA, atualmente Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Trata-se de uma ação pioneira no Estado da Bahia, que até então não contava com uma base cadastral efetiva de seus criadores e estabelecimentos de criação de pequenos ruminantes. Cabe salientar que esta medida foi possibilitada graças à inclusão da Defesa Agropecuária como uma das linhas de ação do Programa Sertão Produtivo, criado pela Superintendência de Agricultura Familiar, o qual estabeleceu um aporte regular de recursos para o desenvolvimento de ações específicas de defesa agropecuária junto à agricultura familiar do Semi-árido baiano, tendo como ponto de partida a caprino-ovinocultura.

Essa medida vem sinalizar para uma maior adequação dos mecanismos de defesa agropecuária no Estado às políticas voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável, apesar dos programas do Ministério da Agricultura continuarem priorizando as cadeias produtivas do agronegócio exportador.

A relevância dessa nova postura é que o atendimento de atributos de segurança sanitária pela agricultura familiar é uma pré-condição para o seu acesso a mercados mais exigentes, para agregação de valor à sua produção e também para ofertar ao mercado local e regional produtos que não venham colocar em risco a saúde de sua população. Apesar do mercado local e regional não ter demonstrado interesse quanto à segurança sanitária dos produtos de origem caprina e ovina, conforme constataram Holanda Júnior *et al.* (2003) em seu estudo sobre essa cadeia produtiva no Estado da Bahia, isso não significa que as políticas públicas não devam se voltar para essa questão.

Pode-se verificar aqui que a presença de instituições locais como a COPERJ, representa um valioso trunfo para a efetivação das políticas públicas relacionadas de alguma forma com o desenvolvimento territorial, o que começa, tardiamente, a ser percebido pela maioria dos órgãos pesquisados, à exceção do SEBRAE e da SECOMP (atual SEDES).

A esta última, inclusive, deve-se creditar o mérito de vislumbrar na COPERJ, desde o início, uma possibilidade de atacar não os sintomas da pobreza como o fazem tantos programas sociais de cunho assistencialista, mas as suas causas. E foi por esta razão que a Secretaria investiu e apoiou os diversos projetos estruturantes da COPERJ, a exemplo do laticínio, do abatedouro-frigorífico e da fábrica de artefatos de couro; os projetos produtivos como as unidades coletivas de produção de leite de cabra (condomínios); sem esquecer dos projetos sociais, que foi o caso do Cabra de Corda.

CONCLUSÕES

A partir da análise de todo o processo de surgimento e evolução da Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara, a presente pesquisa permitiu identificar uma relação direta entre essa experiência e os marcos teóricos que ditam o conceito de desenvolvimento territorial. Nesse sentido, merece destaque o caráter endógeno do processo de desenvolvimento desencadeado antes mesmo do surgimento da COPERJ, quando esta correspondia à Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Jussara - ACCOJUS.

Originado do próprio tecido social do município e baseado no resgate de uma atividade tradicional aperfeiçoada dentro de uma lógica de convivência com o Semi-árido e, na sua integração com um conjunto de atividades não-agrícolas, esse processo poderia ser perfeitamente classificado dentro do conceito de desenvolvimento local. Contudo, ao longo do tempo, a escala local foi se mostrando insatisfatória aos objetivos daquela organização social, que desde o momento da criação da Cooperativa vem expandindo suas ações na esfera territorial. O que vem corroborar com os diversos autores que apontam para as limitações do local ou municipal em sustentar um processo de desenvolvimento.

Além disso, o fato da cooperativa congregar pequenos produtores com outras atividades econômicas, agricultores familiares e até mesmo produtores empresariais/patronais; e de aglutinar diversos agentes políticos e institucionais; além de se manter aberto à diversificação das atividades produtivas; reforça ainda mais essa tese.

A importância de se estudar experiências como a da COPERJ recai sobre a visão setorial que ainda predomina na maior parte das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do país, sobretudo, quando o assunto é agricultura (ou meio rural)⁵⁷.

Com relação ao território de Irecê, cabe frisar que o mesmo foi conduzido por um conjunto de instrumentos de políticas agrícolas a um elevado grau de especialização de sua economia, baseada essencialmente no cultivo de feijão, milho e mamona em sistema de sequeiro. É certo que a região viveu o seu apogeu econômico graças a esse modelo, chegando a ficar conhecida nacionalmente como principal pólo produtor de feijão e mamona do Brasil no início da década de 1980. Porém, acabou pagando um preço muito alto por esta condição com a perda de grande parte de sua biodiversidade, a degradação de seus solos de alta

⁵⁷ É preciso reconhecer, contudo, que algumas políticas públicas já demonstram avanços, como é o caso do PRONAF, o PAA-Fome Zero e o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais.

fertilidade, e a concentração de suas riquezas em torno do pólo regional da cidade de Irecê. Enquanto isso, as áreas periféricas situadas fora do planalto calcário minguavam à custa da falta de alternativas de ocupação e geração de renda.

Um outro aspecto de grande relevância em todo esse processo diz respeito à opção que foi feita pelo feijão-carioquinha, por ser bem mais produtivo do que as variedades tradicionais antes cultivadas na região e também o preferido pelo mercado. Por outro lado, essa variedade se mostrou pouco adaptada às irregularidades climáticas da região, acarretando constantes frustrações de safra toda vez que aconteciam secas mais severas. Os efeitos dessas perdas de safra em sua principal atividade econômica, todavia, eram minimizados pela disponibilidade do PROAGRO, que cobria todo o prejuízo adquirido pelo agricultor em função de adversidades climáticas ou ataque de pragas e doenças. E pela oferta de crédito fácil, que dava uma garantia para o plantio da próxima safra.

Como visto anteriormente, esse ciclo vicioso perdurou até o final da década de 1980 e início da década de 1990, com a derrocada dos subsídios aportados pelo Tesouro Nacional ao crédito agrícola no país, a indexação das taxas de juros e, a drástica redução no volume de recursos antes direcionados ao setor.

É a partir desse momento que toda a vulnerabilidade de uma economia estritamente agrícola e especializada veio à tona. Especialmente, depois que um longo período de estiagem se abateu sobre o Semi-árido brasileiro no ano de 1993 atingindo, em cheio, a principal cultura agrícola da região de Irecê, que já há algum tempo vinha se mostrando sensível àquelas condições. Como praticamente toda a população da região dependia de alguma forma daquele modelo agrícola, a região mergulhou na pior crise sócio-econômica de sua história, o que foi agravado ainda mais pela queda significativa nas cotações do feijão em anos em que se conseguiam colher boas safras, e pelo desmantelamento de alguns serviços públicos como a extensão rural.

Embora muitos queiram associar a crise vivida pela região durante a década de 1990 ao fenômeno das secas, em especial à do ano de 1993, este representou apenas um dos muitos elementos que entraram em confluência para o desencadeamento da crise. Nesta conjuntura, não resta dúvida de que a falência do modelo de desenvolvimento implantado na região deteve uma parcela significativa de responsabilidade. E o sistema de crédito vem como principal indutor desse modelo.

Não se quer deixar aqui a impressão de que o crédito é um instrumento de política agrícola maléfico ao meio rural, até porque ele deteve um papel importante na consolidação dos trabalhos da ACCOJUS e da COPERJ. O erro verificado na região de Irecê se refere à inflexibilidade do sistema de crédito centrado em um único modelo de produção e a forma como ele foi administrado, sem impor limites e responsabilidades aos proponentes. Essa conjuntura levou a uma forte dependência de toda a economia regional com relação a esse instrumento e a uma queda na eficiência da aplicação desses recursos por parte dos agricultores, além de facilitar o uso indevido do crédito agrícola em outras aplicações.

Deve-se fazer referência também à saída brusca do crédito, deixando grande parte dos produtores rurais despreparados para se adequarem a uma nova realidade política e econômica⁵⁸. Foi nesse contexto de crise que começaram a despontar novas estratégias produtivas e formas de organização da sociedade como a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Jussara - ACCOJUS, com o intuito não apenas de tentar recuperar a economia regional, mas de viabilizar a própria sobrevivência de sua população, sobretudo a dos pequenos agricultores.

Em um ambiente como esse, onde parte considerável de determinada população passa a compartilhar de uma condição comum de dificuldades, os agentes sociais aprenderam a se identificar uns com os outros e a adotar comportamentos de apoio às iniciativas de seus pares. Formou-se assim, uma espécie de solidariedade vinculada àquele ambiente, a qual possibilitou o aparecimento da ACCOJUS até a criação da COPERJ. Muito embora, todo esse processo tenha se desencadeado a partir de um projeto político, do qual o grupo original se desvinculou logo em seguida, como pôde ser constatado no presente trabalho.

Faz-se necessário reconhecer a importância do capital social na história do recente processo de desenvolvimento territorial na região de Jussara. Também é preciso considerar que esse capital possibilitou a acumulação de diversos recursos, como conhecimentos, recursos financeiros e a formação de uma rede de agentes e instituições de apoio. Não obstante, deva-se considerar que muitos desses agentes e instituições tinham suas próprias

⁵⁸ Esse processo se agravou ainda mais, depois que o Governo Federal, já na década de 2000, transferiu as dívidas que os agricultores haviam contraído no passado com o crédito agrícola, para a Dívida Ativa da União, dentro de um processo de securitização. Essa postura do Governo Federal tem provocado, no caso da região de Irecê, um processo de concentração fundiária, uma vez que muitos produtores estão tendo que vender suas terras ou parte delas para não ter sua dívida executada. E apenas uma minoria de empresários capitalizados é quem tem condições, na região, de adquiri-las. Para um dos informantes-chave, o fato dessa condição ter sido motivada pelas próprias políticas públicas do passado, mereceria um tratamento diferenciado por parte do Governo.

motivações ao decidirem disponibilizar os seus recursos (financeiros, humanos, informações, estruturais, etc.) àquela estrutura social.

Por outro lado, a mesma análise que possibilitou a identificação dos efeitos positivos do capital social na história da ACCOJUS/COPERJ, serviu para demonstrar que os mesmos mecanismos apropriados por indivíduos ou grupos como capital social também exercem efeitos negativos. O que pode ser exemplificado pela postura de parte da população local, que mesmo compartilhando da mesma situação de crise, se manteve resistente às mudanças apresentadas pela ACCOJUS.

A constatação de efeitos indesejáveis atribuídos ao capital social, os esclarecimentos conceituais realizados sobre o tema e a identificação de outros importantes fatores relacionados ao surgimento e evolução da COPERJ, desde enquanto ainda ACCOJUS, vem contribuir para a desmistificação do uso indiscriminado do termo capital social como solução universal para os problemas da sociedade contemporânea.

Entre os fatores levantados pela pesquisa, que contribuíram para a diferenciação daquela estrutura social, figura o carácter empreendedor de seus agentes e a opção pela institucionalização de suas relações. Basta lembrar, por exemplo, que foi a partir do reconhecimento da ACCOJUS como uma entidade de utilidade pública, que se viabilizou o aporte de recursos do Estado para a continuação das obras do complexo agroindustrial e outros projetos integrados. E foi com a criação da Cooperativa que aquele empreendimento passou a assumir uma dimensão territorial, com a filiação de criadores e associações de outros municípios da região.

Mas, sem dúvida, é no processo de reeducação política, iniciado desde a origem da ACCOJUS, que se configura um dos principais fatores responsáveis pela trajetória da organização social e institucional em estudo. Afinal, não é em todo lugar que grupos políticos opostos se mobilizam e convergem em torno de um mesmo projeto de desenvolvimento, principalmente no Semi-árido nordestino, onde predomina uma cultura política clientelista. A despeito da superação desse desafio parecer inalcançável, a experiência em torno da COPERJ demonstra que a construção de um ambiente político favorável ao desenvolvimento é factível, embora não seja nada simples.

Uma outra contribuição nesse sentido, veio do PRONAF Infra-estrutura, a partir da descentralização de sua gestão via Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR. O que, por sua vez, vem confirmar a posição defendida por diversos autores, de que este Programa prestou uma importante contribuição ao processo de redemocratização das políticas públicas no país, apesar de todas as suas limitações.

Aliás, não só o PRONAF como outras políticas públicas e instituições foram identificadas como importantes fatores exógenos, que de alguma forma influenciaram no desenvolvimento da COPERJ. E tendo em vista a significância dessas políticas e instituições para o desenvolvimento territorial, procurou-se dedicar uma certa atenção nas análises sobre suas interações com a experiência da COPERJ.

O PRONAF, por exemplo, ainda exerceu uma função essencial ao disponibilizar os recursos iniciais para a implantação do complexo agroindustrial e o crédito para a retomada da caprino-ovinocultura (corte e leite) no município e região. Ou seja, contribuiu de forma simultânea com a diversificação da economia regional e o desenvolvimento de atividades não-agrícolas.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, por sua vez, tem dado continuidade a esse aporte em Infra-estrutura que antes cabia ao PRONAF. Como também, tem contribuído com a articulação para o desenvolvimento do complexo agroindustrial de Jussara e seus projetos integrados como um todo, só que de forma ainda um pouco tímida. Até porque, somente a partir do ano de 2007 o Estado da Bahia passou a reconhecer os territórios rurais como unidades de planejamento e as suas instituições passaram a ser orientadas a utilizar os fóruns territoriais como espaços de integração e adequação de suas estratégias à realidade de cada território. Contudo, como se viu, esta tem se mostrado uma tarefa bastante árdua.

Mas o destaque recente ficou por conta do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA-Leite), o qual tem sido uma peça chave para consolidação do laticínio da Cooperativa e para a sustentabilidade econômica das unidades produtivas de base familiar que produzem leite de cabra ou de vaca, inclusive aquelas caracterizadas como minifúndios. O grande mérito do PAA Leite foi atuar diretamente sobre um dos aspectos mais limitantes, não apenas para COPERJ, como para maioria das organizações de pequenos produtores e agricultores familiares, a comercialização. No entanto, é preciso que a Cooperativa não se limite ao

mercado proporcionado por este Programa, sob risco de recair sobre o mesmo erro do passado, quando dependia basicamente da Prefeitura Municipal para comercializar os seus produtos.

Os avanços proporcionados por esses programas ao município de Jussara e região, contudo, não desmerecem as críticas que diversos autores têm atribuído ao viés setorial das políticas voltados ao desenvolvimento rural no Brasil. Até por que, nas análises realizadas ficou claro que parte do desempenho alcançado se deve à própria intervenção da Cooperativa, que se mostrou como uma instituição local capaz de transformar os investimentos das políticas públicas em vetores para o desenvolvimento.

Ao avançar essa análise sobre a participação de instituições públicas voltadas ao meio rural e suas inter-relações constatou-se que, salvo algumas exceções, ainda há o predomínio de uma visão setorial focada na agricultura empresarial; que a presença do Estado nos assuntos referentes ao desenvolvimento rural ainda se dá de forma limitada em face da baixa capacidade de atuação da maioria de suas instituições; e que estas ainda enfrentam sérias dificuldades de interagirem entre si. Tudo isso, acaba representando um importante desafio a ser superado pela COPERJ.

Outros desafios que se fazem presentes na trajetória da COPERJ se referem à irregularidade na comercialização dos produtos do laticínio, embora, com o PAA Leite essa questão tenha sido amenizada; e à demora para conclusão das demais unidades industriais do complexo, cuja finalização está em curso para o ano de 2008, com o aporte de novos investimentos do Governo do Estado. Essa questão vinha impedindo, inclusive, um avanço mais efetivo da atuação da COPERJ em outros assuntos como as questões ambientais, uma vez que a prioridade atual tem recaído sobre a conclusão do complexo agroindustrial e a viabilidade sócio-econômica das unidades produtivas, consideradas necessidades imediatas.

Mesmo assim, a Cooperativa vem trabalhando para atender aos condicionantes do licenciamento ambiental de suas unidades agroindustriais, e acabou desenvolvendo sistemas de produção adaptados às condições ambientais do Semi-árido e bem menos impactantes do que a monocultura agrícola desenvolvida ao longo das últimas décadas.

Um outro desafio ainda a ser superado, consiste na dificuldade de operacionalização da gestão cooperativa, na qual a COPERJ reconhece as suas limitações buscando formas de

ajustá-la e aperfeiçoá-la. Nesse ponto, tendo em vista a virtude de este empreendimento ser tocado por seus próprios cooperados, o Estado deveria dispensar uma atenção especial, mas de forma decrescente a fim de se evitar riscos de acomodação ou dependência, o que vem sendo assumido pelo SEBRAE.

A despeito desses limitantes, é certo inferir que a COPERJ vem contribuindo para formação de um ambiente propício ao desenvolvimento sustentável no território de Irecê, confirmando a hipótese inicial da pesquisa e respaldando as afirmações que apontam para o valor das instituições locais para a dinamização dos territórios rurais e preservação de seus recursos naturais e culturais. Dessa forma, o conhecimento dos fatores que levam ao surgimento e desenvolvimento dessas instituições, como os levantados aqui, podem ser utilizados pelas políticas de desenvolvimento territorial, dentro de um processo de incentivo à formação dessas instituições.

Isso não quer dizer que o presente trabalho tenha a intenção de propor modelos de desenvolvimento ou formas de intervenção do Estado, dentro de uma abordagem normativa. Mas sim de explicar a realidade de uma experiência singular no Semi-árido baiano, de maneira que as políticas voltadas ao desenvolvimento possam apreender os elementos ora aqui identificados, e a partir daí, utiliza-los e adequá-los às especificidades de cada território.

Os resultados da pesquisa, entretanto, terminaram por ir além dessa proposta, podendo servir de referência não apenas para as políticas públicas, mas para a própria sociedade de uma maneira geral. Principalmente por demonstrar que o reconhecimento e respeito entre os diferentes agentes sociais e políticos e sua coesão em torno de um objetivo comum, representam um importante passo para se transformar a realidade rumo ao desenvolvimento local e territorial sustentável.

Além disso, espera-se que a própria Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara tenha neste trabalho, o qual ela dispensou importantes esforços para que fosse desenvolvido juntamente com outros colaboradores, um registro descritivo e analítico de sua história. E que possa utilizá-lo como um instrumento de debate e planejamento rumo à sustentabilidade de seu desenvolvimento. Não se quer dizer que se tenha esgotado as explicações sobre a sua realidade. Na verdade, a COPERJ com seus diversos projetos e interfaces representa um vasto campo de pesquisa sobre o meio rural, o qual a academia pode interagir ainda mais no sentido

de contribuir para com o desenvolvimento territorial sustentável do Semi-árido, especialmente quando o complexo agroindustrial de Jussara estiver plenamente funcional e operante.

Por fim, uma última lição pode ser apreendida deste estudo de caso quando se associa a origem da COPERJ a um momento de grave crise existencial vivida pela população de seu território, permitindo o encerramento destas considerações com o seguinte questionamento: Será que a sociedade e o Estado ainda não perceberam a crise que está instalada à sua volta (basta um olhar sobre o caos que impera nos grandes centros urbanos), ou será que estão aguardando o desencadeamento de uma crise ainda maior, para finalmente tomarem as atitudes necessárias e darem aos territórios rurais o seu devido valor?

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial, *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, v. 29, n. 01, 1999. p.01-21.
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, v.4, n.2, p.379-397, abr/jun. 2000.
- ABRAMOVAY, R. *Diversificação das economias rurais no Nordeste*. Brasília: PCT IICA/NEAD, 2002a. 45p. (Relatório final).
- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN, E. & TEIXEIRA, O. (orgs). *Planejamento do desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: UFPB/CIRAD/EMBRAPA, 2002b. p.113-128
- ABRAMOVAY, R. . Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte. In: *Anais... Fórum International Território, Desenvolvimento Rural e Democracia*, 2003, Fortaleza; Brasília: IICA, 2003.
- ACCOJUS. Estatuto (1996). *Estatuto da Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Jussara – Bahia*: aprovada em 24 de julho de 1996. Organização do texto: Osmar Félix Tarrão. Jussara: ACCOJUS, 1996, 5p.
- ACCOJUS - ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE CAPRINOS E OVINOS DE JUSSARA. *Programa Cabra de Corda com formação de Agentes Comunitários Rurais*. Jussara: ACCOJUS, 15p., 2004.
- ACCOJUS - ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE CAPRINOS E OVINOS DE JUSSARA. *Unidades de produção de leite caprino*. Jussara: ACCOJUS, 10p., 2005.
- ADAB - AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DA BAHIA. *Relatório de inspeção do Laticínio Capril - Jussara-BA*. Salvador: ADAB, 2005. 14p. (Relatório de Inspeção).
- ADAB - AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DA BAHIA. *Relatório sobre a Defesa Agropecuária no Estado da Bahia: 2003 a 2006*. Salvador, 2006. Relatório
- ALENCAR JÚNIOR, J. S. de. Semi-árido, fome e pobreza: a falta de foco nas estratégias de desenvolvimento para o Nordeste. In: *Seminário Especial: Fome e Pobreza*, 58., Rio de Janeiro: INAE - Instituto Nacional de Altos Estudos, Estudos e Pesquisas, 2003, 11 p.
- ALTAFIN, I. G. *Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira*. 2003. 225p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – UnB/CDS, Brasília, 2003.
- ARAÚJO-FILHO, J. A. & CRISPIM, S. M. A. Pastoreio combinado de bovinos, caprinos e ovinos em áreas de Caatinga no Nordeste do Brasil. In: *I Conferência Virtual Global sobre produção orgânica de bovinos de corte*. EMBRAPA, 2002. 7p. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br>>

ARAÚJO-FILHO, J. A.; CARVALHO, F. C. de; GADELHA, J. A. & SOUZA, R. A. de. Efeitos da manipulação da vegetação lenhosa sobre a compartimentização da fitomassa aérea da Caatinga. In: *Anais. Reunião da SBZ*, 1998, 4p. Disponível em: <<http://www.sbz.org.br/anais1998/For/For219.pdf>>

BAHIA - GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Convênio que entre si celebram o Estado da Bahia por intermédio da Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA e a Associação Comunitária da Fazenda Paraíso, no município de São Gabriel*. Salvador, 2002a.

BAHIA - GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Convênio que entre si celebram o Estado da Bahia por intermédio da Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA e a Associação Comunitária da Fazenda Sacrifício, no município de São Gabriel*. Salvador, 2002b.

BAHIA - GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Convênio que entre si celebram o Estado da Bahia por intermédio da Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA e a Associação Comunitária dos Produtores da Fazenda Milagre e Magaratiba, no município de São Gabriel*. Salvador, 2002c.

BAHIA - GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Convênio n.139/2005 que entre si celebram o Estado da Bahia através da Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP e a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Jussara – ACCOJUS*. Salvador, 2005a.

BAHIA - GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Convênio n.138/2005 que entre si celebram o Estado da Bahia através da Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP e a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Jussara – ACCOJUS*. Salvador, 2005b.

BAHIA - GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Convênio n.140/2005 que entre si celebram o Estado da Bahia através da Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP e a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Jussara – ACCOJUS*. Salvador, 2005c.

BAHIAINVEST. *Balanço do primeiro ano do programa Terra Fértil é apresentado a Tinoco*. Salvador, 26 de maio de 2004. (Últimas Notícias) Disponível em: <http://www.bahiainvest.com.br/port/noticias/ultimas.asp?cd_noticia=637>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2008.

BAIARDI, A. & MENDES, J. Agricultura familiar no Semi-árido: fatalidade de exclusão ou recurso para o desenvolvimento sustentável? *Bahia Agrícola*. Salvador: SEAGRI, v.8, n.1, p.28-41, nov. 2007.

BASTOS, F. *Agricultura familiar do Nordeste: um desafio às políticas públicas*. Disponível em www.fundaj.gov.br, Consultado em 22 de maio de 2007.

BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v.14, n.3, p.35-70, set./dez. 2004.

BRASIL. Ministério da Agricultura do Abastecimento e da Reforma Agrária. Portaria n.304 de 22 de abril de 1996. Estabelecimentos de abate de bovinos, bubalinos e suínos, somente

poderão entregar carnes e miúdos, para comercialização, com temperatura de até 7 (sete) graus centígrados. *Lex*: Diário Oficial da União de 23 de abril de 1996, Seção 1, Página 6856. 1996.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa n.20 de 15 de agosto de 2005. Aprova os procedimentos para operacionalização do cadastro sanitário de estabelecimentos de criação de caprinos e ovinos. 2005.

BUARQUE, S. C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável: Metodologia de planejamento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 177p.

BURSZTYN, M. Regular o Estado. *Revista Raízes*. Campina Grande, Ano 10, n.8, p.49-67, jan./dez. de 1991.

CAA - CENTRO DE ASSESSORIA DO ASSURUÁ. Coletivo educador: construindo bases para o desenvolvimento sustentável no Território de Irecê. Irecê: CAA, *Projeto*, 2006.

CAA - CENTRO DE ASSESSORIA DO ASSURUÁ. Água no Sertão: segurança alimentar e nutricional a partir de práticas sustentáveis de convivência com o Semi-árido. Irecê: CAA, *Projeto*, 2007.

CABRA de Corda: *A história da formação do complexo agroindustrial de Jussara*. Direção de Válber Carvalho, Salvador: Argumenta Filmes, 2006. Documentário (DVD), editado em português e inglês.

CAR - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. *Programa de Desenvolvimento e Ação Regional Sustentável – PDRS: Irecê*. CAR: Salvador, 2004.

CAR - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. *Convênio que entre si celebram a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, empresa pública vinculada à Secretaria do Planejamento – SEPLAN e a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Jussara*. Salvador, 2004b.

CARVALHO, R. B. de; BEZERRA, I. C. *Plano integrado de produção de cabritos e borregos e produção industrial para o abatedouro-frigorífico e o curtume da COPERJ*. Jussara: COPERJ, 133p., 2006.

CEI - CENTRO DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES DA BAHIA. Uso atual das terras: margem direita do rio São Francisco e área de Sobradinho. Salvador: CEI, *Série Especiais CEI*, v.6, 35p., 1992.

CERQUEIRA, P. da S.; ROCHA, A. G. P.; COELHO, V. P. Agricultura familiar e políticas públicas: algumas reflexões sobre o programa de aquisição de alimentos no Estado da Bahia. *Revista Desenhavia*. Salvador, n.5, p.55-77, set. 2006.

CHAGAS, A. C. de S. *Práticas de controle da verminose em ovinos e caprinos*. Sobral: Comunicado Técnico on line, n.63, 2p., dez.2005. (Práticas/Processo Agropecuário)

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006. 144p.

COPERJ - COOPERATIVA DOS EMPREENDEDORES RURAIS DE JUSSARA. *Ata da Assembléia Geral de constituição da Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara, realizada no dia 8 de junho de 2000*. Jussara: COPERJ, 2000, 6p.

COPERJ - COOPERATIVA DOS EMPREENDEDORES RURAIS DE JUSSARA. *Projeto para o desenvolvimento do complexo econômico da caprino-ovinocultura da região de Jussara – Bahia*. Jussara: COPERJ, 35p., 2002.

COPERJ - COOPERATIVA DOS EMPREENDEDORES RURAIS DE JUSSARA. *Projeto de conclusão do abatedouro-frigorífico do Complexo Agroindustrial de caprinos e ovinos de Jussara e região*. Jussara: COPERJ, 9p., 2007.

CORDEIRO NETO, J. R. & ALVES, C. L. B. As organizações do terceiro setor e a mobilização de capital social para a promoção do desenvolvimento territorial: o caso do IDSS no município de Nova Olinda-CE. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 3., 2007, Salvador, *Anais...* Salvador: SEI, 2007 (cd-rom).

CORREIO DA BAHIA. Projeto Terra Fértil beneficia agricultores de Irecê. *Correio da Bahia*, Salvador, 21 de julho de 2003 (Aqui Salvador). Disponível em: <<http://www.clubecorreio.com.br/aquisalvador/>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2008.

COUTO FILHO, V. de A. Agropecuária baiana: transformações e impactos. *Bahia Análise & Dados*. Salvador: SEI, v.13, n.4, p.835-849, mar. 2004.

COUTO FILHO, V. de A. Revendo o rural baiano. In: COUTO FILHO, V. de A.; TAKAGI, M.; BALSADI, O. V. (Orgs). *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: MDA; Rio de Janeiro: Garamond, (NEAD Especial), 2007a. p.46-52.

COUTO FILHO, V. de A. Transformações no rural baiano. In: COUTO FILHO, V. de A.; TAKAGI, M.; BALSADI, O. V. (Orgs). *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: MDA; Rio de Janeiro: Garamond, (NEAD Especial), 2007b. p.64-76.

COUTO FILHO, V. de A.; CERQUEIRA, P. da S. Um olhar sobre o crédito do Pronaf na Bahia. *Bahia Agrícola*. Salvador: SEAGRI, v.5, n.2, p.50-53, nov. 2002.

COUTO FILHO, V. de A.; MACHADO, G. B.; GOMES, A. da S. Inovações tecnológicas e organizacionais na agricultura. *Série Estudos e Pesquisas*, v. 71, p. 95-108, 2004.

COUTO FILHO, V. de A. & SCHMITZ, A. P. Fatores determinantes da ocupação da mão-de-obra agrícola. In: COUTO FILHO, V. de A.; TAKAGI, M.; BALSADI, O. V. (Orgs). *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: MDA; Rio de Janeiro: Garamond, (NEAD Especial), 2007. p.53-63.

CUNHA, G. R. da; ASSAD, E. D. Uma visão geral do número especial da RBA sobre zoneamento agrícola no Brasil. *Revista Brasileira de Agrometeorologia*. v.9, n.3, (Nº Especial: Zoneamento Agrícola), p.377-385, 2001.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v.2, n.3, p.56-62, jul./set. 2001.

DESENBÁHIA. Crédito rural chega a Morro do Chapéu: Desenbahia repassa recursos para beneficiários do Terra Fértil. *Jornal Desenbahia*, Salvador, v.4, n.46, jan. 2006. (Financiamento).

DIAS, H. M. *A COPERJ e seu desenvolvimento sustentável*. 2007. 46p. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Administração de Pequenas e Médias Empresas) – Universidade Norte do Paraná – Sistema de Ensino Presencial Conectado, Irecê, 2007.

DIAS, W. J. V.; COUTO FILHO, V. de A.; PAULA, A. M. H. de.; FONTES, I. L.; TEIXEIRA, S. C. O. R. *Territórios de identidade: um novo caminho para o desenvolvimento rural sustentável na Bahia*. Feira de Santana: Gráfica Modelo, 2006. 120p.

DRUMOND, M. A. et al. Estratégias para o uso sustentável da biodiversidade da Caatinga. In: SILVA, J. M. C. & TABARELLI, M. (Org.). *Workshop: Avaliação e identificação de ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade do bioma Caatinga*. Petrolina: 2000. 23p. Disponível em: <http://www.biodiversitas.org.br/caatinga/relatorios/uso_sustentavel.pdf>

DUARTE, L. M. G.; BRASIL, I. C. P.; SALVIANO, O. M. M. de F. Agroindústria familiar e perspectivas de uma vida rural sustentável: um breve olhar sobre a experiência do PROVE – Distrito Federal/Brasil. In: DUARTE, L. M. G. & THEODORO, S. H. (org.) *Dilemas do cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. p.205-221.

{DUARTE, L. M. G.; VIANNA, J. N. S.; WEHRMANN, M. E. S. *A Construção do Campo Interdisciplinar e a Responsabilidade Sócioambiental do Cientista*. Mimeo. Trabalho apresentado no VII Encontro da Rede Luso-brasileira de Estudos Ambientais, Lisboa 2003.}

DUARTE, R. Seca, pobreza e políticas públicas no nordeste do Brasil. In: *Pobreza, desigualdade social y ciudadanía*. p.425-440, 1999. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/pobreza>, 1999.

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. *Fome Zero: lições principais*. Santiago: FAO, 14p., 2006 (Documento de Trabalho – Vídeo conferência, 14 de agosto de 2006).

FAVARETO, A. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial*. 2006. 220 p. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – USP, São Paulo, 2006.

FAVARETO, A. A abordagem territorial e as instituições do desenvolvimento rural. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 1., 2007, Niterói: NEAD, 2007. Disponível em: http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/3/Arilson_Favareto.pdf

FERREIRA, João Lázaro. *Planejamento Estratégico*. Jussara: COPERJ, 12p., 2006.

FISCHER, T. A gestão do desenvolvimento social: agenda em aberto e propostas de qualificação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACION PÚBLICA, 7., 2002, Lisboa, 2002. Disponível em: <http://www.clad.org.ve/fulltext/0044559.pdf>

FITERMAN, I. R. Constatação do Complexo Artrite-encefalite em um plantel de caprinos no Estado da Bahia. Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária, 21, Salvador Bahia. *Anais*, p. 93, 1988.

FLORES, M. X.; MACÊDO, M. M. C. Novos rumos do desenvolvimento rural. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Foz do Iguaçu, 1999. 11 p.

FNE - FUNDO CONSTITUCIONAL DO NORDESTE. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*: linha de crédito de investimento para agregação de renda à atividade rural – PRONAF Agregar. (Programa de Financiamento para 2003). Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/fundos/>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2008.

FRANKE, C. R. *Controle sanitário da artrite-encefalite caprina*. Salvador: EDUFBA, 1998, 70p.

FREY, K. A dimensão político-democrática das teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. *Ambiente & Sociedade*. Ano IV, n.9, 2.º semestre de 2001, p.1-34, 2001.

GIULIETTI, A. M. et al. Diagnóstico da vegetação nativa do Bioma Caatinga. In: SILVA, J. M. C.; TABARELLI, M. T. & LINS, L. V. (Org.). *Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para conservação*. Brasília: MMA, 2004. p.48-90

GUIMARÃES, R. P. *A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento*. In: VIANA, G.; SILVA, M. & DINIZ, N. *O desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. (Coleção Pensamento Petista)

GUIMARÃES FILHO, C. & HOLANDA JÚNIOR, E. V. de. Desenvolvimento do agronegócio de caprinos e ovinos no sertão da Bahia. *Bahia Agrícola*. Salvador, v.5, n.3, p. 50-54, julho de 2003.

GUIMARÃES FILHO, C. & NOGUEIRA, D. M. O Cabrito do Vale do São Francisco: valorizando o bioma caatinga. *Bahia Agrícola*. Salvador, v.7, n.3, p. 31-38, novembro de 2006.

GUIMARÃES FILHO, C.; SABOURIN, E.; SILVA, P. C. G. da; CORREIA, R. C. A pesquisa em agricultura familiar no semi-árido: métodos alternativos de diagnóstico e validação de tecnologias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, Foz do Iguaçu, 1999, 10 p.

GUSMÃO, P. P. de. Sistemas municipais de governo e desenvolvimento sustentável na região do semi-árido brasileiro. *Planejamento e Políticas Públicas*. n.14, p.157-228, dezembro de 1996.

HOLANDA JÚNIOR, E. V. *Produção e comercialização de produtos caprinos e ovinos por agricultores familiares do Sertão Baiano do São Francisco*. 2004. 77p. Tese (Doutorado em Produção Animal) – UFMG/EV, Belo Horizonte, 2004.

HOLANDA JÚNIOR, E. V.; OLIVEIRA, C. A. V. de; NOGUEIRA, D. M.; GUEDES, C. T. dos S.; CEZIMBRA, C. M.; SILVA, C. N. da; *Estudo da Cadeia Produtiva da Caprino-ovinocultura no Estado da Bahia*. Petrolina: EMBRAPA/SEBRAE, 2003. 195 p (Relatório)

HOLANDA JÚNIOR, E. V.; FERRÃO, I. S.; GUEDES, C. T. dos S.; OLIVEIRA, C. A. V. de. Comercialização de caprinos vivos da Bahia para outros estados brasileiros. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE PRODUÇÃO ANIMAL, Campina Grande, 2004a, 5 p.

HOLANDA JÚNIOR, E. V.; OLIVEIRA, C. A. V. de; SILVA, P. C. G.; GUEDES, C. T. dos S.; ARAÚJO, G. G. L.; SILVA, C. N. da; CEZIMBRA, C. M. Tipologia e estrutura da renda de caprino-ovinocultores de base familiar no Sertão Baiano do São Francisco. In: VI ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, Aracajú, 2004b, 14 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. *Pesquisa Pecuária Municipal*. Disponível em: Sistema IBGE de Recuperação Automática (<http://www.sidra.ibge.gov.br>) Acessado em 28 de março de 2005 e 2006.

JARA, C. J. Desenvolvimento sustentável. In: JARA, Carlos Júlio & MIRANDA, Carlos Luiz de (Org.). *A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo de construção*. IICA/PRORURAL, 1998, p.51-62.

MENDONÇA, J. O. Políticas públicas, território e inclusão social. *Bahia Agrícola*. Salvador, v.6, n.2, p.32-36, junho de 2004.

MESQUITA, A. S. PRONAF: Contextualização e perspectivas. *Bahia Agrícola*. Salvador: SEAGRI, v.4, n.1, p.33-37, nov. 2000.

MESQUITA, A. S.; CERQUEIRA, P. da S. Agronegócio na Bahia: dinâmica atual e perspectivas. *Bahia Análise & Dados*. Salvador, v.16, n.3, p.389-405, dez. 2006.

{MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEGA, A.; NASCIMENTO, E. P. do. *O Pensar Complexo - Edgar Morin e a crise da modernidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p. 21 – 34}

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*. n.15, v.43, p.83-100, 2001.

NEGÓCIOS AGRÍCOLAS. Irecê: sem problemas com a seca. Salvador: SKC Comunicação, v.6, n.24, p.26-27, set. 2003.

OCDE – Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. Análise das políticas agrícolas do Brasil: destaques e recomendações de políticas. *Revista de Política Agrícola*. Brasília: Edição Especial, p.5-16, out. de 2005.

OLIVAL, A. de A.; SPEXOTO, A. A. *A organização comunitária como estratégia de desenvolvimento sustentável – Programa GESTAR*. Milk Point, 10 de janeiro de 2006. Disponível em: www.milkpoint.com.br/mn/espacoaberto/artigo.asp?nv=1&id_artigo=26624&area=35

OLIVEIRA, M. N. da S. *Agricultura e sustentabilidade nos núcleos rurais da bacia hidrográfica do ribeirão Pipiripau*. 2006. 130p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – UnB/CDS, Brasília, 2006.

OLIVEIRA FILHO, W. A. de. A política articulada de desenvolvimento territorial implementada no Estado da Bahia: uma análise descritiva. In: COUTO FILHO, V. de A.; TAKAGI, M.; BALSADI, O. V. (Orgs). *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: MDA; Rio de Janeiro: Garamond, (NEAD Especial), 2007. p.107-121.

OLIVEIRA, C. E. de A.; SANTOS, L. S. dos. *Levantamento laboratorial da Artrite-encefalite caprina (CAE) no Estado da Bahia de 2002 a 2006*. 2007. 29p. Monografia (Curso de Especialização em Epidemiologia Veterinária com Ênfase em Defesa Sanitária Animal) – SMVBA/UNIME, Lauro de Freitas, 2007.

ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. de; SÓ, L. L. da S. O PAA-leite na Bahia e em Minas Gerais: uma avaliação preliminar de seus modelos de implementação. *Sociedade e Desenvolvimento Rural*. V.1, p.40-64, 2007.

PEDRÃO, F. C. Desenvolvimento rural na Bahia. Salvador: SEI, *Série Estudos e Pesquisas*, v. 71, p. 75-94, 2004.

PEIXOTO, S. E. A. A.; SOUZA, C. L. A. de; OLIVEIRA, C. A. V. *Sistemas agrícolas dos pequenos produtores da microrregião de Irecê*. Petrolina: Fundação Banco do Brasil, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, 1999, 52p.

PORTES, A. Social capital: Its origins and applications modern sociology. *Annual Review of Sociology*. v.24, p. 1-24, 1998. Disponível em: www.jstor.org

ROCHA, A. dos S.; SCHEFLER, M. de L. N.; COUTO, V. de A. Organização social e desenvolvimento territorial: reflexões sobre a experiência dos CMDRS na região de Irecê-Bahia. Salvador: SEI, *Série Estudos e Pesquisas*, v. 71, p. 95-108, 2004.

RUBEM, J. *Irecê, um pedaço histórico da Bahia*. Salvador: Royal, 1999.

RUBEM, J. *Irecê: História, casos e lendas*. Irecê: Print Fox, 2001.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo Governo Lula? *Sociedade e Estado*, Brasília, v.22, n.3, p.715-751. set./dez. 2007.

SACHS, I. Desenvolvimento e ética – para onde ir na América Latina? Estratégias de desenvolvimento nacional na era da globalização. In: SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluindo, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p 9-23

SACHS, I. Da civilização do petróleo a uma nova civilização verde. *Estudos Avançados*, v.19, n.55, p.197-214, 2005.

SACHS, I. Ambiente e estilos de desenvolvimento. In: SACHS, I.; VIEIRA, P. F. (org.) *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007. p 54-76

SANTOS, A. F. dos; DIAS, W. J. V. Os desafios e as perspectivas de universalizar a ATER para a agricultura familiar na Bahia. *Revista Bahia Agrícola*. Salvador: SEAGRI, v.8, n.1, p.59-68, nov. 2007.

SANTOS, I. A.; FERREIRA, M. C. F.; LEONARDOS, O. H. A eficácia dos órgãos ambientais no vale do rio São Francisco. In: THEODORO, S. H. (org.) *Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. p.225-235.

SCHNEIDER, S. Políticas públicas, pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil. In: VII CONGRESSO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL/ALASRU, Quito, 2006, 19p.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre, 2004. p.21-50.

SEAGRI - SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA DA BAHIA. *Expansão da irrigação na região de Irecê: proposta de ação*. Salvador: SEAGRI/CIR, 1995. 43p.

SEAGRI - SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA DA BAHIA. *Ação emergencial para recuperação da agropecuária da região de Irecê-BA*. Salvador: SEAGRI, 1996. 27p.

SEBRAE/SIC - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA BAHIA e SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO DA BAHIA. Diagnóstico de municípios: Região de Irecê. Salvador: SEBRAE, *Série Desenvolvimento Regional*, v.27, 211p., 1995.

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Região Irecê. In. SEI. Dinâmica sócio demográfica da Bahia: 1980-2000. Salvador: SEI, *Série Estudos e Pesquisas*, v.60, 2003, p. 349-364.

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Atlas dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia – Versão Preliminar. Salvador: SEI, *cd-room*, 2007.

SENAI. *Diagnóstico e Assessoria Técnica e Tecnológica para Matadouro – Frigorífico de Caprinos e Ovinos*. Salvador: SENAI-SEBRAE, 2007. 52p. (Relatório de consultoria técnica).

- SILIPRANDI, E. Desafios para extensão rural: o “social” na transição agroecológica. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v.3, n.3, p.38-48, jul./set. 2002.
- SILVA, R. M. A. da. *Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. 2006. 298p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – UnB/CDS, Brasília, 2006.
- SILVA, D. D. da; BRITO, G.; MACHADO, G. E. R.; LOPES, J. da S. Silo rapadura: tecnologia de ensilagem adaptada ao pequeno produtor rural. *Bahia Agrícola*. Salvador: SEAGRI, v.5, n.3, p.17-18, jul. 2003.
- SOBRINHO, J. N. *Desenvolvimento local na microrregião de Irecê, Bahia – município de Jussara: do feijão a ovinocaprinocultura*. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – UFAL/Prodema, Maceió, 2007.
- SOUZA, R. L. Agricultura familiar e pluriatividade no semi-árido baiano. *Bahia Análise & Dados*. Salvador, v.13, n.4, p.921-930, mar. 2004.
- TARRÃO, Osmar Félix. *Projeto Novo Mundo*. Jussara: ACCOJUS, 4p., 1996. (Projeto Mimiografado).
- THEODORO, S. H.; LEONARDOS, O. H. & DUARTE, L. M. G. Cerrado: o celeiro saqueado. In: DUARTE, L. M. G. & THEODORO, S. H. (org.) *Dilemas do cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. p.145-176
- TOLEDO, L. R. Caprinocultura: a caminho da cidade. *Revista Globo Rural*, v. 13, n. 146, p.52-57, dez. 1997.
- TONNEAU, J. P.; AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. Brasília, v.22, n.1, p.67-82, jan./abr. 2005.
- VASCONCELOS, E. M. *Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa*. Petrópolis: Vozes, 2002. 343p.
- VEIGA, J. E. da. O Brasil ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*, v.15, n.43, p.101-119, 2001a.
- VEIGA, J. E. da. Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., 2001, Salvador, *Anais...*Salvador: ANPEC, 2001b.
- VEIGA, J. E. da. A face territorial do desenvolvimento. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v.3, n.5, p.5-19, set. 2002.
- VIANA, J. A. S. Protocolos: Uma nova abordagem de política agrícola para dinamizar o agronegócio baiano. In. Bahia, cenários de uma agricultura. Salvador: SEAGRI, *Série Estudos Agrícolas*, v.2, p. 11-31, 2001.

VIEIRA, P. F. & CAZELLA, A. A. Desenvolvimento territorial sustentável em zonas rurais: subsídios para a elaboração de um modelo de análise. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TERRITORIOS RURALES EM MOVIMENTO, 2006, Santiago de Chile, 2006. Disponível em: <http://www.rimisp.org/seminariotrm/doc/ANTONIO-CAZELLA.pdf>

WANDERLEY, M. de N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N. (org.). *Uma nueva ruralidad em América Latina?* Buenos Aires: Clascso-ASDI, 2001.

ZACHARIAS, F. Parasitismo em pequenos ruminantes: novos conceitos. *Revista Bahia Agrícola*. Salvador, v.6, n.3, p.17-19, nov. 2004.

ANEXOS - Roteiros de Entrevistas com Informantes-chave

ASSOCIADOS DA COPERJ

1) Sobre a origem da ACCOJUS

- a) Quais as principais motivações para a criação da ACCOJUS?
- b) Por quais razões se optou pelo resgate da criação de caprinos?
- c) O que foi o Projeto Novo Mundo? E como ele veio dar origem à ACCOJUS?
- d) Qual a origem dos técnicos que formaram a ACCOJUS? Eles estudaram na ESAGRI (Escola Agrotécnica em Irecê)?
- e) Qual o papel da ESAGRI na formação de profissionais para a região?
- f) Quais as ações e estratégias iniciais da ACCOJUS?
- g) Vocês realizaram alguns seminários e eventos de capacitação nessa época inicial. Quais eram os objetivos desses eventos e como eles foram realizados?
- h) Como se formou na região um plantel tão grande de animais leiteiros?
- i) Qual a participação do BNB nesse processo? E o Banco do Brasil participou também?
- j) O PRONAF exerceu alguma contribuição, nessa fase inicial da ACCOJUS?
- k) E da EBDA?
- l) Vocês encontraram resistência entre os produtores?
- m) Como se deu a transformação da ACCOJUS em instituição de utilidade pública, e por que?

2) Sobre a origem COPERJ

- a) Quais as principais motivações para a criação da Cooperativa?
- b) O que teria levado aos demais produtores da região a se juntarem à ACCOJUS para constituir a COPERJ?
- c) Quando se deu a inclusão dos Assentamentos de Reforma Agrária na Coperj?
- d) A inclusão desses assentamentos foi uma opção da Coperj ou uma condição do CDA e SECOMP?
- e) Quanto às associações que não fazem parte de assentamentos. Foram elas que procuraram a COPERJ ou a COPERJ que foi até elas? Quando se iniciou esse processo?
- f) Quais os aspectos positivos e negativos da filiação de associações?
- g) E quanto aos grandes produtores, quando eles começaram a se filiar?
- h) Por quais motivos a COPERJ abriu suas portas para grandes produtores?
- i) Ainda existe resistência ou preconceito entre os produtores em se criar caprinos e ovinos?

3) Sobre o Complexo

- a) Quando teve início a construção do restante do complexo (fora o laticínio)? E qual a fonte de recursos?

4) Sobre o abate de bovinos?

- a) Como surgiu a questão do abate de bovinos?
- b) Essa questão chegou a interferir no cronograma de execução das obras do abatedouro-frigorífico de caprinos e ovinos?

5) Sobre o processo de registro do laticínio no serviço de inspeção

- a) Quando se iniciou o processo de registro do laticínio na ADAB, quando se concluiu, e quais as dificuldades encontradas nesse processo?
- b) Qual a assiduidade da COPERJ em atender as determinações do Serviço de Inspeção Estadual?
- c) Qual a frequência da inspeção da ADAB, ao longo do ano?
- d) O que a ADAB poderia fazer para melhorar sua relação com a cooperativa e agilizar o seu processo de desenvolvimento de uma forma geral?

6) Sobre a parceria com a SECOMP

- a) Como surgiu o a parceria com a SECOMP?
- b) Que fatores teriam motivado a SECOMP a formar essa parceria com a COPERJ?
- c) O que a SECOMP, hoje SEDES, poderia fazer para melhorar sua relação com a cooperativa e agilizar o seu processo de desenvolvimento?

7) Sobre a parceria com o CDA

- a) Como surgiu o a parceria com o CDA?
- b) Que fatores teriam motivado o CDA a formar essa parceria com a COPERJ?
- c) Nessa fase inicial da COPERJ o CDA já estava atuando na região com algum programa de regularização fundiária ou reforma agrária?
- d) A parceria com o CDA teve continuidade, depois dos convênios para implantação do complexo?

8) E quanto à Secretaria da Agricultura

- a) Já constatamos a participação de alguns órgãos vinculados à SEAGRI. E quanto à própria SEAGRI houve algum envolvimento direto no processo de desenvolvimento da ACCOJUS e COPERJ?
- b) Se positivo, quais ações foram desenvolvidas com o apoio ou participação da SEAGRI?
- c) Se negativo, por que não houve esse envolvimento? A COPERJ chegou a procurar a SEAGRI em algum momento?
- d) E na gestão atual, houve algum movimento de aproximação?
- e) O que a SEAGRI, poderia fazer para melhorar sua relação com a cooperativa e agilizar o seu processo de desenvolvimento?

9) Sobre a parceria com a CAR

- a) Como surgiu o a parceria com a CAR?
- b) Que fatores teriam motivado a CAR a formar essa parceria com a COPERJ?
- c) O que a CAR, poderia fazer para melhorar sua relação com a cooperativa e agilizar o seu processo de desenvolvimento?

10) Sobre os condomínios

- a) Como surgiu a idéia do condomínio? Em que ano?
- b) Onde foram instaladas as primeiras unidades?
- c) Já faziam parte do convênio com a SECOMP?
- d) Quando a SECOMP passou a investir nos condomínios? Houve alguma mudança nesse momento?
- e) Por quanto tempo os condomínios funcionaram?
- f) Como surgiu a idéia de ampliação para outros municípios?
- g) Como foi a experiência com esses municípios? Eles chegaram a funcionar?
- h) Quais os próximos planos para os condomínios?

11) Sobre a parceria com a EMBRAPA

- a) Quando se iniciou o apoio da EMBRAPA à cooperativa?
- b) Que tipo de ações ou serviços a EMBRAPA disponibilizou na fase inicial da parceria? E hoje?
- c) Como está a implantação do projeto da FINEP?

12) Sobre o Programa Cabra de Corda

- a) Como e quando surgiu a idéia do programa cabra de corda?
- b) O que motivou a ACCOJUS a implementar esse programa?
- c) Quando se iniciou a distribuição dos animais?
- d) Porque as raças leiteiras?
- e) Como foi realizada a seleção das famílias? Quais as instituições responsáveis?
- f) Quais os problemas encontrados e quais as soluções estão sendo tomadas?

- g) Quantas famílias foram beneficiadas até agora?
- h) Como está se dando o processo de repasse de animais pelas famílias atendidas para novas famílias?
- i) Quais os efeitos percebidos no município?
- j) Existe uma proposta de ampliação do programa para outros municípios da região? De quem está partindo essa idéia?

13) Sobre a capacitação e as tecnologias locais

- a) Quando foi criado o CEBATSA e com quais objetivos?
- b) Foi a COPERJ que procurou o CEBATSA, ou aconteceu o contrário?
- c) Além da capacitação, que outros aspectos o CEBATSA estaria contribuindo com o desenvolvimento da COPERJ?
- d) O CEBATSA está situado na área do Baixio de Irecê, ou no Cruel?
- e) E quanto ao cruel, qual a sua delimitação?
- f) Qual a origem desse nome?
- g) Quais as suas características?
- h) Além do CEBATSA, quais as outras estratégias são usadas para capacitação ou sensibilização dos produtores?
- i) Hoje vocês já costumam receber inúmeras visitas e caravanas de produtores para conhecer o trabalho da COPERJ. Com que frequência isso acontece? E de onde vem normalmente esses grupos de pessoas?
- j) Por que depois de tantas capacitações às vezes até acompanhada da assistência técnica, os produtores não colocam em prática as tecnologias, muitas delas simples?

14) Sobre a parceria com a CODEVASF

- a) Quando e como se iniciou o envolvimento da Codevasf com a COPERJ?
- b) Que tipo de ações ou serviços a Codevasf disponibilizou na fase inicial da parceria? E hoje?
- c) Foi mencionado na última reunião que a CODEVASF estaria firmando um convênio com vocês para construção de mais uma câmara fria no frigorífico? Em que pé está esse convênio?

15) Sobre a parceria com o ISA

- a) Quando e como se iniciou o apoio do ISA à cooperativa?
- b) Que fatores teriam motivado o ISA a formar essa parceria com a COPERJ?
- c) Que tipo de ações ou serviços o ISA disponibilizou na fase inicial dessa parceria? E hoje?

16) Sobre o apoio da EBDA

- a) Depois daquela fase inicial da ACCOJUS, como se prosseguiu o apoio da EBDA à Associação e à COPERJ?
- b) O que a EBDA, poderia fazer para melhorar sua relação com a cooperativa e agilizar o seu processo de desenvolvimento?
- c) Quais os aspectos favoráveis e desfavoráveis relacionado à sua atuação?

17) Sobre a Assistência Técnica

- a) Por que vocês optaram em ter a sua própria assistência técnica?
- b) Por que vocês não têm um profissional de nível superior na assistência técnica?
- c) A assistência técnica está chegando a todos os cooperados?
- d) Entre as orientações que são repassadas aos produtores, quais são aquelas em que eles mais resistem em adotar?
- e) Como vocês estão conseguindo manter a assistência técnica, depois que o convênio com a SECOMP se expirou?

18) Sobre o sistema de gestão e o apoio do SEBRAE

- a) Quando se iniciou o apoio do SEBRAE à cooperativa? Foi a COPERJ que buscou esse apoio, ou o SEBRAE se ofereceu a apoiar a cooperativa?
- b) Que fatores teriam motivado o SEBRAE a formar essa parceria com a COPERJ?

- c) Que tipo de ações ou serviços o SEBRAE disponibilizou na fase inicial da parceria?
- d) O que o SEBRAE poderia fazer para melhorar sua relação com a cooperativa e agilizar o seu processo de desenvolvimento?

19) Sobre o Caprisoft e Plano de Trabalho

- a) Quando o Caprisoft foi instalado?
- b) Quem custeou sua implantação?
- c) Como está a implantação do plano de trabalho? Ele já está sendo colocado em prática?

20) Sobre a gestão Cooperativa

- a) A qual sistema cooperativista a COPERJ está filiado?
- b) O estatuto da COPERJ fala da necessidade do cooperado passar por um curso sobre cooperativismo. Isso vem acontecendo? Onde e quem realiza esses cursos?
- c) Quantos cooperados estão envolvidos efetivamente na condução dos trabalhos desenvolvidos pela cooperativa? Porque?
- d) Quantos cooperados fazem parte do conselho administrativo e quantos fazem parte do conselho fiscal?
- e) E quanto à renovação das pessoas de referência da Cooperativa, novos cooperados tem se somado a esse grupo? Porque?
- f) Como se dá o processo decisório da COPERJ?
- g) Vocês são cobrados pelos demais cooperados, quanto ao andamento dos trabalhos e por seus resultados? E pelas pessoas que vem de fora?
- h) Você acha que no futuro, a cooperativa precisará contratar um administrador de empresas?

21) Sobre o Banco do Nordeste

- a) Vimos anteriormente que o BNB teve uma participação importante na fase inicial da ACCOJUS. Que fatores teriam motivado o BNB a formar essa parceria com a COPERJ?
- b) E hoje como está sendo essa participação do BNB?
- c) Eles tem tido facilidade em acessar esse crédito?
- d) Qual o grau de inadimplência entre os cooperados? E endividamento?

22) Sobre o mercado

- a) Quando se iniciou a venda de iogurte para merenda escolar no município de Jussara? E nos demais municípios?
- b) Qual a importância e as limitações desse mercado para cooperativa?
- c) Quais as saídas que a cooperativa tem buscado em relação ao período de férias escolares?
- d) Como surgiu a oportunidade para o fornecimento de leite ao Fome Zero?
- e) Por que somente agora a COPERJ entrou no programa Fome Zero?
- f) Quem está fornecendo o leite de vaca?
- g) E sobre o mercado de Irecê, qual a sua representatividade nas vendas da cooperativa?
- h) Já foi relatado anteriormente a competição com o iogurte de leite de vaca e a resistência cultural aos produtos de origem caprina. Você poderia comentar sobre essa questão e apontar outras dificuldades enfrentadas nesse mercado regional?
- i) E no mercado local de Jussara, vocês enfrentam os mesmos problemas?
- j) Com relação às questões de saúde pública relacionadas ao comércio de carne e leite, o que está faltando no território de Irecê?
- k) Em que isso prejudica a COPERJ?
- l) Como vocês estão superando a questão do capital de giro?

23) Sobre o papel da Prefeitura Municipal de Jussara

- a) Que fatores teriam motivado a Prefeitura a formar essa parceria com a COPERJ?
- b) Em algum momento a atuação da administração do município limitou ou retardou o desenvolvimento da ACCOJUS e da COPERJ? Como?
- c) A COPERJ dispõe de algum espaço na administração do município para participar de suas decisões?

- d) O que a Prefeitura Municipal poderia fazer para melhorar sua relação com a cooperativa e agilizar o seu processo de desenvolvimento?

24) Aspectos políticos

- a) Segundo o documentário Cabra de Corda, a ACCOJUS é formada por dois grupos políticos opostos. Como se dá a convivência entre os dois grupos dentro da Associação e da Cooperativa?
 b) O que motiva os grupos a manterem essa postura dentro da cooperativa?
 c) Essas diferenças chegam a criar alguma dificuldade à cooperativa?

25) Sobre o Território

- a) Qual o relacionamento da COPERJ com a Coordenação do Território de Irecê?
 b) Que fatores teriam motivado o Território a formar essa parceria com a COPERJ?
 c) A Coperj participa das reuniões do território?
 d) Suas colocações ou reivindicações tem sido valorizadas ou acatadas pelo Território?
 e) Sobre a atuação do Território, ele estaria cumprindo o seu papel de articulador de políticas públicas e o de redução das desigualdades espaciais dentro do território?
 f) Você já percebe algum efeito ou influência da COPERJ em nível do território de Irecê? Quais?
 g) A existência da COPERJ teria melhorado a auto-estima do município perante o restante do Território de Irecê?

26) Sobre a agropecuária do município de Jussara?

- a) Por que a cultura do sorgo cresceu tanto no município de Jussara?
 b) Ele estaria ocupando o lugar que seria do milho?
 c) Isso aconteceu nos outros municípios?
 d) Segundo dados do Plano de Trabalho, nenhum dos cooperados cultiva o feijão? Você confirma essa informação? Eles cultivavam antes?
 e) Porque entre os cooperados existe uma área tão grande de pastagem com capim Buffel?
 f) Como surgiu a idéia de se investir no cultivo de leguminosas forrageiras?
 g) Por que seu uso ainda é pouco restrito?
 h) Quantos cooperados dispõem de irrigação?

27) Aspectos ambientais

- a) No plano de trabalho consta que 40% da área das propriedades é formada por caatinga. É caatinga mesmo ou é capoeira?
 b) E onde está essa caatinga? Vocês poderiam me levar em algumas dessas áreas com Caatinga?
 c) No estatuto da ACCOJUS, consta a formação de um viveiro de mudas frutíferas para distribuir na região e para reflorestamento. Isso chegou a ser colocado em prática? Por que?
 d) Consta também a apicultura e a fruticultura. Essas atividades chegaram a ser trabalhadas pela associação?
 e) Quais os principais problemas ambientais vividos pelo município de Jussara? E pelo território de Irecê como um todo?
 f) Quais as ações a COPERJ vem desenvolvendo para tratar das questões ambientais?

REPRESENTANTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA

28) Como se formou o município de Jussara? Qual a sua origem?

- a) Qual a participação do PRONAF e da Prefeitura Municipal de Jussara nessa fase inicial da ACCOJUS?
 b) Qual o papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Jussara, nesse processo?
 c) Esse Conselho ainda se encontra em atividade? Ele tem contribuído para o desenvolvimento do município?

29) Sobre o Complexo

- a) Como foi a participação da Prefeitura Municipal na implantação do Complexo Agroindustrial?

30) Sobre o Programa Cabra de Corda

- a) O programa já apresenta algum efeito sobre a redução da pobreza no município de Jussara?

31) Sobre o apoio da EBDA

- a) Qual o papel da EBDA ou EMATER/BA no processo de modernização da agricultura da região baseada nas culturas de sequeiro do feijão/milho/mamona?
- b) E durante a crise do feijão, na década de 1990, como a EBDA se comportou?
- c) E hoje, como tem se dado o trabalho da EBDA no município de Jussara?

32) Sobre a Assistência Técnica

- a) A Prefeitura Municipal conta com alguma equipe de assistência técnica em sua Secretaria de Agricultura?

33) Sobre o mercado

- a) Quando se iniciou a aquisição de iogurte da COPERJ para a merenda escolar no município de Jussara?
- b) Qual a importância e as limitações desse mercado para cooperativa? E para a Prefeitura?
- c) Com relação às questões de saúde pública relacionadas ao comércio de carne e leite, o que estaria faltando no território de Irecê?

34) Sobre o papel da Prefeitura Municipal de Jussara

- a) Que fatores teriam motivado a Prefeitura a formar essa parceria com a COPERJ?
- b) Em algum momento a atuação da administração do município chegou a retardar o desenvolvimento da ACCOJUS e da COPERJ?
- c) A COPERJ dispõe de algum espaço na administração do município para participar de suas decisões?
- d) O que a Prefeitura Municipal poderia fazer para melhorar ainda mais a sua relação com a cooperativa e agilizar o seu processo de desenvolvimento?

35) Aspectos políticos

- a) Segundo o documentário Cabra de Corda, a ACCOJUS é formada por dois grupos políticos opostos. Como se dá a convivência entre os dois grupos dentro da Associação e da Cooperativa?
- b) Essas diferenças chegam a criar alguma dificuldade à cooperativa?
- c) O que motiva os grupos a manterem essa postura dentro da cooperativa?
- d) Isso nos leva a deduzir que independente da situação política do município, a cooperativa sempre conta com o apoio da Prefeitura Municipal. Seria verdade?

36) Sobre o Território

- a) Como tem se dado a participação da Prefeitura Municipal de Jussara no colegiado do Território de Irecê?
- b) O município de Jussara participou do processo de reconhecimento do território?
- c) Suas colocações ou reivindicações têm sido valorizadas ou acatadas pelo Território?
- d) Que fatores teriam motivado o Território a manter essa relação com o Município de Jussara e a COPERJ?
- e) Sobre a atuação do Território, ele estaria cumprindo o seu papel de articulador de políticas públicas e o de redução das desigualdades espaciais dentro do território?
- f) A existência da COPERJ teria melhorado a auto-estima do município perante o restante do Território de Irecê?

37) Aspectos ambientais

- a) Quais os principais problemas ambientais vividos pelo município de Jussara? E pelo território de Irecê como um todo?
- b) Como anda a atuação dos órgãos ambientais como o CRA, a SRH e o IBAMA, na região...
- c) Quais as ações que a Prefeitura Municipal vem desenvolvendo para tratar das questões ambientais?

REPRESENTANTES DA SEDES (EX-SECOMP)

38) Sobre a parceria COPERJ - SECOMP

- a) Quando e como a SECOMP começou a apoiar a COPERJ, e o que a motivou a prestar esse apoio?
- b) O CDA e o SEBRAE teve alguma influência nessa parceria?

39) Sobre a COPERJ

- a) Em sua opinião, quais os principais pontos fortes da COPERJ?
- b) E quais as suas principais fragilidades?

40) Sobre o Frigorífico

- a) A ADAB chegou a ser consultada quanto à construção do frigorífico?
- b) Como surgiu a questão do abate de bovinos?

41) E quanto à Secretaria da Agricultura

- a) Fora a CDA, houve algum envolvimento da SEAGRI nesses projetos da COPERJ? Ela chegou a ser convidada a participar?

42) Sobre os condomínios

- a) A partir de que momento a SECOMP passou a apoiar esse projeto? E o que foi desenvolvido a partir de então?
- b) Por quanto tempo os condomínios apoiados pela SECOMP funcionaram?
- c) Como surgiu a idéia de ampliação para outros municípios?
- d) Como foi a experiência com esses municípios? Eles chegaram a funcionar?
- e) Quais os próximos planos para os condomínios?

43) Sobre o Programa Cabra de Corda

- a) Como e quando surgiu a idéia do programa cabra de corda?
- b) O que motivou a ACCOJUS a implementar esse programa? E a SECOMP?
- c) Qual a origem dos animais distribuídos?
- d) Quais os problemas encontrados e quais as soluções estão sendo tomadas?
- e) Quantas famílias foram beneficiadas até agora?
- f) Como está se dando o processo de repasse de animais pelas famílias atendidas para novas famílias?

44) Sobre a capacitação e as tecnologias locais

- a) A SECOMP chegou a contribuir com as atividades de capacitação da Cooperativa?

45) Sobre a parceria com o ISA

- a) Como surgiu a idéia do projeto financiado pelo FINEP sobre a validação dos sistemas de produção de leite em forma de condomínios?

46) Sobre a Assistência Técnica

- a) A equipe de assistência técnica foi contratada com recursos do Governo do Estado em função do Programa Cabra de Corda?
- b) O que motivou a SECOMP a investir nessa contratação?

- c) Como se deu o processo de formação dessa equipe?
- d) Porque não se optou pela assistência técnica da EBDA?
- e) Qual a importância da assistência técnica e como está o seu desempenho?

47) Sobre o mercado

- a) Como é realizada a indicação/seleção das unidades de processamento de leite para o Programa Fome Zero?
- b) Por que somente agora a COPERJ entrou no programa Fome Zero, se desde o ano anterior já havia laticínios operando na região?

48) Aspectos políticos

- a) Durante o convívio de vocês com a COPERJ como eles se comportaram com relação às diferenças políticas internas? Elas chegaram a atrapalhar ou contribuíram com o processo?

49) Sobre o Território

- a) Na sua opinião, qual o significado da criação da COPERJ para o município de Jussara e para a região de Irecê?
- b) Como tem sido a atuação da Coordenação do Território de Irecê em relação aos projetos da COPERJ?

50) Aspectos ambientais

- a) A SECOMP buscou desenvolver junto à COPERJ algum projeto voltado às questões ambientais? Houve envolvimento dos órgãos ambientais?

REPRESENTANTES DO SEBRAE

51) Sobre a origem da ACCOJUS

- a) Qual o envolvimento do SEBRAE na fase inicial da ACCOJUS?
- b) Vocês participaram da realização de alguns seminários e eventos de capacitação nessa época inicial. Quais eram os objetivos desses eventos e como eles foram realizados?

52) Sobre a relação COPERJ x SEBRAE

- a) Parece que na criação da COPERJ o SEBRAE teve um envolvimento mais próximo. Que fatores motivaram o SEBRAE a firmar essa parceria com a COPERJ?
- b) Qual o grau de envolvimento do SEBRAE na constituição da COPERJ e na elaboração de seus projetos?
- c) Em sua opinião, quais foram as principais motivações para a criação da Cooperativa?
- d) Em sua opinião, quais os principais pontos fortes da COPERJ?
- e) E quais as suas principais fragilidades?
- f) O que o SEBRAE poderia fazer para melhorar sua relação com a cooperativa e agilizar o seu processo de desenvolvimento?

53) Sobre o Caprisoft e Plano de Trabalho

- a) Quando o Caprisoft foi instalado?
- b) Quem custeou sua implantação?
- c) Como está a implantação do plano de trabalho? Ele já está sendo colocado em prática?

54) Sobre a capacitação

- a) O SEBRAE tem promovido um forte investimento em capacitação na COPERJ, tanto na área técnica como na de gestão. Já é possível observar os resultados dessas capacitações junto aos cooperados?
- b) Dentro desse leque de capacitações, houve algum voltado ao cooperativismo?
- c) Por que depois de tantas capacitações às vezes até acompanhada da assistência técnica, os produtores não colocam em prática as tecnologias, muitas delas simples?

55) Sobre o atendimento às normas sanitárias

- a) O que tem sido feito para atender a exigências sanitária? Quais as dificuldades nesse processo?
- b) Qual o objetivo da consultoria do SENAI, que foi articulada pelo SEBRAE?
- c) E quanto à questão do registro dos produtos, quais foram as principais dificuldades? E em que situação se encontra os demais produtos?

56) Sobre os Projetos da COPERJ

- a) Qual o envolvimento do SEBRAE no projeto dos Condomínios e no Programa Cabra de Corda?
- b) Quais os aspectos positivos e os negativos relacionados a esses dois programas?

REPRESENTANTE DO BANCO DO NORDESTE

57) Sobre o ciclo do feijão

- a) Precisamente, em que ano houve a introdução do Cariquinha... Como aconteceu isso? De onde vinham as sementes?
- b) E como foi o desempenho do carioquinha após a sua introdução? E quais as conseqüências?
- c) Além das sementes, quais os principais insumos usados para o cultivo do feijão, milho e mamona no passado e hoje em dia? (fertilizantes, defensivos, etc.)
- d) Qual o papel dos bancos nesse processo?
- e) Quando surgiu o proagro, e como funcionava?
- f) O que houve com o sistema de crédito durante a década de 90?
- g) Qual a explicação do grande endividamento dos produtores existente nos dias de hoje?
- h) Quando aconteceu a transferência dos débitos para a dívida ativa da união?
- i) Por que o plantio de feijão diminui tanto na região nos últimos dez anos?

58) Sobre a Extensão Rural e a Pesquisa Estadual

- a) Como funcionava a elaboração dos projetos agropecuários? Existia algum pacote tecnológico que precisava ser seguido?
- b) Outras culturas ou atividades agropecuárias eram atendidas pela Extensão Rural e pela Pesquisa, ou seu foco estava direcionado apenas ao triconsórcio Milho-Feijão-Mamona?

59) Sobre a crise do feijão...

- a) Na sua opinião quais os principais fatores responsáveis pelo desencadeamento da crise do feijão?
- b) Quando a região começou a diversificar suas atividades, e com quais culturas? Qual a situação atual dessas culturas?

60) Sobre a Caprino-ovinocultura

- a) A região de Irecê, já possuía alguma tradição na criação de caprinos, antes da modernização da cultura do feijão? Em quais áreas se dava essa criação?
- b) Como eram os sistemas de criação nessa época?
- c) E porque ela voltou a crescer durante a década de 1990?

61) Sobre a pecuária leiteira na região de Irecê?

- a) A partir de que ano começo a se formar na região um plantel de gado leiteiro?
- b) Foi uma iniciativa dos produtores, ou houve algum incentivo governamental?
- c) Em quais sub-regiões ela está mais concentrada?

62) Sobre a COPERJ

- a) Na sua opinião, qual o significado da criação da COPERJ para o município de Jussara e para a região de Irecê?

- b) Já poderíamos perceber algum efeito na região ou influência em decorrência de suas atividades?
- c) A Cooperativa está buscando agora ampliar seu quadro de cooperados. Qual o objetivo dessa ampliação?
- d) Como estes novos cooperados estão sendo cooptados a aderirem à COPERJ?
- e) Qual a contribuição do BNB nesse processo? E qual o andamento do processo?

REPRESENTANTES DO COLEGIADO TERRITORIAL

63) Sobre o ciclo do feijão

- a) Qual a explicação para essa alta do feijão?
- b) E no passado, como era o cultivo na época do Mulatinho e do Vagem Roxa? Eles continuaram sendo plantados depois do advento do carioquinha?
- c) Precisamente, em que ano houve a introdução do Carioquinha... Como aconteceu isso? De onde vinham as sementes?
- d) E como foi o desempenho do carioquinha após a sua introdução? E quais as conseqüências?
- e) Além das sementes, quais os principais insumos usados para o cultivo do feijão, milho e mamona no passado e hoje em dia? (fertilizantes, defensivos, etc.)
- f) Qual o papel dos bancos nesse processo? E da extensão rural?
- g) Quando o acesso ao crédito agrícola começou a ficar mais difícil na região, e porque?
- h) Por que o plantio de feijão diminuiu tanto na região nos últimos dez anos?

64) Sobre a COOPIRECÊ?

- a) Em que ano foi criada a COOPIRECÊ? E com quais objetivos?
- b) Como foi a sua evolução? (Número de cooperados, estrutura construída, ações desenvolvidas, etc.)
- c) E qual a situação atual da COOPIRECÊ?

65) Sobre a ESAGRI

- a) Em que ano foi criada a ESAGRI? E com quais objetivos?
- b) Qual o papel da ESAGRI na formação de profissionais para a região?
- c) E qual a sua situação atual?

66) Sobre a crise do feijão...

- a) A partir de que ano a se iniciou a crise na região? E quais as suas conseqüências?
- b) Na sua opinião quais os principais fatores responsáveis pelo desencadeamento da crise?
- c) Quando a região começou a diversificar suas atividades, e com quais culturas? Qual a situação atual dessas culturas?

67) Sobre as mobilizações sociais

- a) Em que ano surgiram as organizações Centro de Acessória do Açuruá, e o Garra?
- b) O que motivou esse surgimento, e quais os seus objetivos?
- c) Que outras organizações, associações ou cooperativas surgiram durante os anos de crise da região?
- d) Como eram esses movimentos antes da crise?
- e) E do surgimento da ACCOJUS entre os anos de 1996 e 1997?

68) Sobre a Caprino-ovinocultura

- a) A região de Irecê, já possuía alguma tradição na criação de caprinos, antes da modernização da cultura do feijão? Em quais áreas se dava essa criação?
- b) Como eram os sistemas de criação nessa época?
- c) Por que essa criação foi sendo deixada de lado?
- d) E porque ela voltou a crescer durante a década de 1990?

69) Sobre a COPERJ

- a) Você chegou a acompanhar o surgimento da COPERJ?
- b) Caso positivo, Quais teriam sido as principais motivações para a criação da Cooperativa?
- c) Na sua opinião, qual o significado da criação da COPERJ para o município de Jussara e para a região de Irecê?
- d) Já poderíamos perceber algum efeito na região ou influência em decorrência de suas atividades?
- e) Como vocês analisam o envolvimento da COPERJ com algumas instituições do Governo do Estado como a antiga SECOMP, a CAR e o CDA?
- f) E a órgãos federais, como a CODEVASF, o BNB e o Pronaf Infraestrutura?

70) Sobre os condomínios de leite de cabra

- a) Foi negociado a implantação de alguns desses condomínios em outros municípios da região, você acompanhou o desenvolvimento de algum deles?

71) Sobre o Programa Cabra de Corda

- a) E quanto ao Programa Cabra de Corda?

72) Sobre o Território

- a) Como tem se dado a participação da COPERJ e da Prefeitura Municipal de Jussara no colegiado do Território de Irecê?
- b) Ambos participaram do processo de reconhecimento do território?
- c) As colocações ou reivindicações da COPERJ ou do Município de Jussara têm sido valorizadas ou atendidas pelo Território?
- d) Que fatores teriam motivado o Território a manter essa relação com o Município de Jussara e a COPERJ?
- e) A existência da COPERJ teria melhorado a auto-estima do município de Jussara perante o restante do Território de Irecê?
- f) Sobre a atuação do Território, ele já estaria cumprindo o seu papel de articulador de políticas públicas e o de redução das desigualdades espaciais dentro do território?
- g) Que outras associações ou cooperativas tem sido apoiadas pelo Território?

73) Sobre a pecuária leiteira na região de Irecê?

- a) A partir de que ano começou a se formar na região um plantel de gado leiteiro?
- b) Foi uma iniciativa dos produtores, ou houve algum incentivo governamental?
- c) Em quais sub-regiões ela está mais concentrada?
- d) Quantos laticínios existem hoje no Território?

74) Aspectos ambientais

- a) Quais os principais problemas ambientais vividos pelo território de Irecê?
- b) Como anda a atuação dos órgãos ambientais como o CRA, a SRH e o IBAMA, na região?
- c) Quais ações o Território vem desenvolvendo para tratar das questões ambientais?

REPRESENTANTES DO CEBATSA E DO ISA**75) Sobre CEBATSA**

- a) O CEBATSA está situado na área do Baixio de Irecê, ou no Cruel?
- b) E quanto ao cruel, qual a sua delimitação?
- c) Qual a origem desse nome? E as suas características?
- d) Quando foi criado o CEBATSA e com quais objetivos?
- e) Quais instituições estiveram envolvidas em sua concepção e implantação?

76) Sobre o ISA

- a) Quando foi criado o ISA e com quais objetivos?

- b) Em que momento o ISA passou a administrar o CEBATSA?
- c) Que fatores teriam motivado o ISA a formar essa parceria com a COPERJ?

77) Parceria com a COPERJ

- a) Quando e como surgiu a parceria com a COPERJ para o programa de capacitação no CEBATSA?
- b) Quantas pessoas já foram capacitadas pelo CEBATSA?
- c) Por que depois de tantas capacitações às vezes até acompanhada da assistência técnica, a diretoria da COPERJ aponta que os produtores da região não colocam em prática as tecnologias, muitas delas às vezes bem simples?
- d) Além da capacitação, que outros aspectos o CEBATSA estaria contribuindo com o desenvolvimento da COPERJ?

78) Sistemas de Produção de Leite

- a) Como surgiu a idéia do projeto financiado pelo FINEP sobre a validação dos sistemas de produção de leite em forma de condomínios?
- b) E como as demais instituições foram incluídas (EMBRAPA e SECOMP)?
- c) Como anda a implantação do projeto? E qual a sua relevância?

79) Na sua opinião, qual o significado da criação da COPERJ para o município de Jussara e para a região de Irecê?

80) O que o CEBATSA e o ISA poderiam fazer para melhorar sua relação com a cooperativa e agilizar o seu processo de desenvolvimento?

81) O que a COPERJ poderia fazer para melhorar sua relação com o CEBATSA e o ISA, de modo a facilitar o seu processo de desenvolvimento?

REPRESENTANTES DA ADAB

82) Sobre o processo de registro do laticínio no serviço de inspeção

- a) A ADAB participou da concepção do projeto do laticínio?
- b) Quando a ADAB teve conhecimento da construção do laticínio?
- c) Quando se iniciou o processo de registro do laticínio na ADAB, quando se concluiu, e quais as dificuldades encontradas nesse processo?
- d) Qual a assiduidade da COPERJ em atender as determinações do Serviço de Inspeção Estadual?
- e) Quais as limitações da ADAB no atendimento à esse processo de registro?
- f) Qual a frequência da inspeção da ADAB, ao longo do ano?

83) Sobre o Frigorífico

- a) Quando e como a ADAB tomou conhecimento do Frigorífico?
- b) A ADAB chegou a ser consultada quanto à construção do frigorífico?
- c) Como surgiu a questão do abate de bovinos? Teve alguma relação com o Ministério Público? Ou foi uma sugestão da ADAB?
- d) Qual a importância de um frigorífico de bovinos para a região de Irecê?
- e) Por que se optou pela Inspeção Estadual para o abate de bovinos?
- f) Foi a SECOMP que procurou a ADAB?
- g) O que aconteceu com o laudo do serviço de inspeção sobre a capacidade da COPERJ em construir o anexo para o abate de bovinos?
- h) Faltou comunicação entre a SECOMP, a SEAGRI e a ADAB?
- i) O que a ADAB poderia fazer para melhorar sua relação com a cooperativa e agilizar o seu processo de desenvolvimento de uma forma geral?